



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

LETÍCIA MAÍSA DA COSTA MACHADO MATOS DE CARVALHO

A PENA, AS IDEIAS E O COMBATE:

Um olhar sobre as crônicas de Aluísio Azevedo para o jornal *O Pensador* (1880-1881)

SÃO LUÍS – MA

2019

LETÍCIA MAÍSA DA COSTA MACHADO MATOS DE CARVALHO

A PENA, AS IDEIAS E O COMBATE:

Um olhar sobre as crônicas de Aluísio Azevedo para o jornal *O Pensador* (1880-1881)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof. Dr^a. Dinacy Mendonça Corrêa.

SÃO LUÍS – MA

2019

C331p Carvalho, Leticia Maísa da Costa Machado Matos de
A pena, as ideias e o combate: um olhar sobre as crônicas de
Aluísio Azevedo para o jornal O Pensador (1880-1881) / Leticia Maísa da
Costa Machado Matos de Carvalho. __Caxias: CESC/UEMA, 2019.

109f.

Orientador: Prof^a. Dra. Dinacy Mendonça Corrêa.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão,
Curso de Pós-Graduação em Letras.

1. Aluísio Azevedo. 2. Jornalismo literário. 3. Imprensa
maranhense. I. Título.

CDU 821.134.3(81)-94

LETÍCIA MAÍSA DA COSTA MACHADO MATOS DE CARVALHO

A PENA, AS IDEIAS E O COMBATE:

Um olhar sobre as crônicas de Aluísio Azevedo para o jornal *O Pensador* (1880-1881)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof. Dr^a. Dinacy Mendonça Corrêa.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Dinacy Mendonça Corrêa – UEMA (Orientadora)

Prof^o. Dr. José Henrique de Paula Borralho – UEMA

Prof^o. Dr. José Dino Costa Cavalcante – UFMA

Dedico este trabalho a minha avó, Jandira da
Costa Matos, com todo amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Se você está lendo esta página é porque eu consegui. E não foi fácil chegar até aqui. Do processo seletivo, passando pela aprovação até a conclusão do Mestrado, foi um longo caminho percorrido. Agradeço a Deus por ter me dado forças para superar as dificuldades.

À Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, pela oportunidade de qualificação, pelas disciplinas, professores e por tudo que este mestrado representa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, pela bolsa de mestrado ao longo desses dois anos.

Aos professores do Programa de Mestrado e em particular à Professora Dinacy Mendonça Corrêa. Aos professores José Henrique de Paula Borralho e José Dino Costa Cavalcante que aceitaram compor minha banca de qualificação e de defesa, pelas sugestões e análises significativas às quais tentarei atender na versão definitiva do texto. Com vocês novas perspectivas se mostraram.

Desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas de turma do Mestrado em Teoria Literária, pelos dias de aprendizado, debates e cafezinhos. Em especial, à Márcia Miranda Chagas Vale e Thalita de Sousa Lucena, cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos, pelo estímulo, mesmo quando o cansaço parecia me abater.

Agradeço aos funcionários desse Curso de Pós-graduação, em especial Aline Pinheiro por sua paciência, presteza e simpatia.

Não poderia deixar de mencionar Ivanilson Campos de Oliveira, minha referência paterna, por ter disponibilizado seu Vale Cultura para a compra de todos os meus livros para a conclusão desta pesquisa.

À minha família pelo apoio, torcida e por sempre compreender minhas ausências. Estou radiante de tanta felicidade!

Muito obrigada a todos!

“A imprensa da Província do Maranhão é uma das mais notáveis do Império, quer pela importância política que exerceu, quer pelo valor literário dos que nela militaram”.

(Ignotus Joaquim Serra)

RESUMO

Na quadra final do século XIX surgiu o jornal anticlerical *O Pensador* em São Luís, capital da província do Maranhão, publicado sob a direção de uma associação de jovens progressistas da qual faziam parte Aluísio Azevedo, que se mostrava manejador valoroso da pena, instaurando uma série de agressões à Igreja e à sociedade maranhense em geral. Suas ideias eram pautadas no discurso republicano, positivista, anticlerical e abolicionista. A imprensa apreendeu os principais debates que moveram a província e conseqüentemente, desempenhou uma discussão ideológica na comunidade ludovicense que foi viável desvendar a partir da leitura das crônicas de Aluísio para o jornal citado, sendo este o objetivo que norteou esta pesquisa. Verificou-se nesta investigação, que uma melhor compreensão da literatura advém de sua tomada em perspectiva histórica e utilizamos o jornal como fonte de memória para compreender a influência dessas correntes filosóficas que provocaram um momento de efervescência na imprensa, atacando de forma enfática a Igreja e o Estado. Visando possibilitar um olhar amplo acerca da pluralidade na escrita de Aluísio, por meio de sua pena combativa, ressaltam-se, no corpo do texto, registros do seu jornalismo literário, com o propósito de discutir o uso da literatura como prática política na construção da identidade maranhense em fins de Império.

PALAVRAS-CHAVE: Aluísio Azevedo. Jornalismo Literário. Imprensa maranhense.

ABSTRACT

In the last quarter of nineteenth century, the anticlerical newspaper *O Pensador* in São Luís, capital of the province of Maranhão, was published under the direction of an association of progressive youths, including Aluísio Azevedo, who showed a worthy handler of the pen, establishing a series of aggressions against the Church and the society of Maranhão in general. The press seized the main debates moved the province and, consequently, carried out an ideological discussion in the ludovicense community that was possible to unveil from the reading of the chronicles of Aluísio for the newspaper quoted, being this the objective that guided this research. It was verified in this investigation that a better understanding of the literature comes from its historical perspective and we use newspaper as a source of memory to understand the influence of these philosophical currents that provoked a moment of effervescence in the press, attacking emphatically the Church and the State. Aiming to enable a broad view of the plurality of Aluísio's writing, through his combative pen, it emphasizes, in the body of the text, records of his literary journalism, with the purpose of discussing the use of literature as a political practice in the construction of identity maranhense at the end of the Empire.

KEY WORDS: Aluísio Azevedo. Literary Journalism. Press maranhense.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
 CAPÍTULO 1	
1 A IMPRENSA MARANHENSE NO SÉCULO XIX	15
1.1 A chegada da imprensa no Maranhão: panorama sócio-econômico e político	15
1.2 <i>O Conciliador</i> : jornalismo e política no primeiro jornal do Maranhão	16
1.3 Os Pasquins: jornalismo marginal	20
1.4 Na trilha dos primeiros jornais maranhenses	22
1.5 Publicações jornalísticas no Maranhão na segunda metade do século XIX	26
1.6 Municípios maranhenses e seus jornais pioneiros entre 1821 e 1899	30
 CAPÍTULO 2	
2 ALUÍSIO AZEVEDO: UM HOMEM À FRENTE DE SEU TEMPO	34
2.1 Os primeiros anos em São Luís do Maranhão	34
2.2 Caricaturista e crítico social: sua primeira estada no Rio de Janeiro	38
2.3 De volta ao Maranhão: embates com o clero ludovicense	41
2.4 Das charges às crônicas jornalísticas	42
2.5 Acolhida do romance <i>O Mulato</i> no Rio de Janeiro	46
2.6 O desafio de viver da própria pena	49
 CAPÍTULO 3	
3 JORNALISMO E LITERATURA EM CONVERGÊNCIA	53
3.1 Diálogos entre o jornalismo e o literário	53
3.2 Crônica jornalística: um relato poético do real	57
3.3 Jornalismo e Naturalismo: Modos de narrar	61
3.4 Romance tirado de uma notícia de jornal	65
3.5 A relação imprensa e literatura	68
 CAPÍTULO 4	
4 O PENSADOR: PENSAR É RASGAR OS HORIZONTES DO PORVIR	71
4.1 A Igreja crê, e nós pensamos	75
4.2 Abolimos o pseudônimo e assinemo-nos com os nomes que recebemos na pia batismal	84

4.3 Incontestavelmente, a França é a sede do pensamento humano	87
4.4 O tripé da evolução e do progresso: ciência, educação e trabalho	89
4.5 Educação positivista feminina como elemento necessário ao progresso da nação brasileira	90
4.6 Não se tratava em julgar um homem, tratava-se de julgar uma ideia	97
4.7 O governo republicano só se acomoda com a filosofia Positivista	100
4.8 Escrevo-lhes esta crônica com um pé no estribo	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE	

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa propõe-se a um olhar sobre a produção do jornalista, caricaturista e escritor maranhense Aluísio Azevedo, a partir de sua colaboração para o jornal maranhense: *O Pensador* (1880 – 1881), destacando-se as influências política, econômica, social e cultural por ele recebidas, além de uma breve contextualização histórica do período em que se desenvolveu a produção desse escritor. Visando a possibilitar uma apreciação ampla acerca da pluralidade de sua obra, destacam-se, no corpo do texto, registros de seus textos jornalísticos e literários.

Esta dissertação tem como título: A PENA, AS IDEIAS E O COMBATE: Um olhar sobre as crônicas de Aluísio Azevedo para o jornal *O Pensador* (1880-1881), pois a pena era seu instrumento de trabalho que deixou registrado a força de testemunho histórico de uma época, quanto à ideias, com base na análise de sua escrita literária para o jornal selecionado, ele combinava ideologias: anticlericais, positivistas, republicanas e abolicionistas. Sobre o combate, *O Pensador* nasce para se contrapor e atuar ativamente por meio de protestos contra as atitudes da Igreja Católica, e também pelo surgimento da folha religiosa *Civilização* (1881) que tem por objetivo recuperar a credibilidade que a igreja estava perdendo, junto aos fiéis, especialmente, os jovens maranhenses.

A necessidade de expor suas convicções Positivistas foi colaborando nos seguintes jornais maranhenses: *A Flecha*, *O Pensador* e *A Pacotilha*. A falta de um partido político que representasse verdadeiramente os ideais progressistas e modernos fez com que jovens intelectuais expressassem suas ideologias por meio de diversos jornais. Ele utilizava o espaço da crônica para denunciar, relatar ou questionar os rumos do País. Com efeito, a sua colaboração mais intensa e sua presença mais ostensiva era para o periódico *O Pensador*. Optou-se nesta pesquisa, então, por um recorte mais delimitado, analisando apenas os textos literários do romancista Aluísio Azevedo para a gazeta em sua coluna denominada *Crônica*. Dentre as temáticas abordadas pelo escritor, está claro que o teor anticlerical predominava.

As transformações ocorridas, desde o século XVIII e ao longo do século XIX repercutiram no Maranhão, sobretudo em questões referentes à briga pelo poder entre Igreja e Estado. O Maranhão, por ter sido o último estado a aderir à independência, ainda se encontrava muito arraigado a Portugal e muito dominado pelo poder eclesiástico. Dessa forma, os pensamentos positivistas, bastante disseminados pela Europa e já chegados ao Brasil, enfrentaram duras resistências da Igreja que não admitia a mudança do eixo do poder.

Nesta proposta de estudo, planejou-se analisar fragmentos da obra de Azevedo, na tentativa de alcançar aspectos da crítica política e social pertencente a sua produção. Buscou-se, assim, demonstrar que a arte de Aluísio *revela* importantes sentidos e pontos de contato com ideologias de fins do século XIX no Brasil, particularmente ao Positivismo e ao Republicanismo. Desse modo, a análise pretende recolher indícios que permitam alcançar o pensamento social de um escritor brasileiro que atuou artística e politicamente em fins do Império.

A relevância deste estudo deve-se ao fato de possibilitar o debate acerca da crítica na escrita de Aluísio Azevedo, que adotava uma postura contrária a dos clérigos, pois era seguidor da filosofia Positivista, defensor da ciência e da razão e a favor da Proclamação da República. E, por extensão, proporcionar o diálogo entre a literatura e história, no processo de construção de saberes. Por fim, espera-se contribuir com a historiografia maranhense através da compreensão do contexto histórico e político da época.

Este trabalho pretende também amenizar a ausência de pesquisas relacionadas à escrita jornalística de Azevedo, que tanto contribuíram para a consolidação de um futuro republicano, laico e abolicionista, que efetivamente dispõe a esta revisão, abrindo o leque de discussões nessa área. Os trabalhos existentes sobre a obra do autor são, em sua maioria, condicionados pelos seus romances de caráter Realismo/Naturalismo, limitando-se a uma abordagem técnica dos aspectos literários.

Para o desenvolvimento metodológico foram realizadas diversas metas que tem como eixo central a discussão e apropriação da fundamentação teórica, ou seja, a pesquisa bibliográfica que embasa as ações da pesquisa a partir de conceitos-chaves. A pesquisa documental foi realizada na Hemeroteca Digital Brasileira, portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta pela *internet*, ao seu acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins etc. bem como constituída por meio de pesquisas em instituições locais como: Biblioteca Central da UEMA, Biblioteca Pública Benedito Leite e Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Os jornais se constituíram como fontes de consulta para a realização dessa pesquisa que buscou catalogar textos relacionados à escrita literária de Aluísio Azevedo com ou sem pseudônimos. Dentre os periódicos para consulta, mencionam-se, os jornais: *A Flecha* (1879 – 1880) e *O Pensador* (1880 – 1881) e a *Pacotilha* no período de 1880 a 1881.

Para que se entenda a produção de Aluísio Azevedo, bem como sua contribuição ao jornalismo e à literatura, deve-se considerar o contexto histórico em que este autor viveu e desenvolveu sua obra. Foram consultadas bibliografias relativas ao autor, tais como: Grandes

vultos das letras: *Aluísio Azevedo um romancista do povo* de Paulo Dantas (1969); *O Mulato: cem anos de um romance revolucionário*, de João Mendonça Cordeiro (1987), *Aluísio Azevedo: vida e obra (1857-1930)* de Jean-Yves Mérian (1988) e *Aluísio Azevedo e a polêmica d'O Mulato* de Josué Montello (1917).

Para o contexto histórico da imprensa maranhense do século XIX, foram utilizados grandes teóricos como Dunshee de Abranches (*O Cativo*, 1992), Joaquim Serra (*Sessenta anos de jornalismo*, 2001) e Nelson Werneck Sodré (*História da imprensa no Brasil*, 2011). Sobre as discussões dos conceitos acerca do jornalismo literário: Edvaldo Pereira Lima (*Jornalismo Literário para Iniciantes*, 2014), Patrícia Kátia Pina (*Literatura e Jornalismo: no oitocentos brasileiro*, 2002). Com relação à análise das crônicas de Azevedo teve-se como base: Paul Zumthor (*A Letra e a Voz*, 1993), Antônio Cândido (*O estudo analítico do poema*, 1996), Mikhail Bakhtin (*A cultura popular na Idade Média e o Renascimento*, 1987).

As transformações que ocorriam no mundo, no Brasil e no Maranhão repercutiam diretamente na produção literária e jornalística de Aluísio, já que este enquanto autor de grande expressão realista/naturalista devia fidelidade à realidade. Sua produção retrata exatamente o período em que ele vivia. Pode-se perceber isso através dos traços declaradamente anticlericais dos jornais que contavam com a sua contribuição e através, também das características de seus personagens, retratando por vezes pessoas reais da sociedade maranhense; o caráter abolicionista também é presença constante em suas obras.

O século XIX presenciou mudanças tão significativas que se estendem até os dias atuais. E o romancista sofreu influência dessas mudanças, assim como também foi agente das mesmas, no que tange ao jornalismo maranhense, que teve sua contribuição de grande valia, apesar de ser mais conhecido por sua produção literária, sobretudo *O Mulato* (1881) e *O Cortiço* (1890), ambos romances polêmicos que o projetaram nacionalmente.

Por fim, a estrutura do texto está dividida em quatro capítulos, a primeira parte, de forma retrospectiva, aborda: “A imprensa maranhense no século XIX”, tendo como eixo alguns teóricos, e alguns temas como o surgimento da imprensa em São Luís, o primeiro jornal do Maranhão, o uso dos pasquins e a importância da imprensa política para se alcançar as glórias da civilização. No segundo capítulo, são feitas as considerações acerca da vida e obra do cronista Aluísio Azevedo, desde seus primeiros anos, até se tornar caricaturista e crítico social no Rio de Janeiro, sua volta ao Maranhão e seus embates com o clero e a acolhida do romance *O Mulato* quando ele retorna para a capital fluminense.

Acerca dos diálogos entre jornalismo e literatura, e do objetivo da escrita jornalística literária do escritor ocorrem na terceira divisão. O quarto e último capítulo é sobre o diagnóstico da escrita de Azevedo para o jornal *O Pensador*. Sua colaboração foi de grande importância para o jornalismo maranhense, pode-se falar em imprensa maranhense antes e depois de Aluísio, um verdadeiro divisor de águas.

O estudo de seus relatos para a coluna do jornal tornou-se significativo por trazer consigo um pouco da consolidação da imprensa no Brasil do século XIX. O fazer jornalístico de Aluísio era envolvido pela sua inspiração literária, sem deixar de lado a verdadeira finalidade jornalística, de informar, interpretar, orientar e entreter. Vale destacar que a forma como o escritor participou da imprensa maranhense lançou peculiaridades ainda hoje encontradas nos jornais locais. Apesar de mais conhecido como romancista, Aluísio Azevedo foi antes jornalista e em sua obra a ficção e a realidade se fundem de tal maneira, que buscando uma definição, é difícil escolher entre literatura jornalística ou jornalismo literário.

1 A IMPRENSA MARANHENSE NO SÉCULO XIX

1.1 A chegada da imprensa no Maranhão: panorama sócio-econômico e político

Em comparação com outras regiões brasileiras, o Maranhão encontra-se em posição de preeminência sempre que se consideram a sua riqueza cultural e a abundante bibliografia que acompanha a sua própria História, desde a crônica dos tempos coloniais.

No início do século XIX, a forma de construir o tempo e vivenciá-lo, pode causar estranhamento para nós, que estamos no século XXI. Os diferentes contornos das temporalidades de ontem e de hoje foram definidos pelas relações de poder, pelo uso das tecnologias, pelo ordenamento político e pela racionalidade econômica. Os elementos que desencadearam essas conjunturas foram construídos no passado, podendo ser reelaborados em novos processos que, por sua vez, poderão instaurar novas lógicas de organizar o tempo, a vida, o cotidiano, os dias, as semanas, enfim, os anos e os séculos.

O jornalismo necessita de velocidade, como enfatizou Carlos Eduardo Franciscato na obra *A fábrica do presente* (2005), que fala sobre a modernização das sociedades, com o surgimento de estradas de ferro e locomotivas, potencializando a ideia de tempo e velocidade. Assim, aconteceu com os jornais sendo possível atingir novos públicos e alcançar outras localidades, sua elaboração técnica também sofreu mudanças, por capturar na narrativa jornalística, os fatos imediatos.

Em um contexto político-social-econômico, a província do Maranhão manteve-se fiel à Corte portuguesa até mesmo quando todas as outras províncias já haviam aderido à Independência do Brasil (1822), apresentando-se como um local de costumes tradicionais e de gente pacata, onde o senhorio, a parentela e compadrio circunscreviam a oligarquia local, estimulando a concentração de renda e o monopólio de terras e escravos.

A província dependia de Portugal, não apenas pelos laços econômicos, mas pela tradição do ensino. “A Universidade de Coimbra era o centro e a atração, pela facilidade do idioma e para onde os filhos das famílias ricas e tradicionais eram mandados, para receber formação cultural” (JORGE, 2000, p.23), futuros condes, viscondes, barões, moços fidalgos e comendadores. Assim, mantinha-se fiel a Portugal, numa época em que se inicia a exaltação dos princípios liberais.

Antes da independência do Império, a imprensa jornalística pouco mais era do que um veículo de informação oficial. Proclamada a independência política do País, em 1822, houve a necessidade de reestruturação do aparelho do Estado, surgindo uma nova classe de

eleitores e elegíveis, com a Constituição de 1824, assim como liberdade jornalística mais ampla. As perseguições contra os jornais que combatiam as administrações provinciais agora se manifestavam disfarçadamente, com o suborno de tipografias e deportação de jornalistas estrangeiros.

Um fator muito decisivo para a consolidação da atividade letrada no Maranhão foi o jornalismo literário e político que surgiu, sobretudo em São Luís, decorrente da intensa atividade tipográfica que ali se instalou, em meados do século XIX. O governador Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, em 09 de novembro de 1821, informou a Lisboa que os maranhenses desejavam instituir a primeira imprensa da província, assim que a primeira Constituição Portuguesa foi proposta no Maranhão.

A primeira tipografia que funcionou no Maranhão foi mantida pelo Erário Real em 1821. Chegou de Lisboa a 31 de outubro desse ano e começou logo a funcionar. Até 1830 foi essa a única imprensa que possuiu a província. Depois da Independência, passou a denominar-se Tipografia Nacional Imperial. Em 1830, fundou Clementino José Lisboa a Tipografia Constitucional. Muitas outras se estabeleceram, até que, em 1843, Francisco de Sales Nunes Cascais, regressando da Europa, trouxe prelos franceses e introduziu nas oficinas existentes alguns melhoramentos tipográficos (SERRA, 2001, p. 21).

O trabalho de impressão teve então vários aperfeiçoamentos. A tipografia d'O Progresso, pertencente aos Drs. Fábio Alexandrino de Carvalho Reis e Alexandre Teófilo de Carvalho, mandou vir prelos americanos e caprichou nas edições de obras avulsas que nela eram impressas. Entre as notáveis oficinas tipográficas do Maranhão convém especializar a do Sr. José Maria Correia de Frias, que já conta muitos anos de existência sempre progressiva em melhoramentos, e que é hoje uma das melhores da província pela perfeição e bom gosto de seus produtos.

Foi nessa tipografia que, pela primeira vez, se fizeram grandes tiragens de obras de grande tomo. As mais extensas edições no Maranhão, até o aparecimento do Livro do Povo, eram de mil exemplares; Frias foi o iniciador das edições de dez e dezesseis mil exemplares. Presentemente são muitas as tipografias com que conta a província do Maranhão.

1.2 O Conciliador: jornalismo e política no primeiro jornal do Maranhão

A necessidade da grande maioria sobre o mais poderoso veículo de civilização, a imprensa, foi reconhecida e reclamada; e o Governo procurou solícito, satisfazer essa necessidade, que as liberdades então outorgadas tornavam indispensável. Os maranhenses já

sôfregos de publicar os seus pensamentos, de transmitir a todos suas ideias, criaram uma tipocaligrafia, que reuniam vários moços no pavimento térreo do Edifício da Relação, para escrever porção de números de um jornal denominado *O Conciliador do Maranhão* e o faziam distribuir pelos habitantes da cidade. E essa improvisada tipocaligrafia durou até 31 de outubro de 1821, em que chegou da Europa e, por conta da Fazenda Nacional, a primeira tipografia que possuiu o Maranhão, a qual continuou a publicação daquele jornal (FRIAS, 2001, p. 15-16).

O governador da província, entusiasta do movimento liberal, adquiriu oficialmente a primeira tipografia do Maranhão, sob o fim da censura e a liberdade de prelo. *O Conciliador do Maranhão* foi o primeiro jornal do Maranhão, transformando São Luís na quarta capital do País a ter imprensa. O jornal foi fundado em meio à luta entre brasileiros e portugueses, divididos quanto à Independência do Brasil.

Chegou às ruas em 18 de abril de 1821, era uma folha manuscrita, de formato de papel almaço comum, de caráter oficial e noticioso, ocupavam-se de assuntos próprios, além de oferecer resumidas notícias do exterior. Durou até o ano de 1823. Com a chegada do primeiro prelo, passou a ser impressa a folha, por isso, somente na data de 10 de novembro de 1821 é considerada o Dia da Imprensa Maranhense. Trata-se do primeiro número impresso, pois as edições, anteriormente, foram feitas a bico de pena (JORGE, 2000, p. 17).

O Conciliador já teria começado com assinantes, sendo redigido no porão de um casarão, construído pelos jesuítas, onde funcionaram, antes da redação do referido jornal, respectivamente: a Relação do Maranhão, a Repartição da Saúde Pública e o Corpo de Bombeiros. Estima-se que eram impressos centenas de exemplares desse periódico manuscrito, que eram lidos com avidez, distribuído a expensas do governo local. Foi-lhe dada uma administração composta por três membros, entre os quais figurava um desembargador, tal era a importância que já então se dava à imprensa o prestígio de que se procurava cercá-la.

Antônio Marques da Costa (português, Oficial Maior da Secretaria de Governo) foi o primeiro jornalista, em terras maranhenses, a dirigir um jornal, e mais tarde substituído, pelo Pe. José Antônio de Oliveira Tezinho, também português, que tinha como característica o uso de uma linguagem ousada e sem condescendência com os opositores. O pequeno jornal, fundado e patrocinado pelo governo do Marechal Silveira, saía duas vezes por semana. Castro assim descreve *O Conciliador do Maranhão*:

Era um jornal em folha de papel almaço, impresso em duas colunas, cuja linha editorial era favorável à Constituição Portuguesa, defendendo com radicalismo o seu cumprimento e recomendando fidelidade às ordens emanadas de Portugal,

exercendo a função de porta-voz, numa linguagem que não poupava duras críticas aos adversários (CASTRO, 2005, p. 41).

Multiplicam-se as gráficas e a cidade começa a receber pedidos de serviços gráficos de todo o País. Frias (1978, p. 63) assegurava que “além do Rio de Janeiro, nenhuma outra província se avanta a esta em trabalhos tipográficos, e só a de Pernambuco a iguala”. A vanguarda da imprensa se acha no Rio de Janeiro, alcançando a Bahia, Pernambuco e Maranhão.

Trata-se de um jornalismo doutrinário e combativo, transpirando a escritura elegante, recordando a linhagem dos clássicos, representando interesses em entrechoques. “Os intelectuais ajustaram os arquétipos ideológicos à circunscrição cotidiana da política, como a praticavam os agricultores, os pecuaristas e os comerciantes” (CORREA, 1993, p. 128), passando a defender, basicamente, o segmento ao qual estavam vinculados, e a combater o segmento oponente, pela concorrência que representava no controle da máquina estatal.

Ainda assim, no contexto nacional de efervescente luta política, a imprensa maranhense figurou com superioridade em relação à maioria do restante do País (os grandes temas do momento eram debatidos no cenário público dos diversos veículos impressos, assim como eram seus ‘ilustres’ jornalistas conhecidos, em sua maioria, por contribuições à ciência e à arte literária).

Constatou-se, entre os anos de 1821 e 1841, a fase grandiosa da imprensa maranhense, composta por nomes João Lisboa, Odorico Mendes, João Lisboa e Sotero dos Reis, imbuídos do espírito liberal e o entusiasmo da Independência do Brasil (e do Maranhão). Jorge (1998 apud CASTRO, 2005) lembra que durante o século XIX, a prática dos pasquins era costumeira, com insultos a políticos e cidadãos comuns de São Luís. O período que compreende os anos de 1821 a 1881, é citado por Castro (2005), como a primeira fase da imprensa maranhense.

O jornal foi viabilizado pela compra, na Europa, do maquinário da primeira tipografia maranhense, com pagamento efetuado pela Fazenda Nacional, que continuou a publicação daquele periódico, até seu encerramento, em julho de 1823. O jornal *O Conciliador do Maranhão* fez parte da chamada imprensa pré-independência, que apresentou feições moldadas por fatos históricos, defendendo ou atacando projetos políticos com uma linguagem mais acessível e veemente. Seu conteúdo configura-o como mais doutrinário, estilo que se propagou com rapidez nas principais províncias (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão) no século XIX.

A linguagem agressiva era utilizada para atacar adversários e defender interesses políticos da Coroa Portuguesa. O veículo foi processado por crime de imprensa, acusação que pesava sobre o português José Antônio Ferreira Tezinho – um dos precursores do jornalismo no Maranhão, posteriormente absolvido. Esse processo pode evidenciar que os redatores de *O Conciliador* não tinham proteção da administração governamental para encobrir seus atos, o que sinaliza a ausência de um forte controle sobre a elaboração do jornal.

Os vínculos com o governo da província não impediam que seus jornalistas fossem questionados, processados, tampouco acobertados por leis sancionadas pelo governo, autor das mesmas e fundador do próprio jornal. O periódico teve a sua existência marcada pela acirrada perseguição aos desafetos políticos do Marechal Silveira, dando início ao jornalismo partidário no Maranhão.

Os ânimos também estavam exaltados no Maranhão em função da crise regencial. Os cabanos ou conservadores e os bem-te-vis ou liberais disputaram o poder político local. Os enfrentamentos políticos, somados ao momento de instabilidade econômica da Província, cujos produtos de exportação perdiam valor no mercado externo, geraram revoltas. Em 1831, foi desencadeada a *Setembrada*, movimento que reuniu populares e tropas em São Luís em torno da expulsão de portugueses e religiosos e a demissão de brasileiros não-natos, considerados “inimigos da independência”.

Em 1838, a *Balaiada*, revolta provocada pela briga entre os grupos políticos, sintetizou uma conjuntura de problemas econômicos, desmandos e exclusão social. A mobilização, liderada por Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio, e Raimundo Gomes, teve o apoio dos liberais e ganhou caráter popular com a adesão de homens livres e dos negros, comandados por Negro Cosme, que entrou para a história como uma das importantes lideranças negras do Maranhão. Sem pretender mudar a estrutura social da província, o movimento foi sufocado, após penetrar em algumas cidades do interior, como Caxias.

Neste contexto sócio-econômico e político, o historiador Luís Antônio Vieira da Silva (apud JORGE, 2000, p. 17), comentou sobre a atuação do primeiro periódico do Maranhão e seu discurso favorável à manutenção do sistema colonial: “[...] foi o facho de discórdia que para logo dividiu portugueses e brasileiros (...) não poupando sarcasmos e injúrias contra aqueles que presumiam ligados à causa da Independência”.

O Jornal *O Conciliador* deixou de circular em 16 de julho de 1823, após 210 números. Na mesma época, outros jornais se aventuraram na província, em ebulição política, dirigida por liberais e conservadores. Entre eles, *O Censor*, do português João Antônio Garcia

de Abranches, opositor do jornal *O Argos da Lei*, do maranhense Manoel Odorico Mendes, um dos mais importantes jornalistas da província, ao lado de João Francisco Lisboa. Abranches e Odorico Mendes travaram duelos memoráveis na imprensa, nos quais pontuavam suas opiniões sobre os acontecimentos e o destino da nação.

1.3 Os Pasquins: jornalismo marginal

Em uma pesquisa de fôlego sobre os primeiros jornais do Maranhão, o professor Sebastião Jorge, autor do livro “*A linguagem dos pasquins*”, abordou a linguagem empregada pelos chamados pasquins, de tom geralmente exaltado, com textos marcados por agressões verbais, insultos e ódio contra seus adversários políticos. São produções comuns do século XIX, são geralmente descritas como jornalismo marginal como nessa definição: “jornalismo marginal subliterato que em geral objetivava criticar ou achincalhar os mandos e desmandos das autoridades, bem como satirizar o dia a dia da sociedade” (1998, p.59).

O período que vai de 1821 a 1841, marca a trajetória de uma fase de ouro da imprensa maranhense (surgimento dos pasquins). Essa é uma das fases mais conturbadas, pois os portugueses, residentes no Maranhão, se recusavam a aderir à Independência do Brasil, passando depois, por outros problemas, tais como a abdicação de Dom Pedro I, a Regência Trina e os movimentos como a Setembrada e a Balaiada.

Em 1822, foi organizada em Lisboa, a Junta Provisória e Administrativa do Maranhão, por ato das Cortes Constituintes, que abria a página de adesão à Independência do Brasil. Com a chegada do almirante Cochrane¹ à província, em missão oficial, deu-se a 28 de Julho de 1823, a adesão do Maranhão à Independência.

Mediante esses acontecimentos, surgem os pasquins. Que possuíam como propósito expressar sua indignação através desses escritos que eram entregues em domicílio ou pregados nas paredes durante a noite.

No entanto, havia muitas pessoas que discordavam do objetivo dos pasquins, sempre acreditaram que estes eram usados como forma de denegrir a imagem das principais autoridades da província. Como é o caso de Sebastião Jorge, que coloca em seu livro a sua visão sobre o trabalho dos pasquins no Maranhão. Para o autor, os pasquins tinham como objetivo denegrir a imagem do grupo político rival, utilizando uma linguagem de baixo nível

¹ Lorde Cochrane foi um mercenário inglês contratado por D. Pedro I para sufocar a resistência de algumas províncias que não reconheceram a Independência. Chegou ao Maranhão em 26 de julho de 1823 e obteve a capitulação da junta Governativa (MEIRELES, 2001).

atacando não só a vida política, mas também, e a privacidade do desejado e de toda sua família.

Os pasquins tinham como características principais o ataque à honra, a vida pessoal, ofensa, insulto, vingança, entre outros. Os pasquins tinham como finalidade difamar a honra das personalidades de destaque, o qual era motivado pela ambição do poder. Enfim, para ele, os pasquins não tiveram nenhuma contribuição cultural, social, apenas política uma vez que houve vários assassinatos por conta desses folhetins.

Porém, ao se falar em liberdade de expressão, naquela época o Maranhão era bastante censurado pelas autoridades provinciais, à proporção que, esses mesmos sempre impediam a qualquer custo, o surgimento dos movimentos revolucionários. Por causa de tamanha censura, a população se via no direito de reivindicar todas as suas queixas, de alguma forma. No caso, os pasquins foram o único meio encontrado para expressar a indignação política da população. Somente através desse recurso, pode-se conhecer o outro lado da história, a versão das camadas populares, e não o que as autoridades queriam apresentar.

Eram por meio dos pasquins, que os grupos políticos desejavam o poder e travavam verdadeiras guerras transformando os jornais em arena de combate dos inimigos. Estas produções surgiam às vezes da insatisfação individual de algum cidadão ansioso por demonstrar sua revolta, ou da insatisfação coletiva de grupos sedentos por justiça ou por atormentar a vida dos adversários. Os pasquins tomavam corpo e forma sempre que os interesses pessoais ou políticos estivessem ameaçados.

Os pasquins, onde quer que tenham aparecido, são frutos de um determinado momento político. É exatamente em situações especiais, isto é, quando o império da força tenta salientar o direito da livre manifestação das idéias ou o poder se torna mais forte do que os interesses coletivos, é aí que essas folhas tomam forma (JORGE, 1998, p.14).

Os pasquins percorriam com a proposta de defender certos grupos ou determinada causa política. Estes periódicos quebraram a monotonia não apenas dos jornais conservadores, pelo seu estilo exaltado, mas da própria sociedade que os olhava como ameaça constante à privacidade. E por isso, a sociedade estava sempre vigilante pelo próximo número que poderia trazer algo que comprometesse os cidadãos ludovicenses.

1.4 Na trilha dos primeiros jornais maranhenses

Nesse período, agitado por muitos tumultos, pouco importante foi o papel da imprensa, devido à falta de segurança e de liberdade na província. Dessa feita, em 1825 o ambiente era pouco favorável à implantação de um jornal que viesse assumir uma postura política sobre determinadas idéias. Nesse período, num ambiente nervoso, decorrente dos conflitos entre portugueses e brasileiros, é notável o aparecimento dos jornais: *Argos da Lei*, dirigido por Odorico Mendes, e *O Censor Maranhense*, dirigido por Garcia de Abranches.

Odorico Mendes, aos 26 anos, por meio do seu jornal *Argos da Lei* (1825), assimilava as idéias importadas da Europa, discutindo o ‘nacionalismo’, declaradamente contrário àqueles favoráveis à recolonização brasileira. Era propenso a que os lusitanos, arredios à adesão do Maranhão à Independência do Brasil, perdessem seus cargos públicos e fossem deportados para suas terras, situação que repercutia favorável junto aos maranhenses, mas pessimamente diante dos portugueses e seus defensores. Para sobreviver, esse periódico ardente e patriótico mantinha assinaturas (subscrição pública) e trazia pequenos trechos de anúncios.

Logo teve um adversário, *O Censor Maranhense* (1825) periódico Corcunda², dirigido por João Garcia de Abranches, com forte vocação moralizante, acreditando na censura não só como forma capaz de reprimir manifestações de pensamento dos jornalistas, mas como um meio eficaz de controlar a corrupção de funcionários públicos e autoridades. Também não aceitava que as autoridades fossem alvo de críticas, devendo estas serem respeitadas pelos cargos que exerciam.

Odorico Mendes nesses debates por vezes perdeu a calma e a precisa tranquilidade de um doutrinário. Digladiou com provocações e injúrias, atacando todos os portugueses coletivamente. Alcançou por isso grande áurea entre os patriotas exaltados, e o *Argos* ganhou em popularidade quanto perdeu em moderação.

O jornalista maranhense João Francisco Lisboa viveu no tempo da efervescência política no Maranhão, com grande influência da imprensa (os jornalistas punham sua pena a serviço de partidos e facções, sendo o jornal uma arma indispensável na luta política), num momento de conflitos entre as oligarquias, ataques a portugueses e rebeliões populares. São

² Corcunda: era o nome que, nessa época, recebiam no Maranhão os que defendiam causa ou opinião favorável ao domínio português (SERRA, Joaquim. Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão, 2001, p. 111).

Luís era uma acanhada capital da província, marcada pela forte influência portuguesa, resíduo do antigo Estado Maranhão e Grão-Pará, com mais da metade de sua população composta por escravos. Ainda que oriundo de importante família de fazendeiros, Lisboa não cursou medicina ou direito, (caminho normal dos de sua classe), militando durante vários anos na facção liberal dos bem-te-vis.

Publica seu primeiro jornal *O Brasileiro* em 1832, periódico que estigmatizava os portugueses por causa das lutas inflamadas que se seguiam à Independência, mas isso era desculpável à vista das provocações do tempo. Num tom sempre vibrante de patriotismo, João Lisboa nunca alimentou questões por simples antipatias e não procurava influir nas massas populares com desaproveito da ordem e tranquilidade pública.

Em 03 de julho de 1834, vem a lume o primeiro número do *Eco do Norte*, foi órgão do Liberalismo, já então partido forte e organizado, que defendeu e auxiliou eficazmente a administração do Presidente Antônio Pedro da Costa Ferreira, depois Barão do Pindaré. Pode-se dizer que ele foi o primeiro jornal democrático educado na escola das liberdades moderadas, e cessou em 22 de novembro de 1836, como ressalta Henriques Leal: “termina a primeira fase da vida jornalística de J. F Lisboa” (PANTHEON MARANHENSE, 1987). E em 1838 edita a *Crônica Maranhense*, seu jornal mais combativo, também órgão do Partido Liberal e sustentou-se na arena até 24 de março de 1841.

Dirige ainda, entre 1842 e 1855, o *Publicador Maranhense*, que viria a ser seu último jornal. Desencantado com a política, dedicou-se a estudar e a escrever temas de história e folclore, além de advogar sem diploma.

No início da década de 50, saíram no jornal *Publicador*, trabalhos graciosos e nunca olvidados folhetins seus sobre a Procissão dos Ossos, a festa de Nossa Senhora dos Remédios, o teatro de São Luís. Sua obra principal, no entanto, com grande cunho político foi o *Jornal de Timon*, que começou a ser publicado em 1852, em forma de folhetins mensais. Talento cheio de opulências e originalidades manejava a frase com vigor e conhecia todas as oportunidades de expressão. Amoldando-se com graça e prontidão a diferentes gêneros, aquele estilo maleável e matizado, sabia ser erudito e sobranceiro no dizer. Como afirma Joaquim Serra: “João Lisboa. O Timon Brasileiro, além do seu indiscutível mérito como historiador e literato de primeira ordem, é uma alta sumidade no jornalismo periódico, e o seria sempre, não só no Brasil como em qualquer dos países mais cultos e adiantados do Velho Mundo” (SERRA, 2001, p. 84).

Publicou o último volume, dedicado à história do Maranhão e biografias dos conterrâneos: Odorico Mendes e Padre Antônio Vieira, em 1858 e tudo quanto se refere a índios e escravidão no Brasil; quando residia em Lisboa.

Carvalho, J. (1995, p.17), relata que Lisboa "não esconde o profundo pessimismo quanto aos costumes políticos de sua província, sobretudo quanto às práticas partidárias e eleitorais". Várias passagens do seu jornal não parecem ter sido escritas há mais de 140 anos, tão atuais se mostram: grandes gastos eleitorais, inclusive com dinheiro público; partidos personalistas, sem ideias e princípios; mudanças frequentes de partidos; campanhas baseadas em insultos pessoais, visando à vida privada dos candidatos; fome de empregos públicos; troca de favores; corrupção generalizada e impunidade.

No mais, seu espírito era aberto às ideias de progresso e admirava a marcha da civilização pelo impulso das forças democráticas. Muitos de seus artigos tiveram grande influência sobre os acontecimentos públicos da província pelo ensinamento e lição que neles se continha.

A imprensa política tem em nosso País prestado grandes e importantes benefícios. A ela se deve tudo quanto de bom que foi promulgado pelos poderes públicos, porque só ela tem agitado as grandes questões sociais, que hoje se acham solvidas, ou em via de solução.

Destaca-se, entre outras, a grande individualidade de Francisco Sotero dos Reis, esse ilustre escritor toda a sua vida não foi outra coisa senão um grande educador, que na cátedra do magistério, quer na tribuna jornalística. Em 1825, vemo-lo fundando *O Maranhense*, hebdomadário escrito com muito bom senso, prudência e sisudez de moda de encarar as questões patrióticas que se agitavam. Foi uma folha conciliadora entre os moderados e os exaltados. Em 1831, ao lado de Odorico Mendes, pregou no *O Constitucional* o esquecimento do passado e o perdão dos iludidos. Foi *O Constitucional* um tipo de cordura e de moderação.

Em 1836, funda Sotero dos Reis *O Investigador Maranhense*, que durou até 1839, sempre vigilante na defesa dos interesses sociais e, sobretudo estimulando o espírito público para o engrandecimento da província. Em 1851, começa a escrever para o *Correio dos Anúncios*, que em 1862 foi substituído pelo *O Constitucional*, folha que pregava ideias de conciliação e defesa da constituição, e que não deve ser confundida com a outra, tendo esse mesmo título, que redigiu ele, em 1831, com Odorico Mendes.

Contudo, em 1854, o ilustre professor maranhense é convidado para dirigir a redação do jornal *O Observador*, fundado em 1847 por Cândido Mendes de Almeida, que mantinha a sua própria tipografia em São Luís.

Sotero permaneceu dois anos à frente do *Observador*, quando passou a redigir, em 1856, o jornal oficial da província, o *Publicador Maranhense*, de Inácio José Ferreira, proprietário da tipografia onde era impresso. Conservou-se nesse órgão de imprensa até 1861, quando abandonou o jornalismo, dedicando-se somente à carreira de professor, literato e filólogo, segundo Antônio Henriques Leal, como resultado de pressão política do presidente da província, à época.

Como quer que seja, a importância de Sotero junto à opinião pública maranhense deve-se ao fato de sua inegável contribuição para a formação do gosto literário da época, com seus artigos de crítica literária e a divulgação e estímulo dos talentos locais e nacionais.

A imprensa maranhense oitocentista conheceu um grande número de jornalistas e periódicos com intensa atividade, não somente na capital da província, mas também pelas cidades do interior do Maranhão. Foram muitos os jornais e revistas postos em circulação, sobretudo em virtude do significativo crescimento do parque tipográfico, instalado principalmente em São Luís. Nessa fase de prosperidade e crescimento do jornalismo maranhense, é possível enfatizar a atuação de alguns importantes periódicos literários, a maioria com uma duração sempre muito breve, mas que foram decisivos para a consolidação do mundo literário da província, uma vez que ofereceram espaço para a publicação da abundante produção poética que o Maranhão conheceu logo após a criação de um dos parques tipográficos mais ativos e avançados do Brasil do século XIX.

No ano de 1845, surge o *Jornal de Instrução e Recreio*, uma revista criada pela *Associação Literária Maranhense*, fundada naquele mesmo ano e composta pelos talentosos estudantes do Liceu Maranhense, tinha muitos artigos sobre ensino, métodos e sistematização de estudos, era revista literária amena, verdadeiro repositório de trabalhos dignos da maior vulgarização. Esse periódico circulou até o ano seguinte, mensalmente, quando foi extinto e substituído pelo *Arquivo Maranhense*, órgão da mesma associação, em 28 de fevereiro de 1846, tendo como objetivos a divulgação das letras, ciências e do gosto pela instrução entre os maranhenses.

À época em que esse periódico foi editado, o presidente da *Associação Literária Maranhense* era Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, amigo íntimo de Antônio Gonçalves Dias, então membro efetivo da entidade, que iniciou sua carreira literária como colaborador assíduo do periódico, com a publicação de suas primeiras poesias, tais como “Seus Olhos” e “A Mendiga” e etc.

Com o encerramento das atividades de *Arquivo Maranhense*, o grupo fundador dissolve-se, para depois reorganizar-se em outras entidades e periódicos, como o *Jornal da*

Sociedade Filomática Maranhense (1846), órgão cuja breve duração acabou por denominá-lo posteriormente como *Revista da Sociedade Filomática*. Foi fundada por Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, Silva Maia, Fábio Reis, Raimundo Matos, Manuel Vilhena e Gomes Belfort, entre outros, e instituiu preleções científicas e literárias. Os poucos números que saíram da revista foram consagrados a assuntos científicos e especialmente agrícolas.

1.5 Publicações jornalísticas no Maranhão na segunda metade do século XIX

O jornalismo da segunda metade do século XIX, segundo Nelson Werneck Sodré em *História da Imprensa no Brasil* (2011), comenta ter características mais brandas, no que se refere ao seu caráter jornalístico, visto que esse período presenciou a vitória da feição conservadora dessa imprensa, que se diferenciou muito da fase anterior, liberal, momento em que houve uma grande propagação de jornais políticos nas mais diferentes províncias do Império. No fim da década de 50 do oitocentos, a imprensa maranhense se identificava por ser diversificada, possuindo jornais que tratavam desde questões literárias até as políticas. Um quadro bem diferente da fase anterior, caracterizada pela vulgarização da linguagem e da extrema agressividade dos pasquins que representavam os grupos políticos da província.

Em 1852 veio à luz *O Eclesiástico*, periódico dedicado aos interesses da religião, sob a redação dos cônegos Raimundo Alves dos Santos e Francisco José dos Reis. Era folha de doutrina escrita com moderação e brandura. No mesmo ano publica-se *O Cristianismo*, semanário religioso, redigido pelo cônego Manoel Torres da Silva e frei Vicente de Jesus, escrito com talento e em linguagem grave e moderada. Essas duas folhas religiosas capricharam em viver arredias de qualquer polêmica, limitando-se a publicações de atos do bispado, artigos originais ou transcritos relativos à doutrina católica, histórias, moral e notícias. Ambas as folhas nada tinham de comum com a *Civilização* (1881), embora uma folha bem escrita era cheia de azedume e causadora de polêmicas.

Outro periódico literário de alguma importância para a consolidação do mundo literário no Maranhão oitocentista foi o *Eco da Juventude* (1864-1865), “publicação dedicada à literatura”, que reuniu um conjunto menos expressivo de literatos que ocupavam o cenário das belas-letas maranhenses, entre os quais se destacava a professora e escritora Maria Firmina dos Reis, que publicou alguns poemas e ficção, em forma de folhetim *Gupeva, romance brasiliense*, publicada entre os números 14 e 17 do periódico.

Outros órgãos menos expressivos foram ainda publicados ao longo desse período de formação da identidade cultural e literária da província, *A Marmotinha* (1860) que teve

como modelo e inspiração *A Marmota da Corte* (1849-1861), de Francisco de Paula Brito. Ambos publicavam uma grande variedade de artigos literários, crônicas locais, poemas e textos de conteúdo jocoso e recreativo.

Contudo, dentre os jornalistas literários que teve o Maranhão, destaca-se o nome de Joaquim Maria Sobrinho Serra, professor, político, jornalista, tradutor, poeta e teatrólogo que participou intensamente da campanha da abolição da escravatura, defendendo-a a frente de diversos periódicos. Iniciou-se na imprensa em 1859, com 24 anos de idade, colaborando, no Maranhão, na redação de *Ordem e Progresso* (1861), juntamente com Dr. Gentil Braga e Antônio Belfort Roxo, periódico hebdomadário, órgão da liga entre liberais e conservadores. Em fevereiro do ano seguinte foi substituído pela *A Coalizão*.

A Coalizão (1862) saía duas vezes por semana. No seu primeiro ano foi redigido por Gentil Braga e Joaquim Serra; no ano seguinte, José Joaquim Tavares Belfort passou a fazer parte da equipe de redação. Em 1865 Joaquim Serra deixou o jornal. Em 1866 Felipe Franco de Sá passou a ser seu único redator, e nesse mesmo ano *A Coalizão* deixou de circular. Apesar de ser um jornal partidário tinha uma folha literária e artística (SERRA, 2001, p. 39).

Sai o primeiro número de *O País* (1863), jornal noticioso, dedicado aos interesses do comércio. Seu redator e proprietário é Temístocles Aranha. O periódico começou saindo três vezes por semana, em 1878 passou a ser diário, e a cada dia, com vários melhoramentos, consolidou-se. É hoje uma das mais importantes folhas do Norte do Império. Tem publicado importantes artigos sobre questões de lavoura, indústria, artes e finanças. Traz sempre noticiário abundante e variado; excelentes transcrições, revistas dos estrangeiros e correspondência telegráfica. O autor de *O Cativo* comenta sobre a cultura do vernáculo na metrópole, ele afirma que em nenhuma outra província se excedia pela pureza, correção e elegância da linguagem: “Temístocles Aranha caprichara sempre em manter a imprensa doutrinária em moldes elevados de estilo de modo a educar a opinião com leituras instrutivas e agradáveis” (ABRANCHES, 1992. p. 109).

Foi o mais completo órgão de informação e expoente de cultura que teve a província do Maranhão antes do regime republicano se implantar no Brasil. Temístocles Aranha atraiu para *O País* os melhores talentos jornalísticos daquela época. Segundo Joaquim Serra, o jornal exerceu decidida influência na opinião pública maranhense, pois gozava na cidade de São Luís do melhor conceito.

O jornal era igualmente muito bem revisto e impresso, nas páginas destacavam-se os noticiários e o minucioso retrospecto comercial, de autoria de Joaquim Coelho Frago.

Durante a Guerra do Paraguai, o jornal, juntamente com o *Publicador Maranhense*, adotou a prática de publicar correspondências de militares que se encontravam na linha de frente.

Dessa forma, o jornal *O País* projetava-se no panorama da vida social de São Luís. Circulou no decorrer de toda a guerra do Paraguai, encerrando suas atividades somente em 1886, quando se fundiu ao *Publicador Maranhense*, dando origem a outro jornal.

Há outro jornal, cuja referência deve ser feita. Trata-se de *A Situação*, fundado em 18 de junho de 1863, órgão oficial do Partido Conservador. Tinha como redatores Luís Antônio Vieira da Silva, Heráclito Graça e João da Mata de Moraes Rego. Em seus últimos tempos, foi redigido pelo jornalista Fernando Vieira de Sousa. De acordo com “Joaquim Serra, (2001, p. 40), era um jornal que defendia seu partido com paixão, porém, com dignidade e com elevada linguagem”. *A Situação* foi um jornal variado nos assuntos, procurava informar tanto sobre a política provincial, como a do País, sendo um esforço adversário do governo provincial durante o obscurantismo dos conservadores, mas, apesar disso, circulava com muita interrupção.

Joaquim Serra deu sua mais significativa contribuição para as belas-letas, ainda na província, com a fundação do *Semanário Maranhense* (1867-1868), importante periódico literário da segunda metade do século XIX, responsável pela publicação e reconhecimento da copiosa produção de toda uma nova e importante geração de intelectuais e literatos maranhenses, assumindo a missão de oferecer as suas páginas como foro adequado para que as artes e as ciências, sobretudo a literatura, ocupassem um espaço privilegiado, na pauta da opinião pública.

Em 1870, reaparece o *Diário do Maranhão*, que em 1873 torna-se publicação diária. Folha de agradável leitura, ainda hoje existe, tendo tido melhoramentos progressivos. Escrita por muito tempo pelo Dr. César Augusto Marques, espírito ilustrado, pesquisador das causas pátrias e escritor fecundo. A ele devemos um grande Dicionário histórico e geográfico do Maranhão e muitas outras obras históricas e científicas.

Aparece o *Jornal para Todos* em 1877, periódico trimensal, sem filiação partidária, com publicações variadas e interessantes, não era uma folha destinada à disseminação de conhecimentos úteis, mas satisfazia o seu intuito dando leitura amena e por vezes instrutiva a todas as classes sociais.

Sai à luz *O Telégrafo*, também em 1877, publicado semanalmente, a princípio redigido pelo Dr. Abílio Ferreira Franco e sem caráter político decisivo; depois, órgão conservador sob a redação de Ricardo A. de Carvalho.

Destaca-se também o jornal *A Flecha* em 1879, fundado por Paulo Duarte, Aluísio Azevedo, Eduardo Ribeiro, Agripino Azevedo e João Afonso do Nascimento. Periódico trimensal, era uma revista ilustrada e nas suas ilustrações, eram feitas críticas à Igreja Católica, a D. Pedro II e aos parlamentares. Compreende-se perfeitamente o poder de uma imprensa humorística, embora violenta, mas que saiba manter-se com decência e dignidade.

Em 1880, surgiu em São Luís um jornal chamado *Civilização* que estava vinculada aos padres do Seminário Santo Antônio, demonstrava em suas crônicas os ideais clericais e críticas ácidas aos livres-pensadores, principalmente contra Aluísio Azevedo, que colaborou de forma intensa nos jornais locais, tendo uma atividade ativa de protestos contra as atitudes da igreja.

No mesmo ano, aparece *O Pensador* para combater os ideais católicos de *Civilização*, folha dedicada a dar publicidade ao livre pensamento, redigida por: Aluísio Azevedo, Manuel de Bittencourt, João Afonso do Nascimento e outros. Em 09 de outubro de 1880, surge *A Pacotilha*, jornal propagandista da Abolição e da República e de grande expressão no cenário jornalístico, fundado por Victor Lobato.

A existência da imprensa política é uma necessidade urgente de todos os centros de grande atividade. Cabe a ela a maior parte da glória pelas conquistas da civilização com que temos assinalado nossa vida pública. Sobre esse assunto enfatiza Joaquim Serra: “A imprensa política tem em nosso País prestado grandes e importantes benefícios. A ela se deve tudo quanto de bom e salutar há sido promulgado pelos poderes públicos, porque só ela tem agitado as grandes questões sociais, que hoje se acham solvidas, ou em via de solução” (SERRA, 2001, p. 52).

Estabelecida à República, e com ela o desequilíbrio econômico consequente da abolição, inicia-se no Maranhão um ciclo de decadência, agravado por um severo processo de mudanças sociais e uma evidente instabilidade política regional. Igualmente decadentes, os jornais da época não tiveram grande destaque no cenário nacional – os grandes jornalistas não se encontravam mais lá, deslocando-se, em sua maioria, para o Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

Entre os jornais da época, citam-se *O Globo*, *O Norte*, *Folha do Povo*, *O Combate*, *Diário da Tarde*, *Pacotilha*, *O Imparcial*, *A Tribuna*, *O Tempo*, *Jornal do Povo*, *Diário da Manhã*, *Correio do Nordeste* e o *Jornal Pequeno*, cujos editoriais tinham suas linhas traçadas em conformidade com a política de apaziguamento entre a tradicional e acatada família maranhense e as iniciativas governamentais.

A imprensa maranhense havia atingido, então, maturidade e quantidade, e se instalado, definitivamente, como instituição, na sociedade local, contando com um público cativo, um parque tipográfico, com frequência uma tipografia própria dos jornalistas, que permitia a sua edição constante, além de um grupo expressivo de homens de letras e jornalistas, que abasteciam os periódicos de textos e matérias sobre os mais diversos assuntos, sobretudo os de caráter político-partidário.

Como quer que seja, a imprensa maranhense havia atingido um inequívoco processo de maturação durante o século XIX, e os jornais e as revistas literárias e científicas, mesmo com duração efêmera, haviam sido incorporados à cultura e à vida social da província, principalmente na capital, São Luís. Observa-se, em todo o País e também no Maranhão, que a qualidade dos periódicos melhorou de maneira considerável, uma vez que a agitada atividade política que teve palco entre 1822 e 1840 deu lugar, após o começo do segundo reinado, a um período longo de relativa calma e paz entre os partidos políticos, diminuindo assim a profusão de pasquins e jornais partidários, cujas linhas editoriais, com artigos apaixonados e polêmicos, diminuía os predicados dos textos publicados.

Além disso, nessa época os periódicos já podiam contar com um público relativamente cativo, e, em virtude do crescimento da indústria tipográfica e do aumento da oferta de espaços destinados à publicação de textos diversos e propaganda comercial, com uma distribuição razoavelmente melhor e preços mais baixos. Auxiliada pelo grande parque tipográfico à sua disposição, a imprensa maranhense, em resumo, instalou-se em definitivo no coração da sociedade, ajudando a formar e consolidar a opinião pública não somente no que diz respeito ao debate político, mas também em relação ao gosto literário, artístico e mundano, divulgando, por igual, assuntos relativos à instrução pública, à ciência e à filosofia.

1.6 Municípios maranhenses e seus jornais pioneiros entre 1821 e 1899

A imprensa no Maranhão começou em São Luís, localizada no extremo Norte do Maranhão, no ano de 1821, concentradora, até então, das principais atividades comerciais da região, chegando a ter o quarto porto exportador do Brasil. A implantação da letra impressa percorreu, em seguida, o Leste, a região Central, chegando ao Sul e, por fim, ao Oeste, região que somente obteve crescimento econômico acentuado em meados do século XX.

Nos primeiros 20 anos do século XIX, da imprensa maranhense, os jornais não foram apenas testemunhas da história, mas autores da mesma, pela participação política e cultural da província. No interior, o movimento dos jornais seguiu lento, pois as motivações

sociais, culturais, políticas e econômicas, sustentadoras da vinda tardia dos impressos, continuaram a predominar na maioria das cidades, porém conseguiu seguir os passos do crescimento socioeconômico centrado na capital.

Foi uma época áurea pela presença de Odorico Mendes (precursor dos pasquins no Maranhão, com participação também nos jornais de São Paulo e Rio de Janeiro), Garcia de Abranches, Frederico Magno, José Cândido de Moraes e Silva, João Lisboa, Cândido Mendes, Sotero dos Reis, entre outros.

As primeiras tentativas de mapear o surgimento da imprensa maranhense, compreendendo, além de São Luís, as cidades das demais regiões do território, remontam a 1883, quando Joaquim Serra, o jornalista professor, um desses tantos escritores notáveis de que o Maranhão fez safra abundante no século XIX, (fundador e diretor de jornais), escreveu *Sessenta anos de jornalismo (1820-1880): a imprensa no Maranhão*, obra que lista o nascimento de jornais, porém sem vinculá-los à cidade de origem o que nos faz deduzir que a compilação inclui somente impressos de São Luís.

Mencionam-se também os autores César Augusto Marques que em 1878 publicou *História da imprensa no Maranhão* (primeira parte), com informações sobre a imprensa da província e referências a jornais de São Luís, Viana e Caxias. E Antônio Lopes, com uma obra homônima a de Marques, que contém críticas e fontes sobre o jornalismo maranhense, bem como aos seus fundadores, com descrição da vida de jornalistas que marcaram a história da imprensa local.

No apêndice deste trabalho, podemos conferir um quadro intitulado “Municípios Maranhenses e seus Jornais entre 1821 – 1899” com as cidades e seus respectivos jornais, catalogados de acordo com o título, data de fundação e periodicidade.

Esses jornais registraram aspectos cruciais da história do Maranhão, oferecendo a possibilidade de estudo, permitindo a percepção de costumes, das ideias, da mentalidade vigente num determinado espaço histórico-cultural.

Entre esses impressos, é evidente o grande número produzido em São Luís: 132 jornais; seguindo-se Caxias, com 14; Viana, com 07; Codó, com 04; Picos (Colinas), com 06 e Barra do Corda, com 03 jornais. Dados que podem ser compreendidos, quando se observa alguns aspectos da São Luís do século XIX. De acordo com Mathias Assunção (2000) em *Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão* declara que: “a cidade concentrou as principais atividades comerciais da região, chegando a ser o quarto porto exportador do Brasil”.

Além disso, São Luís e as cidades circunvizinhas (como Viana) apresentavam um processo de modernização, na segunda metade do século XIX, sustentado pela instalação de fábricas têxteis. Conforme Ribeiro Júnior (2001 apud PINHEIRO 2007, p. 54), das 13 fábricas instaladas no Estado, 08 foram implantadas em São Luís e 05 no interior, sendo 04 nos municípios de Caxias e Codó. Também é em São Luís que se localizava a máquina estatal, e onde a população teve mais acesso à escolarização e com relativo progresso social.

Chama ainda atenção, no Catálogo de Jornais Maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, os períodos com maior produção literária no Estado, como é o caso dos anos de 1890 que apresentou uma circulação de 36 impressos e de 1880, com 21; em 1870 teve 20. Já a década de 1860 registrou 19 títulos. Em 1850, circularam 23; em 1840, foram verificados 25; e nos anos de 1830 e 1820, ao todo, apenas 22 impressos.

Pode-se observar que nos anos de 1890 houve um aumento significativo do número de jornais literários, pode ser explicado pela proximidade com o século XX, momento em que o Maranhão, assim como todo o País, passava por um surto de crescimento econômico e modernização.

QUADRO 02 – Periodicidade dos jornais maranhenses no século XIX

DIÁRIO	SEMANAL	QUINZENAL	BISSEMANAL	MENSAL	BIMENSAL	TRIMENSAL	OUTROS
07	66	03	29	04	07	09	38

Fonte: Catálogo de Jornais Maranhenses do Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (2007).

No que se refere à periodicidade dos jornais literários maranhenses do século XIX, verificou-se uma maior quantidade de títulos semanais (66), mas há também um volume significativo de impressos, sem uma circulação definida (38). Os bissetimais (publicados duas vezes na semana) com 29, e bimensais (publicados duas vezes no mês), apresentam 07 títulos cada. Já o mensal (publicado uma vez no mês) com 04, o trimensal (publicado três vezes no mês) com 09 e o diário (com circulação mais de cinco vezes na semana) contam com 07 impressos. E o quinzenal era o menos expressivo desse período, apresentando apenas 03 títulos publicados.

O quadro 02 mostra que, em termos de produção dos semanários por décadas, o período entre 1890-1899 ocupa o primeiro lugar no Maranhão, durante o século XIX, com 18 jornais publicados, seguido pelas décadas de 1850, 1860, 1870 e 1880, que registraram, respectivamente, 11, 10, 09 e 10 impressos semanais. A década de 1840 ocupa o terceiro lugar

na circulação de semanários maranhenses, apresentando 05 títulos. Os anos de 1830 contaram com 03 e, em 1820, circularam 02 jornais. Observou-se, também, o vazio de folhas semanais nas primeiras décadas do século XIX.

Em São Luís, centralizou-se a maior parte dos investimentos relacionados ao jornalismo. É inegável a importância que o jornal teve nesse século como suporte para a circulação da literatura e para a ampliação das atividades intelectuais. Por meio da profusão de folhas noticiosas que tratavam, principalmente, de embates políticos, a cidade elevou seu nível cultural.

2 ALUÍSIO AZEVEDO: UM HOMEM À FRENTE DE SEU TEMPO

2.1 Os primeiros anos em São Luís do Maranhão

Como finalidade deste capítulo, traçaremos a trajetória de vida de Aluísio Azevedo, com base em uma das principais fontes de referência sobre o autor, a biografia escrita pelo professor catedrático emérito da *Université de Rennes* Jean-Yves Mérian (natural da Bretanha, França), seu trabalho, que computa 632 páginas, intitulado: *Aluísio Azevedo vida e obra (1857-1913) O verdadeiro Brasil do século XIX*. Livro lançado em 1988 que se constitui como obra de referência quando se realizam estudos sobre o romancista. O estudo sobre Azevedo é interessante para se entender um pouco da história do Brasil, sobretudo do Maranhão monárquico.

Em 14 de abril de 1857, nasceu em São Luís, capital da então, província do Maranhão, Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo. Seus pais foram: David Gonçalves de Azevedo e Emília Amália Pinto de Magalhães, ambos portugueses.

Quando os pais de Aluísio se conheceram, já haviam tido outro relacionamento. David Gonçalves de Azevedo tinha “aproximadamente 22 anos quando chegou ao Brasil”. (MÉRIAN, p. 27, 1988). Era viúvo e não tinha filhos, até constituir uma segunda família, da qual saiu o ilustre escritor. A profissão que ele exercia era de comerciante, por sinal “muito estimado e respeitado, não só pela comunidade portuguesa, mas por toda a sociedade maranhense” (MÉRIAN, p. 25, 1988).

Em virtude do papel que havia exercido durante o período turbulento dos anos 40, e pela sua participação durante a guerra civil da Balaiada, chefiando as tropas dos portugueses, recebeu o título de vice-cônsul de Portugal e chanceler do Consulado Português de São Luís do Maranhão em 14 de maio de 1859. Essa designação que lhe foi conferida só trazia prestígio, porém, não garantia uma vida luxuosa para si e seus familiares.

Em 1841, David Gonçalves fora eleito vice-presidente da Sociedade Dramática Maranhense, com a missão de contribuir para o renascimento cultural da província. Seu interesse pelo teatro, sem dúvida influenciou a vocação precoce de seus filhos para essa arte.

Ele representava, no seio desse organismo e do Gabinete Português de Leitura, o protótipo do comerciante português culto. Nesta sociedade onde a etiqueta devia ser respeitada, David se vestia com elegância e por ser alto, forte e bem apessoado foi cognominado “David, O Belo”.

Já Emília Amália Pinto de Magalhães foi uma mulher que desafiou os costumes da época. Ela tinha 15 anos quando veio de Portugal com seus pais: Custódio José Pinto de Magalhães e Maria José Magalhães. Teve uma educação primorosa e um casamento imposto com Antônio Joaquim Branco, passando a ser chamada de Emília Branco. A história da mãe de Aluísio é conhecida através do livro de memórias, *O Cativo* de Dunshee de Abranches, uma parte de seu livro é consagrada à sua biografia e recordações dela sobre os fatos relevantes da história do Maranhão.

O autor, ao saber que em São Luís vivia ainda uma senhora cultíssima e considerada a crônica viva da cidade, e que conhecera de perto sua mãe e tia, ansiou em poder entrevistá-la “Em certa manhã de Maio de 1830, tive assim a felicidade de ser apresentado a D. Emília Branco, amiga dos primeiros anos de minha tia Amância” (ABRANCHES, p. 76, 1992). Através das narrativas de Emília, pode-se compreender seu destino cruel, ao aceitar com resignação um casamento, e ter a mesma sorte que muitas jovens de famílias burguesas, para quem se escolhia o marido, sem sequer consultá-las. E se as pobres vítimas ousavam revoltar-se contra esses editos paternos, metiam-se em surras como perfeitas escravas e eram postas na rua como indignas e perversas. Emília nomeou essa circunstância de “Cativo das Brancas”:

Não escapei eu também, a esse verdadeiro tráfico de esposas brancas reduzidas a objetos de mercancia entre sócios, interessados e caixeiros, para consolidarem casas mercantis, perpetuarem firmas comerciais, garantirem heranças e sucessões e não diminuïrem capitais realizados. Um belo dia, ainda com dezessete anos incompletos, chamaram-me a presença de um senhor que mal conhecia e disseram-me que, dali por diante, passaria e ser sua noiva (ABRANCHES, p. 123, 1992).

Começou então, o calvário de D. Emília, pois teve que tratar com uma criatura brutal, que proferia palavrões indecorosos e sem o mínimo recato. “Fiz tudo para desmanchá-lo. Foram inúteis lágrimas e súplicas; a obediência e a submissão estavam acima de tudo” (ABRANCHES, p. 123, 1992). O casal tinha muitos problemas que só aumentaram com o nascimento da filha. Emília Branco sofria com a infidelidade do marido que “tinha como amante uma escrava negra com quem aparecia em público até mesmo na presença da esposa” (MÉRIAN, p. 30, 1988). “E certo dia em que usei chamar-lhe a atenção para esse procedimento escandaloso, foi tão violento na réplica e maltratou-me tanto que saí como louca pela porta afora indo abrigar-me na casa de uma família amiga” (ABRANCHES, p. 124, 1992).

Não suportando mais tal infâmia, Emília Branco fugiu com sua filha, constituindo tal ato um mau exemplo para as mulheres da sociedade que teriam de conformar-se com o adultério de seus maridos em silêncio e com resignação. Dunshee de Abranches relata o desenrolar de sua história, após o abandono do antro em que tanto sofrera “Não lhe faltaram injúrias, admoestações, ameaças e até tentativas contra a existência” (ABRANCHES, p. 124, 1992).

Dignamente, educou e sustentou sua filha como costureira. Alguns anos depois, seu marido desfez-se do comércio que possuía em São Luís e embarcou para o Rio de Janeiro, embora livre na época para seu encontro com David Gonçalves, continuava legalmente casada e foi viver, em regime de concubinato, com o jovem viúvo, fugindo assim, dos maus-tratos do marido. Desta união nasceram cinco filhos, só formalmente reconhecidos pelo pai depois da morte do primeiro marido da mãe em 1864. Este episódio da vida de seus pais foi para Aluísio Azevedo o ponto de partida de muitas de suas reflexões sobre o casamento, o amor, as condições de vida das mulheres e a moralidade de São Luís do Maranhão.

Sobre a vida estudantil Azevedo, recebeu os primeiros ensinamentos no convívio familiar. Sua mãe foi sua grande incentivadora na leitura, educada num colégio de freiras, gostava de ler romances franceses e como exemplo de mulher culta, ela seria o tipo de mãe ideal que Aluísio definiria nos anos 80 nas suas crônicas para o jornal *O Pensador*. Além disso, “dispunha de uma boa biblioteca e, sobretudo dos livros do Gabinete Português de Leitura cujo presidente era o próprio David Gonçalves de Azevedo” (MÉRIAN, p. 41, 1988). Naquele tempo, viviam em São Luís um professor de desenho, o italiano Domingos Tribuzi, e um pintor de quadros a óleo, João Manoel da Cunha, D. Emília conseguiu que os dois lhe dessem aulas de pintura. Assim, quase todos os dias, lá se deixava ficar no *atelier* deles, praticando. Progrediu, em breve. Mas sua vocação era, na verdade, outra.

Em virtude da dificuldade econômica em que passava sua família, não teve oportunidade de frequentar a Universidade de Recife ou do Rio de Janeiro, a exemplo de alguns jovens maranhenses como Celso Magalhães, de famílias abastadas, que estudavam nesses centros de ensino. Porém, teve a sorte de ser criado numa das famílias mais cultas de São Luís.

Logo cedo, sua família o colocou em contato com o teatro bem como os seus irmãos, como importante fonte de educação para as crianças. Tal foi a relevância dessa experiência que seu irmão Artur Nabantino Gonçalves de Azevedo (São Luís, 07 de julho de 1855 — Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1908) optou pela profissão de dramaturgo e

o próprio Aluísio fez diversos cenários para peças teatrais. Como lembra Arthur em sua autobiografia:

Desde os mais verdes anos manifestei certa vocação para o teatro e, se não fossem os meus pais, teria, com certeza, abraçado a arte dramática. Aos oito anos organizava espetáculos de súa com os meninos da minha idade e ficava radiante todas as vezes que apanhava um drama ou uma comédia para ler. Na biblioteca de meu pai, que possuía bons livros, preferia as peças teatrais e, como havia muitas em francês, aprendi com facilidade a traduzir esse idioma para poder lê-las (ALMANAQUE DO TEATRO, p. 12, 1907).

Podemos verificar que existia na casa do pai de Aluísio, uma verdadeira escola paralela com uma pedagogia extremamente moderna, onde o teatro desempenhava um papel predominante na formação das crianças.

David Azevedo quis dar a seus filhos segundo as circunstâncias, uma profissão que lhes garantisse uma vida material decente. No Maranhão, para quem não possuía fortuna pessoal, ao que parece era o caso da família Azevedo, a única saída era o comércio. Aluísio em algumas de suas crônicas parece aprovar a decisão de seu pai. Na crônica de 30 de março de 1881, ele elogia a inauguração da restaurada oficina da Tipografia do Frias, que introduzira a gráfica moderna para a época no Maranhão em 1852, e comemora a vitória alcançada através do trabalho e da dignidade:

O Sr. José Maria Corrêa de Frias acaba de fornecer um bom exemplo a nossa mocidade – acaba de provar que, aqui mesmo nesta infeliz ilha, onde parece medrar somente a flor do mal, não é baldado o esforço daquele que se acha possuído de uma vontade de ferro e de um espírito empreendedor. Acaba de nos provar que fora do comércio e sem se tirar a sorte grande de S. Paulo e sem se inventar a *salsa caroba*, pode-se aqui mesmo levantar cumeeira, contando que se tenha coragem para isso e que se esteja verdadeiramente disposto a carregar nos ombros, uma por uma, as pedras do seu edifício (O PENSADOR, nº 20, p. 3).

Ele por ser de origem de uma família cuja situação econômica não era das melhores, precisava trabalhar. O jovem teve seu primeiro emprego aos 12 anos como caixeiro no escritório de um despachante da Alfândega de São Luís, colocado pelo pai. Como embasa Domingos Barbosa: “dedicar-se ao comércio era o caminho para aqueles em que as condições materiais impossibilitavam sonhar com uma carreira brilhante” (BARBOSA, 1966, p. 3). O escritor utilizou essas lembranças para descrever em sua obra *O Mulato*, as ambições, exigências alegrias e misérias dos caixeiros, suas relações com os patrões, e os sonhos dos mais hábeis de ocuparem um dia essa posição. Esse primeiro emprego marcou sua

entrada no mundo dos adultos e o fim de sua infância. Doravante, sua formação intelectual se faria por outros caminhos.

Aluísio precisava trabalhar e, quando abandonou o ofício de caixeiro, dividiu seu tempo em uma série de trabalhos temporários e o aprendizado da pintura e do desenho com o pintor Domingos Tribuzzi e com João Cunha. Durante algum tempo, ele foi guarda-livros, em seguida professor de gramática portuguesa e de desenho no colégio do padre Teillon. O interesse pelas artes era sua preocupação essencial, nos teatros amadores, ele dirigia, criava os cenários e o figurino. Logo, abandonou o emprego no colégio particular e foi viver de sua pintura.

O Maranhão oferecia um campo muito reduzido para um jovem que sonhava outra coisa além da medíocre vida de um caixeiro, seu irmão Artur já deixara São Luís e fora tentar a sorte no Rio de Janeiro. Com o êxito do irmão e o apoio da mãe, aos dezenove anos, decidiu transferir-se para a capital do Império, a fim de fazer carreira no mundo das artes e dedicar-se a pintura.

2.2 Caricaturista e crítico social: sua primeira estada no Rio de Janeiro

Permaneceu durante dois anos e meio, e conheceu uma realidade diferente de sua província. Como capital do Brasil, o Rio de Janeiro se mostrava um local onde a intelectualidade tomava contato com a filosofia e a literatura vinda da Europa. Graças à influência de seu irmão, Aluísio ganhou espaço naquela sociedade e até conseguiu trabalhos nos jornais fluminenses.

Suas contribuições como caricaturista iniciaram-se no periódico carioca *O Fígaro*, em 1876, essa oportunidade surgiu devido à morte inesperada do caricaturista Luigi Borgomainerio. O jornal tinha natureza artesanal, assuntos para todos os gostos e textos escritos com esmerado bom humor. A representação gráfica e variabilidade de temas abordados são como iscas com que os editores e redatores buscavam atrair os consumidores.

Para sua estreia, Azevedo se inspirou na paródia de uma ópera francesa: “*La Fille de Madame Angot*”, adaptada por seu irmão Artur Azevedo com o título: “A filha de Maria Angu” sendo o início de sua carreira de sucesso no gênero opereta. Vejamos a apresentação do seu auto-retrato com a frase que ficaria famosa:

Figura 01 – Aluísio Azevedo por si mesmo.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira³. O Fígaro, nº. 20, Rio de Janeiro, 1876.

“Meus senhores! Apresento-lhes um novo caricaturista, o senhor Aluísio Azevedo, irmão do pai da filha de Maria Angu. É um rapaz hábil que se propõe a fazer caricaturas se o público, juiz severo e imparcial, não mandar o contrário.”

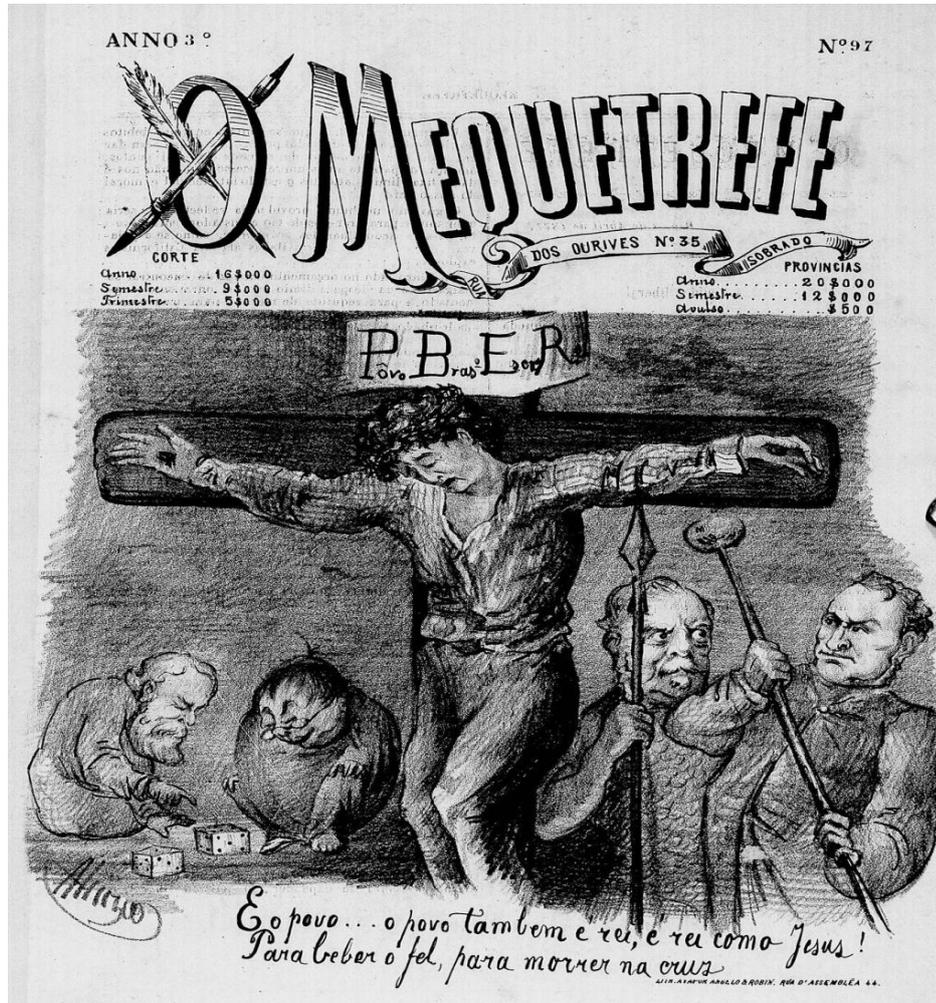
Posteriormente, também publicou no periódico *O Mequetrefe* em 1877, e nenhum acontecimento importante escapava a sua pena, causando forte impacto sobre seus leitores. Este periódico trabalhava com estratégias de atração e sedução do receptor, fosse ele capaz de decifrar letras impressas, ou fosse ele analfabeto, mas capaz de ouvir e entender a Língua Portuguesa. O jornal em questão trazia sempre as folhas repletas de ilustrações, quase histórias em quadrinhos, cuidadosamente desenhados e com textos complementares concisos e bem elaborados.

Seus desenhos são interessantes documentos sobre a vida no Brasil na época, que nos dão indicações exatas sobre o pensamento e as ideias de Aluísio sobre vários temas. No

³ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706710&pesq=>>
Acesso em: 25/03/2018.

plano político, o autor demonstrou, desde o início, sua hostilidade ao regime imperial que explorava o povo, e o Imperador é o principal alvo das suas violentas charges, bem como também ataca a Igreja corrupta.

Figura 02 – Capa da nonagésima sétima edição do jornal *O Mequetrefe*.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira⁴. *O Mequetrefe*, nº 97, Rio de Janeiro, 1877.

“E o povo... O povo também é rei, é rei como Jesus!
Para beber o fel, para morrer na cruz.”

Neste desenho, o povo brasileiro é retratado na figura de Jesus Cristo crucificado, Aluísio é totalmente contra a monarquia, e torna-se defensor da República. À esquerda temos o Imperador jogando dados com um eclesiástico, a impressão que passa, é de descaso com o governo, deixando o País na anarquia e vítima das ambições da Igreja. À direita, o general Caxias fantasiado de soldado romano, fere com sua lança.

⁴ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709670&pesq=>>
Acesso em: 28/03/2018.

Foi nesses jornais que Aluísio Azevedo aprendeu o ofício de caricaturista e lutou contra os acontecimentos e os homens de seu tempo.

Entre 1876 e 1877, o jovem colaborou na imprensa do Rio de Janeiro, fazendo ilustrações com temáticas muito comuns naquele momento: escravidão, monarquia, o próprio imperador, abolição da escravatura e república. Também nesse período conviveu com intelectuais que exerceram grande influência na sua formação, como Teixeira Mendes, que lutava a favor da república; Lopes Trovão – futuro deputado republicano e José do Patrocínio – jornalista e abolicionista. Segundo Mérian: “pensamos que no convívio com esses homens, ele aprofundou seu conhecimento da filosofia positivista e fortaleceu suas convicções abolicionistas e republicanas (MÉRIAN, 1988, p. 86).

2.3 De volta ao Maranhão: embates com o clero ludovicense

Quando Aluísio Azevedo já estava sendo reconhecido pelos trabalhos como caricaturista pelo público do Rio de Janeiro, recebeu a notícia da morte súbita de seu pai, em 08 de agosto de 1878. Prontamente, tomou a decisão de ir a São Luís ajudar sua mãe e seus irmãos menores, porém seu trabalho como caricaturista não lhe permitia pagar por uma viagem de várias semanas, então contou com a ajuda de um amigo de seu irmão Artur, como consta no trecho a seguir sobre sua chegada na terra natal:

- Entra Aluísio. Sua velha mãe com a voz abafada pelos soluços dirige-se a ele, toma-o nos braços e diz-lhe: – Então, sempre pudeste vir, meu filho?
- Sim minha mãe, graças à generosidade de um amigo de nosso Artur, o Comendador João José dos Reis Júnior, filho do honrado visconde de Matosinhos.
- Oh! Deus lhe Pague! Exclama a boa velhinha, sem poder conter umas lágrimas cheias, ferventes, que lhe deslizam vagarosamente pelas faces. (DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, nº 1535, p. 2, 20. 09. 1878).

Posteriormente, ele rememora o acontecido em sua crônica para jornal *O Pensador*: “Arrastado ao Maranhão pela lastimável morte de meu pai, cujo inventário reclamava a presença de um de seus filhos, tencionava demorar-me aqui, apenas três meses – demorei-me quase três anos” (O PENSADOR, nº 122, p. 1). De volta a província natal, chefe de família, sem emprego e apoio. Felizmente, nesses dois anos e meio passados no Rio de Janeiro, ele adquiriu uma formação intelectual suficiente para poder desempenhar um papel de destaque na imprensa de São Luís.

Foi num contexto muito desfavorável que o escritor e seus amigos positivistas tiveram que defender suas ideias, já que os livros atingiam a minoria da população, foi a imprensa que desempenhou a função de inserir essas novas ideias em São Luís.

2.4 Das charges às crônicas jornalísticas

De volta à província natal, um ano após a morte do seu pai, ele inicia como cronista do primeiro jornal sistematicamente ilustrado do Maranhão: *A Flecha* (1879 – 1880), periódico recém-saído das oficinas gráficas da Tipografia do Frias, era uma obra inédita e com periodicidade trimensal. Fundado por: Paulo Duarte, Aluísio Azevedo, Eduardo Ribeiro, Agripino Azevedo e João Afonso do Nascimento – jovens que lutavam contra o clero, considerando-o retrógado e corrupto.

A Flecha nascia sob o signo da ironia, do deboche, da sátira inteligente, da crítica à ignorância e à mesmice que grassava na província. Os autores estavam sob o risco de ter contra si inimigos poderosos como o Estado e a Igreja. O jornal não zerava a contagem de páginas de suas edições seguintes, assim é permitido encontrar as crônicas de Aluísio nas páginas: 10, 18, 29, 35, 47, 55, 59, 67, 102, 110, 118 e 150, notadamente fazendo registros chistosos de fatos do cotidiano são-luisense.

O jornal era caracterizado por ser abolicionista, determinista, contra espiritualista, liberalista, anticlericalista, positivista e naturalista, características próprias da obra desse autor. Aluísio escrevia uma coluna chamada Piticaias⁵, onde assinava com o pseudônimo de Pitriby⁶ (nas edições de números: VI, VII, IX e XV) e Pitrybi (nas edições de números: II, III, IV, V, VIII, XIII, XIV e XIX). Utilizava esse anonimato para aquecer o enfrentamento com o clero maranhense numa irreverência descabelada, já que era a favor da abolição da escravatura e da Proclamação da República, indo de encontro a todos os preceitos católicos seguidos e valorizados pela sociedade maranhense que até então se encontrava submetida aos desmandos do clero.

O grupo que concebeu e realizou *A Flecha* tinha em mente fazer um jornal que mesclasse a crítica aos costumes da população da província – entenda-se aqui, costumes em sua acepção mais ampla – à idéia de novidade, que era fazer um jornal ilustrado, contando com o talento de João Afonso, artista, escritor e professor de desenho de Aluísio Azevedo,

⁵ Piticaia é um nome, de etimologia indígena, dado ao camarão-branco.

⁶ Pitriby é o nome de uma árvore de madeira muito rija. Também o autor teve de ser muito forte para arcar com as consequências de enfrentar a igreja e a própria burguesia.

também artista, embora não tenha colaborado com desenhos para o jornal, mas fundamentalmente jornalista e escritor; e de outros colaboradores que tinham no jornalismo sua arena para contenda com os poderes constituídos.

A *Flecha* foi essa arena e através dela os jornalistas dispararam suas flechadas na direção dos políticos, do clero, dos serviços públicos e da cultura.

A gazeta possuía um personagem indígena de maneira lúdica e satírica, no primeiro número publicado, contém um desenho de um homem bem trajado apoiando em seus braços um índio sobre um semicírculo com a escrita: “mundo das letras” local onde acontecem os debates literários, completando a charge, há, à direita dos personagens, uma inscrição: “Aluísio Azevedo declara que por ora não pode tomar parte, porém até breve”. Com esta frase o redator avisa que Aluísio não participará da primeira edição, estreando sua coluna de crônicas a partir da segunda edição e logo abaixo da ilustração a seguinte legenda: “vai, só espero que vivas mais do que o defunto Jornal para Todos”.

Com esta frase o autor desejou que a publicação tivesse uma existência, pelo menos mais longa do que seu antecessor, o *Jornal para Todos* (1877 – 1878). Desejo esse, que espelhava de certa forma, a realidade da imprensa na época, em que jornais surgiam e conheciam seu fim ao cabo de poucas edições.

Figura 03 – Capa da primeira edição da revista A Flecha.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira⁷. A Flecha, n. I, 1879, p. 1.

A figura do índio era consenso para a maioria dos caricaturistas do século XIX em associar nessa imagem, a ideia do País. Em muitas charges de *A Flecha*, o índio representava o jornal, em outros, sintetizava a nação e a província. Como dissemos, era um personagem alternativo, contestador, capaz de sintetizar politicamente o interesse pelas raízes da nacionalidade. Essa ideia, contudo, já figurava nos textos literários, nos escritores indianistas como dos de José de Alencar e de Gonçalves Dias.

Nas publicações, o personagem nativo servia para rivalizar metaforicamente os segmentos conservadores da cidade. O índio que fora muitas vezes representado em desvantagem em relação ao europeu, agora nas charges é agressivo e consegue se defender com uma flecha (uma metáfora para a crítica).

O que é característico nessa imagem é a flecha, que representa o símbolo de arma mortífera, capaz de ferir simbolicamente “diferentes alvos”. Essa imagem na qual aparece o

⁷ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=417831&pesq=>>
Acesso em: 15/02/2018.

índio segurando uma flecha e disparando contra vários adversários, ilustra e sintetiza adequadamente o sentido e a natureza da charge do século XIX. A crítica é uma seta, cuja direção é definida e direta, indo ao encontro dos seus adversários.

Aquele era um momento de instabilidade e mudança, e, embora lutasse contra a corrente romântica, buscando construir sua literatura em bases naturalistas, Aluísio Azevedo viria a publicar em abril de 1879 um livro dentro dessa corrente, o romance *Uma Lágrima de Mulher*, uma obra romântica por excelência e incoerente com sua tendência Realista, uma história em que a intriga simples se desenrola de modo linear, seguindo a cronologia. Para Mérian (1988), Azevedo, ao publicar esse romance, tinha consciência de estar em contradição com suas próprias ideias.

Entretanto, é necessário considerar que este primeiro romance representou a entrada de Aluísio para o mundo das letras, com o objetivo de formar um público leitor, teve que conquistar com algo que os agradassem e se adequar ao modismo da época, pois sobrevivia da escrita. Além de que para criticar é preciso conhecer muito bem esse gênero. O fato é que o autor nunca repudiou a obra, autorizando sua reedição quase vinte anos mais tarde em 1897, com essa atitude ele comprova a aceitação da obra pelo público, bem como garantia recursos financeiros ao escritor.

João Afonso assinou também, com as iniciais de seu prenome, algumas matérias, geralmente de conteúdos mais simples como o aparecimento de livros, a exemplo do que fez no número IV, relativamente à publicação do romance *Uma lágrima de mulher*, a estreia literária do romancista, que assim é saudada por J. A:

Temos o íntimo prazer de registrar um fato raro nesta terra – o aparecimento de um livro e, coisa ainda mais rara, de um romance. Quem, num círculo acanhado como o nosso, onde só um pequeno grupo liga um pouco de apreço a trabalhos desta ordem, se aventura a torná-los públicos, arrostando assim as ideias intolerantes da maioria, merece um longo aperto de mão e é o que vimos fazer ao nosso amigo Aluísio Azevedo, autor do romance ‘Uma lágrima de mulher’, recentemente publicado (A FLECHA, nº IV, 1879, p. 26).

O Maranhão vivia, como se vê, um período de pequena movimentação literária, depois dos tempos verdadeiramente memoráveis em que apareceu e se movimentou com a força de seu entusiasmo e o brilho de sua cultura, o Grupo Maranhense, que tão alto colocaria o nome e a fama de nossa terra.

No ano seguinte a publicação do romance, ele fundou o jornal anticlerical, *O Pensador*, em 1880, e no mesmo ano, fundou *Pacotilha*, o primeiro jornal de circulação diária. Ambos com o objetivo de propagar ideias Positivistas. Como jornalista e polemista,

esteve muito atento ao que acontecia nos vários campos da vida social maranhense, com interesse particular no papel da Igreja e do clero. Antes de publicar o livro *O Mulato* (1881), Aluísio preparou psicologicamente seus leitores, ele recorreu à imprensa, em suas crônicas jornalísticas, ele escrevia as relações entre os livres-pensadores contra a elite eclesiástica maranhense.

Dois jornais se digladiavam na ocasião: *Civilização* (jornal do clero) e *O Pensador* (jornal de livres-pensadores), a luta era seriíssima, assevera-nos o romancista Josué Montello, que relata que várias figuras eclesiásticas, aparentemente respeitáveis, namoravam pelas esquinas da cidade, e alguns, mais audaciosos, entravam e saíam das casas das amantes em plena luz do dia. Sobre esse assunto, há uma série de denúncias nas colunas de *O Pensador*, denúncias essas, que não foram contestadas.

Fez uso também, pela primeira vez no Maranhão, de cartazes e panfletos com caricaturas que ofendiam o jornal católico, não tinha medo em ganhar a inimizade de uma parte da burguesia, que já lhe era hostil em razão da violência de seus artigos publicados em *O Pensador*. Para o lançamento oficial do romance, ele escolheu um momento bem oportuno, para que a população associasse o enredo da história com a situação atual. *O Mulato* foi lançado três dias após o início do processo judicial intentado pelo clero contra os redatores do jornal anticlerical.

Sua publicação inscreveu-se numa época particularmente agitada da vida do Maranhão, que atravessava uma crise social, originada pela decadência econômica, e teve repercussão até no Rio de Janeiro, graças a Artur Azevedo e Joaquim Serra. A narrativa é o reflexo das mentalidades e dos costumes da sociedade maranhense, e a Igreja era diretamente questionada com violentos ataques que logo eram combatidos pelo jornal *Civilização* de maneira virulenta e desenfreada.

A maior crítica contra a Igreja refere-se a seu conservadorismo inveterado, ao apoio que dá aos escravagistas, a manutenção de um povo na superstição e na ignorância. O protagonista Raimundo deixa bem claro que sua fé é nas ciências, e que tem por objetivo substituir o catolicismo, responsável pelos males da humanidade, por essa nova religião influenciada pela filosofia Positivista.

2.5 Acolhida do romance *O Mulato* no Rio de Janeiro

A repercussão do romance no Rio de Janeiro foi importante para alcançar notoriedade, pois a imprensa da capital era a única que dispunha de divulgação a nível

nacional. Era o centro de atração para intelectuais e escritores que queriam escapar do anonimato. Em São Luís do Maranhão, o romance foi repudiado pela população, pois o escritor atacava a base da sociedade: a família, ele sugere uma revolta da mulher em nome da liberdade de fundar uma família sobre a base da filosofia positivista, e que pudesse escolher seu próprio marido.

Combateu também, os portugueses responsáveis a seus olhos pelo conservadorismo econômico, social e cultural; a Igreja que matinha o povo na ignorância, para melhor controlá-lo; a escravidão, causa do atraso econômico, da injustiça e da imoralidade, portanto a maioria dos burgueses se sentia ultrajados por um romance que ridicularizava toda a sociedade maranhense. Como explica Álvaro Sá Viana em um artigo para o jornal diário *A Pacotilha*: “Estamos crenes que *O Mulato* não agradou no Maranhão; muita gente viu-se mais ou menos retratada, ou suas feições em outros rostos, o que não podia agradar.” (PACOTILHA, nº 129, 1881, p.2).

O livro que fez escândalo em São Luís foi bem aceito na capital, isso se deve aos conflitos religiosos que haviam perdido seu vigor no Rio de Janeiro, depois da Questão dos bispos (1872 – 1876) e o público carioca não tinha as mesmas razões que o público maranhense para interessar-se pelo conteúdo anticlerical de *O Mulato*.

Entretanto, em função do seu caráter antiescravagista e de sua orientação ideológica Positivista e Republicana, além de sua estética naturalista, o romance integrava-se perfeitamente na corrente de pensamento da maioria dos jovens escritores e intelectuais da capital. Para compreender a acolhida favorável da obra, não deixa de ter interesse lembrar o desempenho da campanha em favor da abolição que as sociedades abolicionistas e o jornal *Gazeta da tarde*, tratavam desde 1880.

Aluísio, após o sucesso obtido no Rio de Janeiro, decidiu deixar definitivamente São Luís, pois a capital era a única cidade brasileira onde podia continuar sua profissão de escritor. Em sua crônica de despedida ao jornal *O Pensador*, ele relata suas realizações em São Luís:

Para aproveitar os lazes escrevi aqui o meu primeiro romance – *Uma lágrima de mulher*, pintei um quadro a óleo – *Depois de uma barricada*, publiquei o meu último trabalho literário – *O Mulato*; fundei com alguns amigos distintos e talentosos *O Pensador*, do qual só me despedi na ocasião de retirar-me e finalmente chamado a redação da *Pacotilha* aqui demorei-me até as vésperas de minha viagem (O PENSADOR, nº 122, 1881, p. 1).

A partida de Aluísio não foi suficiente para acalmar os espíritos em São Luís, durante sua ausência, os conservadores do jornal *Civilização*, dedicavam-se a destruir o crédito do jovem romancista em sua província natal, lançando mão de diversas calúnias. Isto explica sem dúvida que a distância do autor em relação a sua província se transformou em desprezo e ódio. Ele demonstra toda sua indignação em uma crônica para o periódico *Folha Nova* (1883), um ano e meio mais tarde, na ocasião ele festeja a publicação do livro de poemas “Sinfonias” de Raimundo Correa (VER ANEXO), e demonstra sua amargura pelo presunçoso epíteto Atenas Brasileira:

[...] Maranhão não é Atenas brasileira, Maranhão não é mais que uma triste província de terceira ordem, sem originalidade, sem caráter nacional, sem literatura, sem ciência de espécie alguma, sem a menor noção de Belas Artes, e sem comércios ao menos. A opinião pública é lá formada e dirigida por meia dúzia de portugueses ignorantes e retirados dos negócios; a sociedade diverte-se a falar mal da vida alheia; o trabalho mais rendoso é o tráfico de escravos, e os tais atenienses de maior monta na província os únicos que ela respeita, não passam de alguns tipos pretensiosos, cheios de regras gramaticais e tolice.

[...] Ao contrário de todas as folhas do Sul, todas as folhas diárias do Maranhão conservaram a respeito do livro (*O Mulato*) o mais inquebrantável silêncio, por que o livro atacava de frente a escravidão e a tal Atenas é indecentemente a mais escravocrata província do Brasil.

[...] Aos maranhenses distintos, que tiveram a feliz ideia de deixar a província, onde nunca seriam apreciados para erguerem fora um nome ilustre, todos os nossos afetos e todas as nossas ovações. Mas para esse agregado de nulidades pretensiosas, que constitui a ilha miserável em que nascemos, todo o nosso desprezo e todo nosso esquecimento (FOLHA NOVA, nº 93, 24. 02. 1883, p. 1, grifo nosso).

Trata-se, efetivamente, de uma ruptura definitiva com o Maranhão. Assim, Azevedo exerceu seu papel de livre pensador na sociedade maranhense, até deixar São Luís novamente em 1881, regressando ao Rio de Janeiro, quando passa a viver profissionalmente como escritor de livros e folhetins.

Logo, que chegou ao Rio de Janeiro, participou ativamente da redação de um novo jornal, *O Gazetinha*, criado por seu irmão Artur Azevedo e Aníbal Falcão. Em 1º de Janeiro de 1882, Aluísio forneceu o primeiro folhetim: “*Memórias de um condenado*”, que ocupou o rodapé do jornal até o mês de Junho, bem como várias crônicas assinadas sobre a vida literária e artística. O autor fez um anúncio às vésperas da publicação do romance, com um clima de suspense para aguçar a curiosidade do leitor: “O folhetim que hoje publicamos na nossa segunda página é o prólogo de um belo romance brasileiro, que recomendamos aos nossos leitores” (GAZETINHA, 01 de jan. 1882, p.1) direcionando a atenção do leitor para o desfrute do romance na edição seguinte. Em 1902, houve uma nova publicação do romance em livro, pela editora Garnier, recebendo um novo título: *A Condessa Vésper*.

Na publicação em capítulos, nos rodapés de jornais, Aluísio Azevedo construiu seus romances num diálogo constante com o seu leitor, numa ida e vinda de temas, enredos e extensos trechos importantíssimos de digressões que têm por conteúdo a atuação do leitor a respeito do romance, com questionamentos a sociedade e aos seus costumes.

Na mesma época, também forneceu alguns contos e crônicas para a *Gazeta da Tarde*, tribuna dos partidários da abolição da escravatura. O autor demonstrou ter mais interesse pelo romance/folhetim, entre 1881 e 1886, ele consagrou essencialmente sua atividade criativa à criação de romances, e publicou sucessivamente *Mistério da Tijuca* (intitulado de *Girândola de Amores* a partir de sua segunda edição em 1990) e *Casa de Pensão* no periódico *Folha Nova* e, alguns meses mais tarde *Filomena Borges* na folha *Gazeta de Notícias*.

2.6 O desafio de viver da própria pena

Segundo Jailson Crestani, autor da obra: *Machado de Assis no jornal das famílias* diz que, ao passo que o jornal se constituiu o meio mais acessível de difusão da literatura no século XIX, ele também condicionava os escritores a si adequarem às estruturas testadas e aprovadas da produção comercial (CRESTANI, 2009). Fatores externos, nesse caso o mercado, tiram um pouco da liberdade da escrita, pois submete o autor a um modo de escrever determinados gêneros padronizados, já testados como boa forma de aumentar a venda do jornal.

Muitos autores tinham consciência dessa subordinação ao gosto do mercado e, mesmo considerando o gosto do público anacrônico, escreviam romances para agradá-lo. Aluísio, após lançar romances como *O Mulato* (1881) e *Casa de Pensão* (1882), bem recebidos na Corte como exemplos da tendência naturalista, publicou um romance folhetim ao modo francês, chamado *Mistérios da Tijuca* (1882), espécie de imitação de uma obra do mesmo gênero de bastante sucesso, de Eugène de Sue, chamados *Os mistérios de Paris* (1842). Em um dos trechos do romance, na parte LXI do jornal diário *Folha Nova*, Aluísio fez uma crítica ao gosto retrógrado dos leitores:

[...] Sabes, e se não sabes fica sabendo, que os fatos que aqui deixamos tão a míngua descritos, não são puramente inventados por nós, mas colhidos aqui e ali da vida real. Cada um dos tipos deste romance tem atrás de si um ou mais indivíduos, que encontramos na rua, no teatro, nas repartições públicas ou em alguma reunião de família.

[...] Depois as doses de Romantismo irão gradualmente diminuindo enquanto as de Naturalismo irão se desenvolvendo, até que um belo dia, sem que o leitor sinta, esteja completamente habituado ao romance de pura observação e estudo de caracteres.

[...] Os leitores estão em 1820, em pleno romantismo francês, querem o enredo, a ação, o movimento; os críticos, porém, acompanham a evolução do romance moderno e exigem que o romancista siga as pegadas de Zola e Daudet (FOLHA NOVA, nº 62, 1883, p. 1).

Anos depois, em 25 de novembro de 1884, o autor de *Casa de Pensão*, insatisfeito com a sobrevivência difícil de escritor, ele escreveu uma carta para seu amigo e deputado Afonso Celso Assis Figueiredo, para lhe pedir insistentemente um emprego:

Repito: seja lá o que for. Tudo serve; contanto que eu não tenha de fabricar Mistérios da Tijuca e possa escrever Casas de Pensão. Talvez de pareça feio e até ridículo o que acabo de fazer; não sei, mas desnortado como estou, sôfrego por acentuar esta maldita existência de boêmio que já se me vai tornando insuportável, agarro-me a ti, por julgar-me mais perto de mim e mais apto do que outro qualquer, para compreender a sinceridade e o desespero do que estou dizendo (AZEVEDO apud MÉRIAN, 1988, p. 404-405).

A escolha de verbos como “tenha” indica a condição de subordinação a que os profissionais da pena se submetiam na época. Os verbos “fabricar” e “escrever” também são bastante significativos, dão a entender que o romance folhetim é fabricado, nasce da necessidade veloz da produção em série, comercial, enquanto os romances naturalistas seriam escritos e elevados à condição de arte pura.

Em *Literatura e Sociedade* (2006) Antônio Cândido enfatiza que no Brasil a pobreza cultural das nossas elites nunca permitiu a formação de uma literatura complexa, salvo algumas exceções. Saliente o crítico que, aqui até bem pouco tempo, elite literária significou não refinamento de gosto, mas apenas capacidade de interessar-se pelas letras. Esse problema da falta de um público para ler uma literatura mais reflexiva que não fosse apenas de entretenimento, como o folhetim aos moldes francês, inquietou muito os nossos autores, conforme vimos em algumas de Aluísio Azevedo.

Finalmente em 1885, escreveu *O Coruja* que ocupou o rodapé de *O País*. Essas publicações ofereciam a possibilidade de expressão para os autores brasileiros, que lançavam uma contribuição essencial para o desenvolvimento da literatura nacional.

Azevedo publicou dois contos na *Gazeta Literária*, de Teixeira Melo, *Como ele as arma* em 1883, e *Lição de mestre* em 1884. Sua participação mais notória foi para o semanário *A Semana* com o folhetim anônimo: *Mattos, Malta ou Matta?* um verdadeiro

romance policial, que tinha como tema uma ocorrência que escandalizou o Rio de Janeiro, e que lançava ataques contra os abusos da policia.

Estes periódicos não tinham tanta prosperidade para remunerar corretamente seus redatores e colaboradores, a participação de Aluísio nestas revistas era mais ditada pelo desejo de desenvolver o jornalismo literário. A partir de 1885, corresponde ao fim de sua produção de romances/folhetim. Sabemos que os diretores dos jornais preferiam recorrer às traduções das obras francesas, muito menos onerosas que os romances brasileiros.

Para continuar a crítica aos costumes da burguesia, o autor publica o romance *O Homem* (1887) que trata de um estudo científico de um caso de histeria feminina, além do estudo desse comportamento, traz a luz do dia vários aspectos das relações sociais no Rio de Janeiro, no final do império. Tem valor documental, pois ele dá uma visão sociológica da vida, dos problemas econômicos e raciais entre os operários e a burguesia.

Azevedo não se desinteressou totalmente pelo jornalismo, mas contentou-se com tarefas secundárias nas redações de vários jornais, entre os quais *Gazeta de Notícias* e *Cidade do Rio*. Esta era uma atividade subalterna, pois consagrava o essencial de seu tempo à redação de seus romances.

O romancista, após um afastamento de cinco anos voltou ao jornalismo literário. Ele publicou com a sua assinatura quatro contos em novembro e dezembro de 1890 em *Novidades* e dois outros na *Gazeta de Notícias*, em janeiro e em maio de 1891. Paralelamente, ele dividiu com Olavo Bilac, Coelho Neto e Pardal Mallet o pseudônimo de Vítor Leal para a redação em comum de vários romances/folhetim.

Em 1895, o autor escreveu seu último romance, intitulado de *Língua de uma sogra*, obra experimental, fez uma síntese de suas observações sobre o casamento na burguesia. Este romance marca, de forma inesperada, o fim da obra romanesca de Aluísio. Ele se preparava para mudar o seu modo de existência; acabava de ser aprovado no concurso do ministério das relações exteriores e estava a ponto de partir para assumir o seu posto em Vigo. Pois, sempre aspirou a uma função burocrática que o libertasse da necessidade de escrever dia a dia.

Ele exerceu durante 16 anos o cargo de cônsul, não deixou de escrever romances por falta de inspiração nem por desencanto das letras, nem pelo seu afastamento do Brasil, mas por causa das novas condições de vida da carreira diplomática. Em Buenos Aires, no fim do mês de agosto de 1912, Azevedo foi atropelado por um carro. Porém, de fato ele morreu a 21 de janeiro de 1913 das sequelas daquele acidente (MÉRIAN, 1988).

Em 1916, através da iniciativa de um grupo de acadêmicos entre os quais Coelho Neto, Olavo Bilac, etc. A Academia Brasileira de Letras solicitou junto ao ministério das relações exteriores a remoção do corpo do romancista para sua cidade natal. O tempo apagara as polêmicas da época de *O Mulato* e a cidade saudou com fausto e memória de um de seus filhos mais ilustres.

3 JORNALISMO E LITERATURA EM CONVERGÊNCIA

3.1 Diálogos entre o jornalismo e o literário

Uma tendência imediata (quase um impulso) pode afirmar que jornalismo e literatura pouco tem em comum. E, é possível reconhecer mais desacordos do que afinidades, devido à natureza de ambos. Porém, suas relações são múltiplas e extraordinariamente variadas, pois compartilham do mesmo instrumento fundamental – a palavra – e suas estratégias discursivas verbais. Eles têm o mesmo propósito: comunicar, através de mensagens articuladas conforme acontecimentos e situações da vida real.

O jornalismo, definido historicamente como atividade que apura acontecimentos e difunde informações da atualidade, faz parte de sua natureza tomar a existência como algo observável, comprovável, a ser transmitido como produto digno de credibilidade. Com isso, prestaria uma espécie de testemunho do real, e em certo sentido, o jornalismo tem parentesco com a História, e o jornalista classificado como historiador da vida contemporânea, diariamente compartilhada.

Podemos perceber que o jornalismo tem um modelo-padrão de retratar a vida real, com um formato de mensagem de modo simplificado e seus elementos básicos: o que acontece, quem está envolvido, onde acontece, quando, e as vezes de que modo. Essa maneira de contar tem um nome: notícia. Por ela nos inteiramos do que está acontecendo no Brasil e no mundo.

O texto é claro, objetivo e geralmente seco e direto. Pode-se achar que todo jornalismo seja igual, usando um estilo de linguagem muito parecido. Contudo, quando nos aprofundamos no assunto, começamos a notar que nem todo texto obedece a esse padrão uniforme. Identificamos que existe uma forma diferente, nem tão seca, nem meramente informativa, uma forma marcante e divergente do formato noticioso, é o jornalismo literário.

Mais do que simplesmente passar uma informação, procura colocar o leitor dentro do acontecimento. Reproduz o clima de como as coisas aconteceram, tem um dinamismo próprio. O que acontece tem movimento, a notícia é tratada com vivacidade. O jornalismo literário prefere esse modo de narrar por que seu compromisso implícito com o leitor é dar-lhe não apenas a informação sobre alguma coisa. É fazer com que o leitor passe pela experiência sensorial, simbólica de entrar naquele mundo específico que a matéria retrata.

A informação contida no texto é apenas um ingrediente da receita. O texto tende a ser menos impessoal, não evita a emoção, como acontece muitas vezes no jornalismo

convencional. A vida pulsa no jornalismo literário com toda sua intensidade. O escritor conta histórias reais, com riqueza de sentidos, por isso trabalha um bom conjunto de ferramentas e procedimentos narrativos – técnicas de como informar as notícias – alguns deles originário do próprio jornalismo, outros precedentes da literatura. E deve ter em mente que seu desafio é complexo, pois produz narrativas bem articuladas, mas está limitado pelos elementos que a realidade lhe dá.

O autor Fernando Pessoa em *Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literária*, no capítulo *Argumento do jornalista* confirmou que há uma interdependência entre jornalismo e literatura. Para ele: “O jornalismo é literatura, todavia é uma literatura que se dirige ao homem imediato e ao dia que passa, tem por isso a força da objetividade das “artes inferiores”, o apelo visual das artes plásticas e a força mental da própria literatura” (PESSOA, 1966, p. 283).

Antônio Olinto, num dos principais ensaios sobre o tema no Brasil, na obra *Jornalismo e Literatura*, observou que o jornalismo trata dos mesmos dramas humanos que a literatura, só que através do filtro da rotina. Se conseguir ir além da visão da rotina, o jornalismo pode até ser visto como obra de arte, pois é também um trabalho de criação, da busca de um estilo, da descrição do patético, do trágico, do pungente, do humorístico, do comum e do extraordinário que os acontecimentos trazem consigo (OLINTO, 1955).

De acordo com o professor e jornalista Edvaldo Pereira Lima em seu trabalho *Jornalismo Literário para Iniciantes*, os bons jornalistas literários enxergam e veem também com os olhos da alma. Captam a inteligência racional e com seus sentimentos, com a razão e com a intuição. Então, assim, conseguem ver o invisível. Encontram a fina teia de relações que costuram a dinâmica da vida. Entendem o significado mais profundo dos acontecimentos.

E então nos mostram, com um belo texto envolvente. Abrem o nosso olhar. Compartilham o que compreenderam, colocam ao nosso dispor mais do que a informação de um acontecimento. Aprofundam. Contextualizam. Exibem seu significado real. E o significado que vale mais a pena é sempre simbólico, pois remete a uma dimensão maior das coisas.

É pela necessidade de abrir o olhar sobre a realidade para uma compreensão ampla, unindo o mundo objetivo com o simbólico, mostrando o significado das coisas por causa da relação complexa entre todos os envolvidos numa situação, que o jornalismo literário emprega essa técnica, mas não fica só nela. De fato a técnica faz parte de um conjunto maior: a linguagem simbólica.

O símbolo é algo que representa um objeto, uma pessoa, um evento, um momento, procurando traduzir de maneira sintética, concentrada, suas características principais. É uma das formas de símbolo utilizada com habilidade pelos jornalistas literários é a metáfora (recurso que enriquece muito o texto). Esta, por sua vez, é a representação ou expressão de uma coisa por outra. A aproximação entre elas se dá por analogia, pelo que tem em comum, na aparência (LIMA, 2014, p.21).

Lançando rápida vista retrospectiva sobre o quadro dos jornalistas maranhenses do século XIX, os quais são em sua maior parte os nossos mais estimados poetas e prosadores, verificou-se quão infundado era o preconceito, admitido até certo tempo como verdade indiscutível, que a assiduidade na imprensa periódica prejudica aquele que pretende ser literato na genuína acepção do termo.

Como exemplo da assertiva acima, Gonçalves Dias, o poeta de *Os Timbiras* (1857), Odorico Mendes, o tradutor de Homero e Virgílio, Sotero dos Reis e João Lisboa, modelos de elegância e vernaculidade e estilistas de primor, Gentil Braga, Marques Rodrigues, Trajano Galvão, Aluísio Azevedo, líricos de remontada inspiração, todos são jornalistas de polêmicas, e alguns deles políticos exaltados. Contra esse aforismo que ousa incompatibilizar a literatura e o jornal, citaremos algumas palavras do escritor francês e representante mais expressivo da escola literária Naturalista, Émile Zola (apud SERRA, 2001, p. 100):

A todo novel escritor que me consultar, dir-lhe-ei: – Lançai-vos na imprensa cegamente como quem se atira à água para aprender a nadar. É única escola no momento; é aí, sob o ponto de vista especial do ofício, que se pode forjar o estilo sobre a terrível bigorna do artigo dia a dia. Sei perfeitamente que o jornalismo é acusado de esvaziar os homens, desviando-os de estudos sérios e de outras ambições literárias. A verdade, porém, é que ele só deixa vazios os que já tinham o vácuo no cérebro, e que ele só retém os indolentes que ambicionam pouco. Não me dirijo aos medíocres, porque esses ficam anulados no labor da imprensa, como podiam ter ficado vegetando no comércio ou no tabelionato.

Falo aos fortes, àqueles que trabalham e sabem querer. Que entrem sem medo nos jornais; voltarão como soldados valentes depois de uma campanha: aguerridos, cobertos de feridas, senhores do seu ofício e dos homens.

O objetivo da escrita jornalística literária do escritor maranhense Aluísio Azevedo era de se aproximar cada vez mais dos leitores, por isso, ele oralizava seu pensamento, que era uma estratégia de formação de receptores para a literatura. Com a chegada da imprensa, não seria possível simplesmente abandonar séculos de intercâmbio intelectual oral, até por que não havia leitores em número suficiente para garantir a circulação de jornais e livros. A manutenção de marcas de oralidade nos textos impressos foi uma necessidade, era preciso

deixá-los próximos à realidade cotidiana. Consoante ao escritor e Gonzalo Martín Vivaldi Gonzalo na obra *Gêneros Periodísticos*, ele ressalta:

Os acontecimentos são extremamente rápidos, e o cronista precisa de um ritmo ágil para poder acompanhá-los. Por isso, a sua sintaxe lembra alguma coisa desestruturada, solta, mais próxima da conversa entre dois amigos do que propriamente do texto escrito. Dessa forma, há uma proximidade maior entre as normas da língua escrita e da oralidade, sem que o narrador caia no equívoco de compor frases frouxas, sem a magicidade da elaboração, pois ela não perde de vista o fato de que o real não é meramente copiado, mas recriado (GONZALO, 1973, p. 123).

No jornal oitocentista, percebe-se que a flutuação entre ler e ouvir é prevista, é incorporada ao impresso, é transformada em estratégia de contato e manutenção com o consumidor. E isso se dá, supõe-se, porque a palavra do jornal é popularizada, misturando-se a anúncios e em alguns casos, a ilustrações jocosas. Trata-se de uma palavra cotidiana, urbana que é capturada pela máquina e cristalizada no papel.

E essa prática de audição do escrito, levou os escritores a produzirem textos não apenas legíveis, mas também audíveis, o que induziu a configuração de métodos, no que tange a educação, a domesticação do receptor. Era preciso habituar também os leitores, cujo instrumento era os olhos, a fim de que se interessassem pelo objeto cultural e a fim de que buscassem sair do estágio de audição e alcançar o da leitura, estágio este desejável, segundo os padrões modernos, para as sociedades evoluídas.

Segundo a autora e professora Dra. Patrícia Pina em seu livro: *Literatura e Jornalismo* (no oitocentos brasileiro), confirma que o primeiro elo do escritor de crônicas com o leitor, é através do apelo à visualização de uma cena do cotidiano. E que o segundo elo é o jogo de palavras, muito bem-humorado, e que ressalta a vivacidade da inteligência de um dos interlocutores, em contraste com a dificuldade de raciocínio do outro. Terceiro e último elo, se dá pela intimidade que se estabelece entre o jornalista e o receptor: o primeiro convida este para imaginar uma cena que é por ele impressa no papel, resultando na representação de uma conversa, é a oralidade sendo resgatada para viabilizar o consumo do escrito (PINA, 2002, p. 128).

Conclui-se que jornalismo e literatura são atividades que se aproximam porque sobrevivem do mesmo meio, a palavra, e do mesmo fim, a conquista de leitores. Ambos, porém, ocupam seus espaços. Tanto melhor será o jornalismo quanto mais houver de inspiração literária. E tanto melhor será a literatura quando nela couber o que de mais

importante há no jornalismo: a sedução. Os amantes da palavra, em geral, se satisfazem diante de uma história bem contada, seja ela num livro ou num jornal.

3.2 Crônica jornalística: um relato poético do real

Afortunadamente, dentro da estrutura do jornal, há um tipo de texto, trata-se da crônica, gênero de estatuto ambíguo que se aproxima da opinião, da notícia, da narrativa ficcional. A marca subjetiva confere-lhe singularidade, opondo-a a aparente impessoalidade da notícia. É importante reconhecer seu lastro documental, e sua força de testemunho histórico de uma época. Vejamos o trecho a seguir sobre seu compromisso com o histórico pelo professor Antônio Dimas:

Espremida entre o rigor informativo e a liberdade verbal, a crônica condensa a tensão narrativa exemplar, cuja fidelidade ao histórico está constantemente ameaçada pela liberdade criativa. Diante do cronista, o ato se desfolha, se desventra e eventualmente, se torna tão ambíguo quanto à própria linguagem que o moldou. Se a literatura não precisa, em princípio, de nenhum compromisso com a realidade histórica, o mesmo já não pode ocorrer com a crônica, cujo motor de arranque é o cotidiano (DIMAS, 1974, p. 49).

A possibilidade de o cronista inventar incidentes, contar histórias traz para as páginas do jornal um fazer literário por excelência que permite criar um outro real. Dar abrigo a emoções e a fatos inventados ou recuperados pela memória parece ser a grande arma da crônica na captura do interesse do leitor, convidando-o para um tipo diferente de mergulho no real. Como afirma José Marques de Melo em seu artigo *Crônica*: “A crônica, na imprensa brasileira, é um gênero jornalístico opinativo, situado na fronteira entre a informação de atualidades e a narração literária, configurando-se como um relato poético do real” (MELO, 1986, p. 9).

Os primeiros textos históricos são justamente as narrações de acontecimentos, feitas por ordem cronológica, desde Heródoto e César a Zurara e Caminha. A crônica histórica assume o caráter de relato circunstanciado sobre feitos, cenários e personagens a partir da observação do próprio narrador ou tomando como fonte de referência as informações coligadas junto a protagonistas ou testemunhas oculares. A intenção é explicitamente resgatar episódios da vida social para o uso da posteridade, impedindo segundo Heródoto “que as ações realizadas pelos homens se apaguem com o tempo” (BANDEIRA, 1960).

A crônica não se restringe apenas ao jornal diário, ela encontra abrigo nos semanários e em revistas de informação geral. Para o jornalista José Marques de Melo em sua

obra *A opinião do jornalismo brasileiro*, define a crônica como: “forma de expressão do jornalista escritor para transmitir ao leitor seu juízo sobre fatos, ideias e estados psicológicos pessoais e coletivos” (MARQUES, 1985, p. 118).

O que distingue a crônica dos demais gêneros opinativos é o “acento lírico”, que de acordo com o ensaísta brasileiro Afrânio Coutinho em sua obra *Ensaio e crônica* identifica em suas primeiras manifestações na grande imprensa brasileira do século XIX:

Quem percorrer os jornais desse período observará que, no seu bojo, atenuando as exuberâncias da paixão política, insinuava-se algo que tinha principalmente um objetivo: entreter. Era a crônica. Destinada a condimentar de maneira suave a informação de certos fatos da semana ou do mês, tornando-a assimilável a todos os paladares (COUTINHO, 1971, p. 110).

Para o leitor a crônica funciona como um descanso, que tem um tom de descontração, mesmo quando lança um olhar para o mais terrível dos acontecimentos. O objetivo da escrita de Aluísio Azevedo para os jornais do século XIX era de arrancar o leitor da passividade, fazendo com que ele participasse da conclusão, por simplória que ela seja. Para Victor Silva Lopes, autor de *Iniciação ao jornalismo* complementa: “O autor da crônica termina geralmente com uma conclusão. A ironia, o humor ou a dureza do tema são formas geralmente escolhidas para rematar uma crônica” (LOPES, 1981, p. 103).

O jornal apresentava uma facilidade maior de percorrer a sociedade, o que despertou a atenção dos grandes escritores, como foi o caso de Azevedo. Este autor afinou seu olhar e se adaptou simultaneamente a um novo gênero e a um novo espaço. Em seus escritos podemos perceber a transitoriedade social e as marcas deixadas, pois no alvorecer de sua escrita, notamos a crítica feita de forma irônica e reflexiva.

Aluísio como cronista, foi um observador de seu tempo – já que apresentava sua visão da sociedade que o cercava – e também, que ele escrevia não com a intenção de informar sobre os acontecimentos do cotidiano, mas sim com a intenção de conduzir o leitor a uma reflexão sobre eles, para que fizessem uma leitura crítica, de diálogos, concordância/discordância com o texto. Portanto, ele exerceu um jornalismo opinativo, pois tinha o objetivo de formar opiniões, e alertava o leitor para as trapaças da sorte, para as diatribes do destino, para a descoberta de que nem tudo é aquilo que aparenta ser.

No século XIX, principalmente em sua segunda metade, foi cultuada a crença ao real empírico, trata-se de um momento eloquente em que a cultura ocidental afirmava sua crença da ciência como única estratégia legítima de conhecimento do mundo. As ciências empíricas tiveram um desenvolvimento nessa fase, esforçando-se para jogar por terra o corpo

de teorias puramente especulativas, vistas como falsas e imaginativas. O mundo ia cada vez mais desvalorizando o universo de mitos, lendas e da própria religião.

Quando o jornalismo cresceu na sociedade, em meados do século XIX, a ciência também crescia como principal campo de conhecimento e explicação da realidade. O desenvolvimento da civilização tinha passado por diferentes fases em que áreas distintas do conhecimento ocupavam a posição de principal meio de estudo e explicação do mundo. A religião e o conhecimento místico já tinham ocupado posição de destaque, assim como a filosofia e as artes já haviam sido respeitadas também, em paralelo. Mas no século XIX foi a vez da ciência tomar de vez esse posto (LIMA, 2014, p. 51).

Uma realização ficcional como a de *O Cortiço* (1890), por exemplo, revela laços evidentes com o que se pode reconhecer como real empírico, uma vez que se depreendem da narrativa desse romance de Azevedo aspectos de uma circunstância espacial e histórica comprovável, com sinais de evidencia histórica do Rio de Janeiro de fins do século XIX. Nesse caso, considerando-se os princípios realistas-naturalistas assumidos pelo autor da obra, nota-se um movimento de aproximação entre o mundo possível do texto literário e a concretude do real.

Isso não quer dizer, entretanto, que a ficção esteve completamente ausente das páginas dos jornais do século XIX – que o diga um dos gêneros de maior apelo popular, o romance de folhetim. Foi um componente de irresistível atração e apelo às massas como intervalo de puro entretenimento, espaço para o imaginário das populações urbanas.

Do ponto de vista da materialidade, já na França, temos a importância desse espaço à parte, situado ao rodapé da página – no início ligada à esfera do teatro – em jornais hegemonicamente políticos. Num primeiro momento, restrita a anúncios de espetáculos, tão logo a seção ganharia voz crítica, ampliando, ao mesmo tempo, o campo de abordagem, na medida em que incorporava a literatura, a história, a vida mundana, a ciência e a política. Com isso, a figura do folhetinista ganhava visibilidade, tornando-se uma espécie de agenciador preocupado em estabelecer as mediações entre a vida cultural da cidade e o seu respectivo público.

Como único meio de comunicação acessível ao grande público, as páginas dos periódicos representavam a principal fonte de divulgação e cultura da época, bem como passaram a determinar as formas de produção, circulação e leitura no Brasil. Socorro de Fátima Barbosa, autora da obra *Jornal e literatura: a imprensa brasileira do século XIX* discorre sobre a contribuição dos periódicos e afirma que eles serviram para consolidar a Literatura Brasileira e disseminar novos gêneros como o conto e a crônica:

Entre os vários papéis desempenhados pelos periódicos brasileiros no século XIX, temos o de consolidação da literatura brasileira, através da criação e disseminação de determinados gêneros, entre os quais a crônica e o conto. É também de responsabilidade desse suporte a disseminação do gosto pela leitura de romances e folhetins proporcionada por algumas estratégias entre as quais estão a adaptação, a tradução, a cópia, a imitação de textos estrangeiros (BARBOSA, 2007, p. 47).

Em meados do século XIX, recém-chegada da França, a crônica aparece no Brasil com a designação genérica e imprecisa de Folhetim, nomeação que indicava como já se disse antes aqui, o espaço físico da folha de jornal, o rodapé. Posteriormente, ela expõe alguns traços da índole a ser futuramente reconhecida: o de se permitir entremear o comentário desprezioso e ligeiro do dia a dia com alguma observação grave ou contundente, e o de se marcar pela leveza estilística.

A presença da crônica no jornal diário permite antever que ela seria um dos recantos textuais que possibilitariam ao jornalismo servir como amparo financeiro para o escritor literário. Em um País à época com muitos analfabetos e poucos livros, no ambiente jornalístico os escritores poderiam ganhar algum dinheiro e saciar a vontade de ver seu texto prontamente impresso.

De certo modo, ela é o espaço despojado do jornal, livre do compromisso da verdade objetiva, espreitando os fatos que se desprendem das colunas noticiosas, colhendo-os para que possam ser comentados, ridicularizados ou absorvidos no interior de digressões, lembranças e associações inesperadas.

Por esta razão a crônica é vista às vezes como um gênero desocupado, nada mais estranho à natureza de sua origem que remete à etimologia de *chronos*, o deus grego que representa o tempo. E reconhecer *chronos* na etimologia crônica é reconhecer que ela se situa sempre na frequência de uma determinada faixa temporal, associada à necessidade de registrar eventos de uma dada circunstancialidade. Trata-se, portanto, de um gênero que fixa o tempo em que é realizado e ao qual se refere. O tempo da crônica não deixa de ser, pois, o do próprio cronista.

Há uma condição ambivalente na crônica, ela vive conectada a produção e difusão do jornal e dialoga, mesmo que implicitamente, com o noticiário de cada dia. Ao mesmo tempo respira desprendimento e autonomia. Ela ocupa o mais independente dos espaços do jornal, não somente por que diz o que quer e como quer – com a liberdade que pode desfrutar a expressão literária – mas porque não possui imposição alguma quanto aos temas que aborda.

De acordo com Rogério Menezes, cronista do Correio Brasiliense, em seu artigo intitulado: *Relações entre a crônica, o romance e o jornalismo*, ele enfatiza que a crônica se nutre do mundo real, se alimenta dele, e é nele que o cronista vai buscar inspiração para escrever diariamente. E que para isso, ele tem que circular, tem que ouvir, tem que olhar, tem que conversar, tem que agir como se fosse pessoa como outra qualquer (MENEZES, 2002).

3.3 Jornalismo e Naturalismo: Modos de narrar

Houve um momento particular na história da literatura ocidental em que a imaginação, um dos atributos da criação literária e do engenho artístico esteve no auge do sucesso. Isso se deu no período Romântico, final do século XVIII e início do XIX, deixando marcas reconhecíveis até os dias de hoje. De fato, o Romantismo concebia a imaginação como uma qualidade fundamental e poderosíssima, espécie de dom divino ao criador da arte.

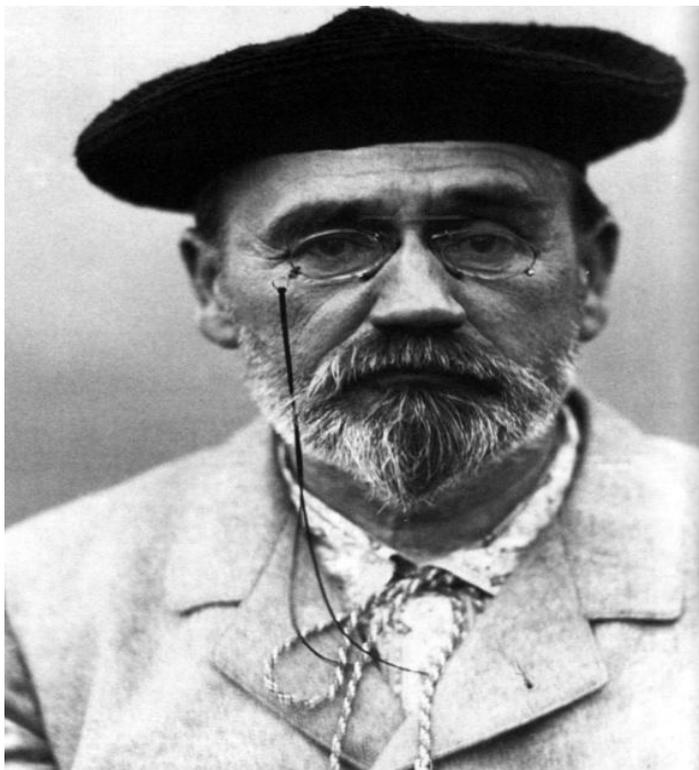
E a criação artística seria realizada em um momento único, privilegiado e irracional, viria de uma manifestação espontânea: a inspiração. Criar a obra artística seria, pois, dar-se ao trabalho de registrar os efeitos dessa força mágica e incontrolável. Para o romancista, criar uma narrativa seria, prioritariamente, ter sido tomado pelo poder da imaginação que pôde conceber uma história original, dispor personagens fascinantes, elaborar um enredo em que a ficção seria sinônimo de transfiguração. Com isso, a imaginação passou a ser também um critério para o julgamento do valor da obra de arte.

No entanto, a partir da segunda metade do século XIX a imaginação vai sofrer um ataque explosivo e duríssimo, o primeiro e talvez o mais contundente que já sofreu em toda história da arte. O avanço com pensamento com bases materialistas e científicas – consequência de um processo iniciado no século XVI e intensificado com os iluministas do século XVIII – haveria de colocá-la em crise. O Positivismo de Comte, os estudos de Darwin e de Claude Bernard, a presença das ciências naturais, da fisiologia formariam um repertório que lançava um banho de concretude e cientificismo à vida social e aos destinos do homem.

O decreto da crise da imaginação nas artes se daria com o Realismo, nome que carrega em si a empreitada de desfazer o véu que cobriria as iniquidades sociais e a pretensão de construir uma literatura e uma arte calcadas na observação do mundo objetivo, em uma realização neutra e imparcial. Em 1855, o pintor Gustave Courbet realizava uma exposição de telas para as quais cabe bem a alcunha de realistas; e em 1857 outro Gustave – Flaubert – publica *Madame Bovary*, o marco do romance realista ocidental. Todavia, um golpe ainda mais cortante contra a imaginação seria deflagrado, desferido por um dos escritores que se

tornariam uma das figuras mais amadas e ao mesmo tempo odiadas de toda a história da literatura francesa: Émile Zola. E o golpe de Zola assumiria o caráter de movimento radical e escandaloso, o Naturalismo.

Figura 04 – Autorretrato de Emile Zola em 1902.



Fonte: Templo Cultural Delfos, 2019.

Zola incorpora grande parte do espírito da segunda metade do século XIX. Um espírito de confiança no papel a ser desempenhado pelas ciências empíricas, com a convicção entusiasmada de um futuro no qual o conhecimento dos fenômenos da natureza faria reinar sobre a terra a maior soma possível de justiça e liberdade. A ciência teria, pois, a nobre tarefa de regenerar o homem e a sociedade. Assim, todas as esferas da atividade intelectual deveriam assimilar os instrumentos científicos, inclusive a filosofia e a literatura.

Zola estaria convencido – ou se dizia estar – de que a literatura se aproximava inevitavelmente da ciência e, ao fazer isso, expulsaria as falsas explicações da vida, com estúpidas motivações misteriosas e sobrenaturais. Para o escritor, uma realização literária apoiada em pressupostos e métodos científicos poderia chegar ainda mais longe, isto é, atingir a compreensão de todas as manifestações cerebrais e sensuais do homem, vasculhar sua vida interior e encontrar a motivação de suas paixões mais profundas.

À maneira do cientista, o escritor naturalista deveria trabalhar como se realiza uma experiência: depois de observada a vida social, dispor personagens em um campo de ação no qual suas relações demonstrem a validade dos fenômenos observados na vida concreta. Em tal atitude, estariam eliminadas as visões ingênuas e enganadoras que representariam um entrave ao desenvolvimento da vida social. Zola buscava compatibilizar, pois, uma concepção científicista e uma consciência sociológica do homem.

Tais ideias bombásticas, lançadas principalmente entre 1880 e 1881, constituem o corpo doutrinário do Naturalismo, iniciado pelo próprio Zola em 1867, ano em que publica o romance *Thérèse Raquin*. Percebe-se, pois, que o autor estava fazendo acompanhar tais ideias excêntricas do apoio de sua própria obra de romancista. Na verdade, sua teorização seria exemplarmente representada por sua obra monumental, de dimensões espantosas: um imenso painel sobre a história de uma família através de cinco gerações, em 20 romances, conhecidos pelo título de *Les Rougon-Macquart*, lançados em 1870 e 1893. Há mais de um século, tais romances são vistos como uma das maiores realizações literárias da prosa de ficção ocidental de todos os tempos.

As ideias de Zola marcaram um momento especial e radical na história da literatura em prosa. Ele estava propondo fundamentos para uma literatura de observação e análise, negando com veemência que a imaginação fosse uma qualidade do romancista. O que ele fez não deixa de ser um reconhecimento e uma radicalização de algo que já vinha se processando na Literatura Francesa pelo menos desde a década de 1830, desde Balzac e Stendhal e, quando atingiu em cheio a obra de Flaubert, consagrou-se escandalosamente com o nome de Realismo.

Pode-se dizer que com Zola, a imagem do escritor perde muito de sua aura tradicional, pois acreditando que a observação é superior à imaginação, ele não aceita uma atitude passiva no processo criativo. Não concebe o escritor sentado em uma solene poltrona – a imagem despenteada e doentia do gênio criativo – recebendo supostos eflúvios que tragam imagens fantásticas, não admite que eles se entreguem a divagações e introspecção fantasiosa. Em suma, não é conivente com a imagem romântica do artista-escritor.

A escola de Zola, o Naturalismo, reunia dois propósitos integrados: praticar uma literatura de qualidade, narrativamente, ao mesmo tempo inserindo um caráter científico às histórias. Embora praticasse ficção, Zola estava atrás da verossimilhança. Queria que suas histórias tivessem o atributo de verdade, que reproduzissem cenários históricos verdadeiros, contextos sociais reais, ainda que os personagens e os eventos narrativos, em si, fossem

ficcionais. Queria que seus leitores identificassem, através de suas histórias de ficção, situações mais amplas, reais.

Para Zola, o escritor deve ser ativo e arrojado. A preparação de uma obra literária de romance para ele nada tem de especulativo ou misterioso. Significa até um atributo físico e dinâmico, o de sair às ruas de uma cidade, visitar os locais em que se darão os episódios da narrativa, palmilhar os espaços que serão descritos, contemplar os rostos de homens e mulheres a serem transpostos para a ficção. O escritor precisa conhecê-los de perto, estar com eles, ter o contato vivo com a vida social e com os espaços em trânsito permitem situar lugares e fatos que possuam credibilidade para o leitor. Depois de fazer tudo isso, a criação artística poderá ser realizada, o romance ganhará corpo e o romancista exercerá seu domínio criativo.

Em tudo isso, já se pode perceber, há algo de jornalístico. É claro que Zola não estava concebendo estratégias de aproximação da literatura com o jornalismo. Aliás, ele defendia um jornalismo doutrinário e via com maus olhos a prevalência de componentes narrativos-informativos. No momento da afirmação do Naturalismo de Zola, a imprensa jornalística passava por uma sensível transformação. O século XIX é para a história do jornalismo uma guinada rumo ao elemento factual e documental da vida. É o tempo em que se processa a passagem de um jornalismo de propagação ideológica para um que busca a capacitação do flagrante da vida empírica.

Um jornalismo que cultua os fatos, mais do que a interpretação e a doutrinação. Nesse contexto da segunda metade de século XIX, a matriz Positivista que contagia a literatura e alcança o Naturalismo também atinge a atividade jornalística. Um jornalismo sob o influxo das ideias do Positivismo de Comte só pode ser o que nutre uma paixão pela materialidade e concretude da vida. E para se operar a aproximação a essa concretude, para se dar efetivamente esse movimento de adesão aos fatos, vai sendo gerada e consagrada a figura de um profissional: o repórter. Há, portanto, uma correspondência entre a postura defendida por Zola e a da atividade do repórter constituída no século XIX, a quem é atribuído o trabalho exaustivo de captar o instante do presente. Sair a campo, tomar notas, documentar-se, observar etc., procedimentos defendidos pelo escritor francês, são práticas profissionais do repórter.

Não existe nesse compartilhamento uma coincidência. Não se trata disso. O tempo que impregna a literatura de Zola impregna o jornalismo. O projeto anti-religioso do século XIX encarnado pela literatura realista-naturalista, também é assumido por um jornalismo que

busca nos fatos o modo implacável de desfazer ilusões. Uma atitude de desmascaramento e desmistificação é por ambos partilhados.

No século XX, o legado de Émile Zola é reconhecido na prática da grande reportagem e do romance-reportagem, sobretudo com as realizações da vertente do *New Journalism*. Também seria o caso de se admitir que marcas diluídas desse legado se reconhecem em qualquer jornalista cuja produção traga ressonâncias de escritores de bases realista-naturalistas. Tais como Ernest Hemingway nos Estados Unidos, e Graciliano Ramos, no Brasil. Visto desse modo, dificilmente pode-se dizer que Zola perdeu a luta que travou em seu tempo.

Ao elaborar uma obra segundo os preceitos do Naturalismo, ele transmitiu para o século XX uma matriz de influência para a elaboração de grandes reportagens jornalísticas e explicitou um canal de correspondência entre jornal e letras.

Émile Zola é ainda hoje um dos autores mais populares na França, sendo um dos romancistas mais lidos em toda a história da prosa literária ocidental. Se em sua época viveu céu e inferno, fama e infâmia, sucesso e aversão, há bastante tempo figura como um clássico da textualidade literária em sua feição documental. Sem o dizer e sem querer, Zola deu a impressão de ter sido um escritor vestido de repórter.

3.4 Romance tirado de uma notícia de jornal

Seguindo as premissas do Naturalismo europeu, no final do século XIX, nossos escritores também começaram a conceber seus romances como instrumento de análise da sociedade brasileira, e não apenas como entretenimento para a classe média, como fizeram os autores românticos. O principal representante da estética naturalista no Brasil foi o maranhense Aluísio Azevedo, já conhecido pela polêmica em torno de seu romance de 1881, *O Mulato*. Já morando no Rio Janeiro, em 1883 ele inspirou-se amplamente em uma ocorrência policial ocorrida seis anos antes em 1876, foi um crime sangrento que ocorreu no centro da cidade carioca, em que o estudante João Capistrano da Cunha foi assassinado com cinco tiros pelo ex-colega Antônio Alexandre Pereira.

Azevedo retomou em linhas gerais, a história do drama que havia enlutado o mundo estudantil, conhecido sob o nome de “Questão Capistrano”, lançado no periódico *Folha Nova* em forma de folhetim. Embora os nomes dos personagens fossem distintos, a trama era praticamente a mesma, com idênticos ingredientes narrativos, os mesmos episódios decisivos e semelhante desfecho. Segundo um biógrafo de Azevedo, Raimundo de Menezes, o

escritor deliberadamente se apossara da “Questão Capistrano”, transformando-a no romance *Casa de Pensão* (MENEZES, 1958). Eis aí, um romance que parece ter sido tirado de uma notícia de jornal.

A lembrança do drama e os numerosos artigos publicados nos jornais da época ofereciam ao romancista um material muito rico. Além disso, sua experiência de vida de boêmio lhe havia fornecido um campo de observação excepcional: população das pensões de famílias e de quartos mobiliados. A pensão representa um lugar privilegiado de observação e de experimentação. É um microcosmo onde convivem homens e mulheres de todas as idades. Concordamos com a opinião do crítico literário Araripe Júnior sobre o romance:

Casa de Pensão afigura-se a psicologia em ação de um dos mais originais produtos da vida fluminense. [...] estabelecimentos tais tem vida própria, coletiva embora, tem suas leis de movimento; aquele conjunto produz uma moral; os vícios predominantes apuram-se; os cacoetes organizam-se e entram em greve para oferecerem combate aos resolutos e para esmagarem os inespertos. (JÚNIOR, 1888, p. 83).

Transpor um fato jornalístico de impacto popular para as malhas do romanesco parecia ser uma estratégia evidente para obter êxito com os leitores. Apoderar-se de uma história que já havia provocado comoção e sensação junto à opinião pública poderia ser quase uma garantia de sucesso editorial. E, naquele contexto, Alúcio era um dos únicos, senão o único, escritor brasileiro a sobreviver da literatura. Assim, desde o momento em que foi anunciado o lançamento do romance em folhetim, o público aguardava ansiosamente.

Todavia, parece haver algo mais na opção de Alúcio. Ou melhor, embora pudesse ter a intenção de ganhar dinheiro com a publicação de um livro sobre a “Questão Capistrano”, a opção do autor parece apontar para um movimento de adequação a cerca da postura literária. Trata-se de uma compatibilidade às concepções do Naturalismo, as quais foram tardiamente assimiladas por escritores brasileiros. E Alúcio vai ser o nosso maior expoente dessa tentativa de assimilação.

Como já se disse aqui, o jornalismo no século XIX se deixa envolver pelos contornos materialistas e cientificistas que impregnam as crenças da literatura realista-naturalista, incorporando a necessidade de apreensão do factual e tornando-se cada vez mais uma fonte de exposição do real no flagrante da contemporaneidade. Assim, o jornalismo era visto como um fórum de debate da vida social e em exibidor dos dramas de seus conflitos. Além disso, demonstrava ser um manancial de revelação dos dramas de espécimes vivos das experiências humanas degradadas, o que era tão importante para os escritores naturalistas.

Não estranha, pois, que um escritor com forte impregnação naturalista, como era o caso de Azevedo, recorresse ao material jornalístico. Ao fazer isso, parecia estar colhendo um componente ordinário e bruto do cotidiano aparente, não só dispensando o trabalho imaginativo, como eliminando na substituição pelo objeto jornalístico. Se, segundo os princípios naturalistas, o escritor não mais idealizaria o enredo de seu romance, talvez pudesse colhê-lo das páginas de um jornal diário.

Isso pode levar à ingênua suposição de que o componente ficcional fique ausente no trabalho do escritor. Na verdade, *Casa de Pensão* é um típico caso em que o factual foi incorporado para a reelaboração ficcional. O escritor retirou do caso verídico as linhas fundamentais de seu enredo e dispôs seus personagens em correspondência com os do caso policial. (Amâncio é João Capistrano, João Coqueiro é Antônio Alexandre, Madame Brizard é D. Júlia Pereira e Amélia é a jovem Júlia). Isso não implica rigidez cega ou fidelidade absoluta aos acontecimentos reais. Trata-se de uma correlação flexível, pois o escritor fez ajustes em relação à versão jornalística.

Casa de Pensão é um exemplar de conjunto humano em que são exibidas mesquinhez e degradação, tingidas de ridículo. A questão fundamental da obra que permeia o romance é a demonstração perniciosa do meio social sobre o indivíduo. Na trama, o escritor tem autonomia na invenção dos episódios narrativos, exercita com fluência seus dotes de bom caricaturista, compõe cenas em que os diálogos e os recursos humorísticos são próprios da criação literária. Azevedo está embaralhando fatos com ficção, e mostra com isso que o estatuto de veracidade do primeiro nunca é um obstáculo para o engenho do segundo.

Na obra, ele parte de uma ocorrência policial amplamente comentada nos jornais, e não se dedicou apenas aos estudos dos principais autores, ele recompôs a partir de dados concretos e de sua própria experiência do microcosmo das pensões, uma história que lhe permitia desnudar certos mecanismos da sociedade carioca.

Refere-se ao mesmo tempo de um estudo de mentalidades e de uma crítica da sociedade. Contudo é preciso constatar a ideia pré-concebida do autor, que descreve de forma muito pessimista a sociedade que o cercava. Conclui-se que a literatura revelou a capacidade de transfigurar um fato contingente. A “Questão Capistrano” se desgarrou de suas páginas efêmeras e agregou-se a uma obra ficcional sobrevivente para o nosso próprio tempo.

3.5 A relação imprensa e literatura

Desde os primórdios da imprensa no Brasil, a presença da literatura nas páginas de jornal e periódicos foi constante. Desde as primeiras décadas do século XIX, os jornais serviam de veículo de disseminação de livros, pois traziam em suas páginas as transcrições de longos trechos de obras recém-publicadas, o que tornava possível aos leitores ter um conhecimento do livro, ainda que superficial, pois muitas vezes liam apenas uma análise das obras ou parte delas no jornal, mesmo sem necessariamente adquiri-las. Para as autoras Martins e De Luca, autoras da *História da imprensa no Brasil*, afirmam:

O jornal realizava também divulgação (e reinterpretação, com frequência) dos livros nos anos 20 e 30, antes de se expandir a publicação de volumes em folhetins nos periódicos. Ou seja, mesmo quem não tinha acesso a tais livros, poderia eventualmente lê-los em extratos na imprensa periódica (MARTINS; DE LUCA, 2008, p. 37).

Ainda de acordo com as escritoras, fatores como o baixo poder aquisitivo e a falta de instrução da população do País, na época, levaram o jornal a figurar como o principal suporte do impresso no Brasil. Dado a acessibilidade ao que se refere à aquisição mais fácil do jornal pelo seu baixo custo, comparado ao preço do livro e a linguagem mais propícia ao entendimento do público maior, o jornal se tornou a principal fonte de informação e de entretenimento no oitocentos.

Além das facilidades trazidas para o público, ele se tornou fundamental forma de divulgação e disseminação do literário, abrindo suas páginas para aqueles postulantes à posição de escritor. A partir da segunda metade do século XIX, a presença dos homens das letras nas redações dos jornais se tornou intensa. Para o historiador Nelson Werneck Sodré (1998), afirma que esta foi a época de os homens das letras fazerem imprensa nas folhas diárias. Eles faziam de tudo: as peças, a política, versos, razões de defesa, discursos, anúncios publicitários. Acrescenta o autor que eles buscavam nos periódicos o que não encontravam nos livros: notoriedade, em primeiro lugar e, um pouco de dinheiro, se possível.

Em um País em que a profissionalização de um escritor por intermédio da publicação e venda de livros era difícil, devido a fatores como o poder aquisitivo e o alto índice de analfabetismo de sua população, o caminho que restou para os aspirantes a escritores foi consegui-la por outros meios, como o jornalismo. Sobre esse assunto, Cristiane Costa (2005) na obra *Pena de Aluguel*, comenta que se por um lado a intensa colaboração dos

homens de letras para os jornais provocou uma estagnação literária em termos estéticos, por outro propiciou condições sociais para a profissionalização do trabalho intelectual.

Entretanto, a autora destaca que tal profissionalização veio de modo contrário ao que sonhavam os autores, já que não veio pela via de arte, a literatura, mas do jornalismo, a indústria. Esse embate entre arte e indústria suscitou muitas discussões entre aqueles que queriam viver de sua pena no século XIX. Como exemplo, temos Aluísio Azevedo que viveu de sua própria pena, como um escritor profissional ou boêmio, mas não por livre escolha, mas sim pela falta de qualificação profissional, ele não teve a possibilidade de terminar seus estudos além do secundário, sendo considerado um autodidata. Ele foi forçado a isso também por motivos políticos, pois suas opiniões republicanas e abolicionistas não o tornavam simpático aos homens políticos no poder.

Não havia horizonte para quem buscasse a arte literária distante dos jornais e periódicos, principal meio de difusão da cultura do período. Para Olavo Bilac: “O jornalismo é para todo o escritor brasileiro um grande bem. É mesmo o único meio do escritor se fazer ler” (BILAC apud RIO, 2006, p. 19). Mesmo comungando da opinião de que o jornalismo é um bem para a literatura, o autor faz uma ressalva, tornando sua opinião até contraditória, pois demonstra insatisfação com as seguintes palavras, apesar de ter alcançado conhecimento através do jornalismo: Oh! Sim, é um bem. Mas se um moço escritor viesse nesse dia triste, pedir um conselho à minha tristeza e ao meu desconsolado outono, eu lhe diria apenas: Ama a tua arte sobre todas as coisas, e tem a coragem que eu não tive, de morrer de fome para não prostituir o teu talento (BILAC apud RIO, 2006, p. 20).

A literatura vivia então da imprensa, já que era através dos jornais que as obras, primeiro chegavam ao público e, graças a eles, os autores tinham público e alguma renda. Para se ter uma ideia da dependência da literatura em relação ao jornal, Ribeiro (2008) afirma que a edição de uma obra em forma de livro dependia do sucesso que ela havia obtido na primeira em forma de folhetim. Por sua vez, os jornais dependiam dos homens de letras para aumentar a vendagem e, até mesmo, para ter o que aparecer em suas páginas.

Os jornais e as revistas sempre foram uma forma de comunicação com o público, por isso o fato de muitos artistas virem na imprensa o caminho para elevar seu nome perante os leitores. O Jornalismo, portanto, era uma espécie de carreira que se dava paralelamente a atividade literária.

Há uma ligação muito sólida entre a imprensa e a produção literária, visto a preocupação daquelas mídias em incorporar questões artísticas e literárias. Não é apenas porque os jornais tinham prazer em divulgar a literatura, mas porque a realidade da época

estava de tal maneira impregnada e interessada pelas letras que isto se tornava uma questão da atualidade, de modernidade, que não podia ser negligenciada pelos órgãos da imprensa. De fato, mesmo jornais de grande tiragem voltados ao leitorado mais popular possuíam seus suplementos literários semanais.

Um acontecimento eminente que incidiu nos textos jornalísticos foi a ampliação do público leitor, uma vez que, esse aspecto passou a intervir na vida social. Assim, a imprensa atuava em dois eixos; de um lado tínhamos a função de entretenimento e do outro a função crítica, ou seja, distrair e refletir sobre a sociedade, respectivamente.

Comentando as contribuições dos jornais para a história da leitura e de mudanças na forma de ser no Brasil, o jornal popularizou a leitura e dissolveu ideias como a de que ela seria um exercício para a elite erudita e uma atividade exclusivamente masculina. O leitor muda de postura, diante do jornal, já que ele deixa de ser passivo e passa até a influenciar na escrita dos autores. Sob qualquer perspectiva, a contribuição que o jornalismo deu para a consolidação da literatura e para a história da leitura é inegável.

Há opiniões que veem no jornalismo a gênese da Literatura Brasileira, que também serviu para consolidar as nossas letras, propiciando a elas um público e, ao público, a oportunidade de uma leitura cotidiana, permitindo-lhe que tivesse contato com muitos gêneros, dado a multiplicidade deles presentes nos periódicos.

Consideramos, assim, encerrada a nossa tarefa de reflexão sobre o gênero, por meio da qual pudemos constatar, embora não estivéssemos disto muito cientes, que a crônica, na sua aparente simplicidade, tem sido objeto constante de preocupação, se não de muitos teóricos, principalmente daqueles que, por produzi-las, são constantemente requisitados a sobre ela se manifestar, numa demonstração clara de que ainda não se chegou a um consenso quanto a sua definição. Como não tínhamos também a intenção de propor nenhum acréscimo a essa busca pelo estabelecimento de um protótipo, nos damos por satisfeitos de ter permitido que diversas vozes nos auxiliassem a promover discussões, do que a dá-las por encerradas.

4 O PENSADOR: PENSAR É RASGAR OS HORIZONTES DO PORVIR⁸

Nas crônicas de Aluísio Azevedo, visualiza-se um grande intérprete e conhecedor do Brasil. Através da ironia, ele fez críticas e analisou os episódios ocorridos na província do Maranhão e do País. Para evidenciar essa faceta escolhemos as crônicas escritas pelo autor para o jornal *O Pensador* em sua coluna intitulada *Crônica*. A escolha dessas crônicas se deu justamente por elas mostrarem o papel de Azevedo na imprensa, sobretudo nas questões políticas e sociais que emanam da sua escrita.

Nas crônicas escritas para o jornal *O Pensador*, entre 1880 e 1881, o ataque principal de Aluísio Azevedo direcionou-se aos padres. Ele e a jovem geração travaram um combate por uma mudança de sociedade que atingisse não apenas a natureza do regime político, como todos os campos de atividades. Resolveram criar um jornal anticlerical, nomeando-o de *O Pensador*⁹, e instaurando uma série de agressões à Igreja e à sociedade maranhense em geral.

A gazeta foi impressa pela Tipografia do Frias e publicada sob a direção de uma associação de jovens progressistas da qual faziam parte Aluísio Azevedo. Apresentava-se com o subtítulo: órgão dos interesses da sociedade moderna. Foi um jornal com publicações trimensais, nos dias 10, 20 e 30 de cada mês. Em seu frontispício, ao lado esquerdo, informava o ano, e o preço da assinatura, ao lado direito, o número e sua periodicidade. Abaixo, a data e o endereço da redação do jornal. Depois dessas informações prévias sobre o periódico, apareciam as seções, divididas por traços horizontais, em quatro colunas.

O jornal era responsável, ao menos em parte, pelo desenvolvimento das inteligências, pela formação de um grupo de consumidores com bom gosto. Publicavam textos em fatias tentadoras, para engatilhar a venda dos exemplares. Imprimiam textos de leitores, na coluna *Colaboração*, ou a eles se referiam, a fim de se mostrarem lidos e procurados. Simulava situações de conversação, perpetuando o traço da oralidade pertinente à cultura brasileira. Isso, entre outras estratégias de contato com o receptor.

A gazeta era dirigida e redigida por gente moça, que se mostraram manejadores valorosos da pena, não trazia indicação expressa de seus responsáveis. Suas colaborações eram assinadas sob os pseudônimos: Marquês de Pombal, Diderot, Pietro Garibaldino, Soror Pompadour, Marius, Vanini. Debaxo desses pseudônimos, ocultavam-se Manuel de

⁸ O PENSADOR, nº 1, 10 de setembro. 1880, p. 2.

⁹ Este título "*O Pensador*" é uma homenagem ao Dr. Eduardo Ribeiro, um dos fundadores do periódico, em decorrência de sua ativa participação nos movimentos republicanos. (PESSOA, Marcos. Conheça quem foi Eduardo Ribeiro, 2016, p. 1).

Bittencourt, Aluísio Azevedo, Pedro Freire, Eduardo Ribeiro, Paulo Moreira da Silva, Agripino Azevedo, Domingos Machado, Sá Viana e Artur Jansen Tavares.

Figura 5 – Capa do jornal *O Pensador*.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira¹⁰. Aluísio escreveu uma crônica de 10/09/1880 a 30/08/1881.

Os livres pensadores buscavam uma mudança, que não apenas deveria ocorrer no regime político, mas em vários campos da sociedade, como, por exemplo, na religião. Para propagarem todas estas denúncias e críticas contra a Igreja e a Monarquia, mantenedoras do sistema escravocrata, foi necessária a criação desse periódico em defesa do livre-pensamento, da filosofia e sociologia positivistas de Augusto Comte. É assim que, em 10 de setembro de 1880 vem a público o jornal *O Pensador*.

¹⁰ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761176&pesq=> Acesso em: 16/02/2018.

Quanto ao espaço de publicação, as crônicas de Azevedo estavam localizadas na segunda página, lugar de grande importância no jornal, pois recebe a atenção do leitor, de acordo com informações obtidas com profissionais do jornalismo. Tal localização garantia as crônicas um status relevante quanto a sua capacidade de mobilização do leitor, equivalente ao do editorial e dos artigos de opinião ali presentes.

A iniciativa de fundação desse novo periódico, assumida pela mocidade positivista e anticlerical da província, deu-se principalmente, pelo surgimento da gazeta católica *Civilização*, que se denominava “Órgão dos Interesses Católicos”, e surgiu em 14 de agosto de 1880, por obra e graça do bispo Dom Antônio Cândido Alvarenga¹¹ (1899 – 1903), que se inseria na tradição dos bispos combativos que passaram pela Diocese do Maranhão. Ficou conhecido na Igreja local como um dos mais rigorosos e incisivos administradores diocesanos, segundo Mérian: “desde sua chegada atacara com vigor o relaxamento dos costumes do clero maranhense” (MÉRIAN, 1988, p. 156). Tinha o objetivo central de recuperar a credibilidade que a igreja estava perdendo, junto aos fiéis, especialmente, os jovens maranhenses. Mas também, de reanimar a fé e combater aqueles que questionavam o papel da igreja na sociedade.

Desde sua chegada, Dom Antônio, atacara o relaxamento dos costumes do clero maranhense e para auxiliá-lo na obra de moralização do clero, fez vir do Pará, onde então se encontrava, para dele fazê-lo vigário-geral e reitor do Seminário de Santo Antônio, o Cônego João Tolentino Guedelha Mourão¹². Em São Luís, o bispo também encontrou outro esteio seguro na pessoa do padre Raimundo Alves da Fonseca, professor de Filosofia do Liceu Maranhense que colocou seus talentos de jornalista e sua cultura a serviço da causa da Igreja.

Dom Antônio, na sua luta pela moralização do clero, não se limitou à aplicação de castigos, numerosos padres foram sancionados por sua vida dissoluta, outros foram transferidos. Estas medidas disciplinares não eram suficientes – era preciso relançar a propaganda religiosa e elevar o nível de consciência dos padres e dos fiéis, portanto decidiu criar um jornal, através do qual pudesse ser mais extensa e profunda a sua ação doutrinária, alcançando ao mesmo tempo os sacerdotes e o meio que os havia favorecido. Daí surgiu A

¹¹ Com a morte de Dom Frei Luís da Conceição Saraiva, Dom Antônio Cândido foi nomeado bispo do Maranhão por meio de decreto imperial de 28 de setembro de 1876, sendo confirmada a eleição no Consistório de 21 de setembro de 1877, realizado pelo papa Pio IX. Ingressou solenemente na Catedral de São Luís do Maranhão, em julho de 1878 (DIAFÉRIA, Lourenço. *A caminhada da Esperança*. Edições Loyola. São Paulo. 1996).

¹² João Tolentino Guedelha Mourão (1842 – 1904) nasceu em Pastos Bons (MA). Após frequentar um seminário de padres na província natal, prosseguiu seus estudos eclesiásticos na Europa, onde se graduou em Filosofia e Teologia em Paris e doutorou-se em Teologia em Roma. De volta ao Brasil, residiu no Pará, onde colaborou no periódico católico: “Boa Nova”. Foi monsenhor, reitor do seminário de padres e depois bispo. Retornou ao Maranhão e fixou residência em São Luís. (ABRANCHES, J. Governos; MARQUES, C. Dicionário).

Civilização. Além do Cônego Mourão e do Padre Fonseca, ele contou com a colaboração do Cônego Osório Ataíde da Cruz e do Dr. Antônio Santos Jacinto, que além de médico ilustre, era cultor emérito das letras, para levar adiante o seu projeto.

Quando esse periódico aparece, fazendo sentir imediatamente a sua índole ríspida, como expressão severa da doutrina católica, logo Manuel de Bittencourt propõe aos companheiros o lançamento do órgão que lhe dará combate. À *Civilização* contrapor-se-á *O Pensador*. Um sai três vezes ao mês; três vezes ao mês, sairá o outro.

Esses debates expressavam, na realidade, o choque entre facções ideológicas divergentes do mundo letrado. Se a princípio, essas oposições envolviam principalmente o clero e os letrados, tendo nos jornais os principais meios de disputa, com o passar do tempo elas não apenas incluíram novas problemáticas, como também serviram de matrizes ideológicas para uma série de outras disputas sobre concepções de sociedade e política no Maranhão republicano.

Contrária às posturas adotadas pelos clérigos e defensora da ciência e da razão, a juventude intelectual maranhense divulgava uma série de textos e artigos que denunciavam os hábitos licenciosos e autoritários do clero de São Luís e o domínio da Igreja sobre o pensamento da população. Logo na primeira edição, divulgada no dia 10 de setembro de 1880, o periódico expressou claramente qual era a sua proposta:

O presente jornal tem um fim: combater esse espírito sacerdotal que tanto sangue tem custado à humanidade. Não batemos os homens que o defendem, vimos apenas declarar guerra à ideia de que se fazem sustentáculos.
Nosso programa é extenso como pode ser a esfera do pensamento humano. Pensamos, e pensar é fazer o bem, porque pensar é ser livre, e ser livre é ser bom. Pensar é o contrário de crer. A Igreja crê, e nós pensamos. A Igreja crê, porque sonha a escravidão universal. Nós pensamos porque sonhamos a liberdade da espécie humana. Vós, padres de Roma credes, porque explorais a mina da credulidade. Nós pensamos porque queremos devassar os mundos em que existem os germens d'essas grandes ideias que se chamam direito, justiça e liberdade. Vós quereis ser úteis a vós mesmos: nós procuramos sê-lo aos nossos concidadãos.
Tal é o programa do pensador: pensar e só pensar. Pensar é rasgar os horizontes do porvir (*O PENSADOR*, nº 1, 1880, p. 2).

Manuel de Bittencourt foi o vulto principal da redação de *O Pensador*, e certamente o autor deste artigo de abertura, em que a nova folha expunha seus objetivos. A maturidade do pensamento, o rigor da forma, o lastro de cultura, e ainda a astúcia da argumentação, numa prosa de límpida clareza expositiva, indiciavam o redator experiente.

É evidente que, para manter-se em São Luís, com absoluta regularidade, um jornal de ideias, que só parecia contar com a venda avulsa, não bastaria o esforço dos jovens que o

redigiam. Quem financiaria a nova folha? O mistério suscitou hipóteses. E logo começou a boquejar que os recursos para a nova publicação advinham da Maçonaria, ajudada ainda por uma facção do clero, punidos pelo rigor do novo bispo, Dom Antônio Cândido de Alvarenga, chegado a São Luís em junho de 1878.

As acusações que permeavam as páginas do periódico renderam inúmeras respostas por parte do jornal católico, dando início a um conflito público na imprensa de São Luís do Maranhão. Optou-se nesta pesquisa, então, por um recorte mais delimitado, analisando apenas os textos literários do romancista Aluísio Azevedo para o periódico em sua coluna denominada *Crônica*. Dentre as temáticas abordadas pelo escritor, está claro que o teor anticlerical predominava. Seu espírito herético, de que já dera mostra no Rio de Janeiro, para a revista *Mequetrefe* (1877), com os alexandrinos de seu poema satírico “*A Missa*”, leva-o a dar o melhor de si mesmo em *O Pensador*.

Entretanto, Aluísio, atento como era aos diversos aspectos que compunham a realidade de seu tempo e aos demais problemas enfrentados pelo País, soube atrelar, sabiamente, à questão religiosa a defesa do republicanismo e da modernização da sociedade brasileira, tendo em vista apontar o caminho que a colocasse no mesmo patamar de civilização e progresso dos países europeus.

4.1 A Igreja crê, e nós pensamos¹³

Adentrando em nosso *corpus* de análise, na seção *Crônica*, Aluísio defendia seus ideais progressistas, atacando o que julgava ser a causa do atraso da sociedade maranhense: a influência exercida pelo clero. Ele inicia de forma dramática como foi divulgada a notícia a respeito do surgimento da gazeta católica *Civilização* (1881) e em seguida, expõe sua opinião a cerca desse episódio. É possível observar o tom de escárnio logo em seu primeiro relato, em 10 de setembro de 1880:

Pois bem! O Maranhão estava assim, era tranquilo, morno, decentemente feliz na sua monotonia, quando de repente percorro-lhe por todo o corpo um arrepio de medo. [...] Levanta o braço, arregala o olho e grita:

Ai! Tenho o Mourão! Está cá dentro! Sinto-o, doe-me! Come-me!

E de fato o Mourão tinha-lhe introduzido nos intestinos!

Adeus bem-aventurança! Adeus sestras descansadas depois do jantar! Adeus quino em família! Adeus pernas cruzadas! Adeus palito atrás da orelha! Adeus sossego!

Adeus pachorra! O Mourão cá está!

E o Mourão plantou-se! E o Mourão sevou-se! E o Mourão cresceu! E o Mourão esgalhou! E o Mourão fecundou e afinal o Mourão pariu.

¹³ O PENSADOR, nº 1, 10 de setembro. 1880, p. 2.

A criança nasceu forte, escorreita, porém de mau gênio, cheia de birras, e só querendo morder o peito da ama.

O que é a inocência!

Batizou-se com o nome de Civilização – é um nome bonito não há dúvida, mas pedimos desde já licença ao papai para tratarmos-la mais familiarmente por *Vivica* – é um diminutivo galante e que de forma alguma pode prejudicar a suscetibilidade do nobre fedelho (O PENSADOR, nº 1, 1880, p. 5).

O cronista atacou ferozmente o Padre Mourão, que com sua chegada ao Maranhão, em junho de 1878, foi um dos pontos que inflamou os debates pelas ações que ele movera, no sentido de moralizar a Igreja e devolver a credibilidade que lhe fora tirada. Mourão havia sido um dos padres mais ativos durante o conflito religioso em Belém e tornou-se o alvo dos anticlericais de São Luís.

Como observado no assunto de suas crônicas, é feita uma relação direta do seu livro *O Mulato* com a Igreja Católica, atuante na cidade. Vale ressaltar que a comparação entre o conhecido padre de São Luís à época, João Guedelha, e o personagem do livro, Diogo, um padre maquiavélico, que por trás de uma aura de bondade, é capaz de matar e agir preconceituosamente, defendendo acima de tudo e de todos, os seus interesses pessoais.

Ao noticiar a saída de seu romance, não se esquecia de associá-lo à luta contra o clero, indo mesmo a ponto de apresentar uma de suas personagens, o Cônego Diogo, como transposição literária da figura conhecida do Cônego Mourão: “Saiu ontem *O Mulato*, do nosso festejado cronista Aluísio Azevedo. – Quem quiser conhecer o Cônego Diogo, aquele tratante que tanto se parece com João Gadelhudo, agora é a ocasião, – Vende-se no nosso escritório à Rua da Palma” (O PENSADOR, nº 21, 1881, p. 4).

É Aluísio quem passa a chamar a *Civilização*, não por seu nome, mas por um apelido que lhe pespuga, logo em sua primeira crônica: a *Vivica*. Esse tom de irreverência, a que os padres não poderiam dar o verdadeiro troco, tinha efeito imediato na cidade pequena, propensa aos mexericos. E ele não se limita a este artigo, logo em seguida, ele dirige uma carta aberta à *Ilustrada Redação da Civilização*, defendendo o teatro, objeto de um artigo de combate da folha clerical.

Azevedo, assim como os autores dos pasquins, além de atingir a imagem de seus alvos, com seus deboches e insinuações maliciosas, presenteava seus adversários com apelidos, que também não deixava de ser um recurso do deboche que procurava não só apenas irritar o seu alvo, mas desmoralizá-lo, era mais um ingrediente para o insulto. Interessante observar que estes apelidos tinham vida longa, em certas circunstâncias terminava transmitido de geração para geração. Dunshee de Abranches, um colecionador de tais pérolas, declarou:

“Nesta terra de antonomásias e alcunhas, ninguém é conhecido pelo próprio nome” (1992, p. 13).

Presume-se que a colaboração de Aluísio não se tenha limitado a seção que assinou, sente-se o dedo do romancista, notadamente na coluna *Ecos da Rua*, assinado pelo pseudônimo Soror Pompadour, era um espaço para a intriga local, visando sempre um sacerdote e recorrendo à tática de apelidos. Esta seção devia ser a mais lida do jornal, dado o seu tom brejeiro, e suas setas envenenadas em direção a sociedade maranhense.

São diversos os apelidos aos redatores da *Civilização*, dentre eles, temos a Trindade Maldita em referência aos três padres (Dom Antônio, João Guedelha e Raimundo da Fonseca), “A trindade maldita recebeu agora oito capões, além dos treze contos já filados!” (O PENSADOR, nº 2, 1880, p. 3). Em específico, João Guedelha, era denominado de Gadelhudo: “Será certo que Frei Gadelhudo – quando vai para o confessionário enfrasca-se todo em Patchouly?! Toma tento Tartufo¹⁴, aqui não é Belém...” (O PENSADOR, nº 2, 1880, p. 3). Já Dom Antônio, tinha a alcunha de Tinoco: “Coitado, estava engasgado com O Pensador... Tem paciência Tinoco, não se apanham trutas a bragas enxutas¹⁵” (O PENSADOR, nº 2, 1880, p. 3).

As crônicas de Azevedo são classificadas em sátiras humorísticas, que tem por objetivo de criticar, ironizar e ridicularizar os fatos. São abordadas em tom de sátira, revelando as opiniões do autor, quase sempre na 1ª pessoa do singular. O cronista mostra-se despreocupado, pois tem como meta gerar polêmica e não está temeroso com as pessoas atingidas por suas críticas. No trecho acima, comprova-se o posicionamento pessoal e irônico do autor, que faz a manutenção de marcas da oralidade, para deixar sua escrita próxima da realidade do cotidiano. É preciso levar em conta que hoje nos aproximamos desses textos com olhar crítico e refletimos sobre sua relação cultural.

No jornalismo literário, o texto tende a ser menos impessoal e não evita a emoção, ao utilizar a língua de forma artística, Aluísio fez uso de recursos estilísticos, como a figura de estilo: anáfora de nível morfossintático, causando a repetição da palavra “Adeus” no início da frase. Através da retórica, ele construiu frases expressivas de forma eficaz e persuasiva.

¹⁴ Do francês *Le Tartuffe*, é uma comédia de Molière. Sua primeira encenação data de 1664 e foi imediatamente censurada pelos devotos religiosos que, no texto, foram retratados na personagem-título como hipócritas e dissimulados. Os devotos sentiram-se ofendidos, e a peça quase foi proibida por esta razão, pelos tribunais do rei Luís XIV de França, onde tinham grande influência. Na Língua Portuguesa, o termo passou a ter o significado de pessoa hipócrita ou falso religioso (LIMA, Rafael. *Crítica / Tartufo*. Plano Crítico, 2019).

¹⁵ Tem por significado: “Nada se faz sem esforço, nada se consegue sem trabalho e sacrifício”, atualmente menos comum por ter se perdido o significado da palavra braga (ORLANDO, Neves. *Dicionário de Expressões Correntes*. Editorial Notícias, 2015).

Utilizou ainda, a gradação que ocorre de forma progressista e ascendente, pela sequência de palavras colocadas para intensificar sua opinião, ao partir da ação inicial de plantar até seu estágio final de esgalhar.

Para tornar seu texto mais compreensível, utilizou uma linguagem mais simples, e explanou o assunto do surgimento do jornal *Civilização*, através de analogia, fazendo uma comparação direta e explícita, com o ato de parir, dar à luz. Funcionou como uma exemplificação mais simples do que estava sendo discutido, atuando no campo semântico como uma maneira de fortalecer sua argumentação.

No entanto, essa aproximação se dá de maneira particular, subjetiva e em um contexto bastante específico. Sempre de chacota e irreverência grosseira, dá continuidade, ao relacionar o jornal católico a uma criança recém nascida, só que de mau gênio e cheia de birras, querendo morder o peito da ama. Entende-se em seus escritos, que o peito da ama é a província do Maranhão: “E agora Maranhão, terra feliz! Trata do teu pimpolho. [...] Não lhe confies a teta por que ele morde-a, ó tola!” (O PENSADOR, nº 1, 1880, p. 5-6).

Os ataques à folha religiosa intensificaram-se, vistos como inconciliáveis as palavras: progresso e civilização. Em defesa da ideia de progresso, Aluísio refuta a conduta do padre Mourão, em subir ao púlpito e declarar que o próprio diabo – o legítimo Satanás – presidiu, em forma de gente, uma sessão maçônica. O colunista respondeu em tom sarcástico:

Pois vossemecê vem do Pará pregar destas borracheiras cá no Maranhão – vossemecê vem-nos cá contar que o diabo vai a sessões maçônicas e pinta lá o dito, ó seu aquele?!

Ladislau! Agarra-nos este cônego e escova-o.

[...] Mas que o diabo se transformasse em homem para andar conosco na pândega, essa é que não engolimos, a não ser que vossemecê nos aponte o dedo aquele que entre nós é o diabo!

[...] Onde estará ele? Em que corpo se terá aninhado?! – Eis a grande questão!

[...] Queira ao menos doutor ensinar-nos um meio de conhecer o bicho! (O PENSADOR, nº 13, 1881, p. 4).

Esta crônica se inicia com uma simulação de conversa, entre o narrador, Ladislau e o Cônego Mourão. Azevedo acrescenta à crônica, a forma literária, pois é interessante observar que o autor, nesse caso, torna-se um fabulador da própria história. O protagonista desse escrito aparece como uma figura participativa de uma ficção criada para o relato, no qual o autor é personagem principal e então, surge a ambiguidade entre o que é real e o que é ficção.

Como dá pra perceber, o cronista utilizou a natureza visual, ao fazer a representação de uma conversa. Em lugar de contar indiretamente o que aconteceu, mostra.

Mas do que simplesmente passar uma informação, procura colocar o leitor dentro do acontecimento. Reproduz o seu ponto de vista, com um dinamismo próprio. Como comenta o autor Edvaldo Lima: “O jornalismo literário prefere esse modo de narrar porque seu compromisso implícito com o leitor é dar-lhe não apenas a informação sobre alguma coisa. É fazer com que o leitor passe pela experiência sensorial simbólica, de entrar naquele mundo específico que a matéria retrata” (LIMA, 2014, p. 15). É função do jornalismo literário transmitir tudo isso, imaginar a cena é apelar para a visão, tem chance melhor de atrair o leitor, seduzindo-o para dentro do texto.

O diálogo se inicia com o narrador chamando o Cônego Mourão para uma visita em sua casa, ao chegar lhe é oferecido cerveja, cigarro e pó para cheirar, drogas que são prontamente aceitas pelo cônego. A conversa continua com temas sobre festas, roda-viva e bailes. Logo em seguida, Mourão é convidado a levantar e acompanhar com palmas a cantiga de roda infantil *Caranguejo Peixe é*, e logo lhe é revelado o motivo do convite: “Deixe-nos ver os seus dentes! [...] Tenha a bondade de dizer – vossemecê mudou já os queixais?! – Sim?! Ora essa! E como escreve então aquilo que vem na última carta aos maçons?!” (O PENSADOR, nº 13, 1881, p. 4). Aluísio demonstra toda sua indignação, pois não acredita que uma pessoa já adulta e que obviamente já possui dentes permanentes, possa afirmar que o diabo assistiu em forma de gente, a uma sessão maçônica. E continua questionando como um homem inteligente, instruído e viajado pela Europa possa afiançar que o diabo tem o mau costume de se disfarçar em corpo humano.

O colunista pautado nos ideais Positivistas julgou o pronunciamento do reverendo como uma atitude infantil, por isso o tratou como uma criança. Vale ressaltar o pensamento de Bulhões, que afirma que o jornalismo do período, conhecido como porta-voz da sociedade, participou intensivamente dessa convicção, integrando o grande e ambicioso projeto antiilusionista encarnado pelo Positivismo cientificista, o que inclui uma severa crítica as manifestações religiosas, vistas como uma espécie de tolice infantil (BULHÕES, 2007).

No término de sua crônica, ele se espanta ao perceber que o cônego está a dormir e que ele havia falado aos ventos. Ladislau vai acordá-lo e o conduz até a porta. Na saída, o cronista acrescenta uma observação: “Psiu – olha cá em segredo – vê se lhe percebe a ponta da coisa por debaixo da batina!” (O PENSADOR, nº 13, 1881, p. 4).

Percebe-se que a real intenção das palavras jornalísticas reside no fato dela permitir discussões. Diferente do livro cuja recepção é individual, silenciosa e particular, no jornal, além de ser destinado à leitura, há uma flutuação entre ler e ouvir, é incorporado ao impresso, e transformado em estratégia de contato com a manutenção do consumidor, porque

a palavra do jornal é popularizada, cotidiana e urbana, que poderia ser dita em qualquer botica ou salão, mas que é capturada pela máquina e cristalizada no papel.

Aqui a escrita e o oral caminharam lado a lado, um dos indícios da permanência desse traço oral e de sua penetração no domínio da escrita é o trecho de diálogo entre o narrador que convida o sacerdote para lhe dizer desaforos em forma de ironia. É a voz como alternativa para o olho, ou melhor, é o espaço para que a leitura deslize para a audição e vice-versa, é o contato direto com o universo dialogal do receptor. Na obra *A Letra e a Voz*, de autoria do estudioso da literatura, Paul Zumthor, ele questiona se há efetiva contradição entre o uso da escrita e as práticas vocais:

[...] o que se encontra profundamente posto em questão é a relação tríplice estabelecida a partir e a propósito do texto – entre este e seu autor, seu intérprete e aqueles que o recebem. Conforme os lugares, as épocas, as pessoas implicadas, o texto depende às vezes de uma oralidade que funciona em zona de escritura, às vezes (e foi esta sem dúvida a regra nos séculos XII e XIII) de uma escritura que funciona em oralidade (ZUMTHOR, 1993, p. 98).

Essa constatação referente aos séculos XII e XIII europeus poderia, salva as devidas distâncias, servir de ponto de partida para uma leitura do século XIX brasileiro. Se pensar que aqui, na época recortada, o oral e o escrito confundiam suas fronteiras, quase as diluindo, torna-se viável configurar uma textualidade que, potencialmente, funcionaria tanto para os olhos dos receptores, como para seus ouvidos.

Nas crônicas de Azevedo, tem uma carga elevada de subjetividade, de perspectiva íntima, fazendo uso de jogos de palavras, que ressalta a vivacidade de sua esperteza ao criar diálogos e interlocutores. Seu texto é a representação de uma conversa, com a finalidade de resgatar a oralidade. Pode-se destacar como elementos constitutivos, o veio satírico, a predominância da articulação entre a função fática e metalingüística e, por fim seu envolvimento com o “cenário interno”, pois seu registro anticlerical se torna elemento da referencialidade do texto.

Compartilhando do mesmo tom de provocação e denúncia característico dos jornais maranhenses em que colaborou, o cronista não se intimidou diante das duras réplicas e infâmias publicadas pelo jornal *Civilização* nem da polêmica que seus textos causavam na sociedade de sua província natal.

O jornal católico proferiu um sermão violento contra os maçons e os inimigos da Igreja, através da epístola *Primeira Carta aos Maçons do Maranhão*, segundo Azevedo a carta fala com assombro de um inimigo terrível, que tem por finalidade conspirar contra a

Igreja, contra os padres e contra Jesus Cristo. Como descreve em sua crônica de 20 de novembro de 1880:

E pinta esse inimigo com as cores mais assustadoras, que é possível imaginar – veste-o cor de fogo, gruda-lhe malacacheta nos olhos e nos dentes, prega-lhe um rabo, encaixa-lhe na cabeça um par de cornos, mete-lhe um tridente da mão, atribui-lhe asas de morcego, empresta-lhe pés de bode e dá-lhe um cheiro de enxofre e chamusco (O PENSADOR, nº 8, 1880, p. 3).

O autor fez a defesa a uma crítica destinada à influência dos maçons na sociedade maranhense, rebatendo a oposição com os seguintes comentários: “Aqui temos o maçom, é exato! Mas um maçom pacato, boa pessoa, burguês, metódico, religioso, com uma barriga enorme, com uma caixa de rapé no bolso e um calo no dedo mínimo do pé” (O PENSADOR, nº 8, 1880, p. 3). Comprovando que o maçom é como qualquer outro cidadão, e que estão em grande número nas lojas maçônicas. E continuou a afirmação de que este inimigo não existe na província.

Aluísio trabalhava com artifícios literários, e ao elencar todas as características desse inimigo, ajuda a criar uma imagem na cabeça do leitor. Aquilo que, no texto, possa evocar uma ilustração, faz com que o leitor absorva melhor a narrativa, e se lembre dela muito tempo depois de tê-la lido. O cronista não mantinha uma postura neutra, tinha voz crítica e estilo próprio, demonstrava seus sentimentos e seu ponto de vista sobre a realidade que o cercava.

Dando continuidade a crônica, Aluísio como mestre da caricatura, descreveu de forma grotesca a folha católica, pois segundo ele já que o inimigo não se apresentou, esta aparição ficou por conta da *Civilização*: “parece ela toda paramentada de capacete, couraça e lança e, montada carnavalescamente num rocinante¹⁶ mais magro que o Padre Fonseca, grita com sua voz de rapé – Alerta! Temos um inimigo terrível! Havemos de atacá-lo! Queremos matar o bicho!” (O PENSADOR, nº 8, 1880, p. 3). A passagem transcrita é a típica construção de uma caricatura, onde um aspecto da aparência física de uma pessoa é destacado e distorcido para gerar um efeito cômico.

No trecho acima, valendo-se da intertextualidade, o autor utilizou o processo criativo e apropriou-se de seus recursos ficcionais, parodiando o romance satírico *Dom Quixote* (1605) de Miguel de Cervantes, com a epístola publicada pela *Civilização*. Pois, a tal carta ao comparar o maçom maranhense a um inimigo que se reunia na cidade, durante a noite

¹⁶ Era o famoso cavalo de Dom Quixote de La Mancha, personagem do romance de Miguel de Cervantes. Cavalo fraco, pequeno, desengonçado, magricelo que o acompanhava em suas aventuras. (RODRIGUES, Stefany. Maré de Livros, 2016).

para conspirar contra o clero, para ele, esse pensamento só poderia ser julgado como uma ideia quixotesca.

Azevedo fez uma abordagem aparentemente jornalística para dar voz aos elementos satirizados. Ele transcreveu a fala da autoridade religiosa, porém se constitui num componente literário, pois o autor não reproduz de maneira fiel todas as declarações, ele as coloca dentro de um determinado contexto, e as reescreve de acordo com outras conveniências, revitalizando-as em uma nova situação de sátira, o que caracteriza a criação literária.

Os maçons compartilhavam das mesmas convicções positivistas de Azevedo e trabalhavam para o progresso do Maranhão, ainda nesta discussão ele menciona que os padres ao contrário dos maçons são ociosos e parasitas. Seria Aluísio maçom? De acordo com o estudioso Mérian, não se pode fazer esta afirmação, mas estava como eles empenhado contra as manifestações retrógradas, conservadoras e obscurantistas do clero de São Luís do Maranhão.

Aluísio como prosador do cotidiano, tirava proveito humorístico dos acontecimentos sisudos, parodiando-os, deformando-os grotescamente, quase em atitude surrealista, explorando efeitos por meio de recursos fônicos e metafóricos, numa espécie de jogo infantil e insólito: “O novo jornalzinho não é mais do que um cano de esgoto” (O PENSADOR, nº 8, 1880, p. 3). Continuando a relação análoga, solicitou que os reverendos lançassem ao mar, pelo cano de esgoto toda sua podridão de palavras em vez de evacuá-las nas ruas da cidade. Às vezes com o uso de trocadilhos, atingi-se o despojamento em máxima altitude, no caminho da irreverência.

Ao final desse assunto, ele acalmou seu público leitor ao fazer a afirmação que a carta dirigida aos maçons é inofensiva e inocente, pois contra ela, não precisava criar jornais e nem opor artigos e logo em seguida, sugeriu a imediata atitude: “basta taparmos o nariz e atirarmos-lhes algumas pitadas de cal e fel de boi” (O PENSADOR, nº 8, 1880, p. 3).

Para o jornalista e escritor Luiz Beltrão em sua obra *Jornalismo opinativo*, relata que para a produção de uma crônica é preciso, em sua fase final, de conclusão e emissão do juízo sobre o tema. Azevedo sempre adotou uma conduta de oferecer soluções para os seus leitores, incitando-os à ação. A todo o momento esteve a par das ideias em curso na comunidade, recolhendo informações sobre os mais variados fatos e situações, tudo o que lhe serviria de tema, para que, olhados sob a ótica das suas impressões e emoções, voltem a circular em forma de crônica, no mesmo meio sócio-histórico onde se originaram (BELTRÃO, 1980).

A título de ilustração e para que fique registrado o tom provocador de Aluísio, frente aos padres da província do Maranhão, seguem alguns trechos selecionados de crônicas que o autor escreveu para *O Pensador*. Note-se o tom sobejamente ressoado de Positivismo e o tino provocador em relação ao clero, quando é recebida, na redação do jornal, uma carta do Padre Eterno com ritos religiosos aos fiéis maranhenses:

Tua carta, querido Padre Eterno, é o sintoma mais triste e mais degradante do estado de embrutecimento fanático e de compacta ignorância do nosso povo! É também um corpo de delito, contra a escandalosa especulação de alguns padres ou talvez de alguns tipógrafos velhacos que, em vez de trabalharem honestamente aos domingos, exploram gatunamente o estado de bestial credulidade em que se acha a maior parte da população maranhense. E a tua carta conseguintemente assusta-nos, pois entre gente que acredita que tu fosses capaz de escrever com letras de ouro o chorrilho de asneiras que transcrevemos – o padre é um máquina perigosa, capaz de realizar coisas do arco da velha¹⁷! (O PENSADOR, nº 8, 1880, p. 4).

O cronista criticou asperamente as palavras do Padre Eterno e satirizou o repouso dominical com base na influência do Positivismo, que defendia que o trabalho traria honra e dignidade para o trabalhador e que, dessa forma, qualquer trabalho seria digno de reconhecimento. O discurso, em torno da valorização do ofício como uma virtude do ser humano, tomou forma e ganhou espaço nas páginas ocupadas pelos textos de Aluísio Azevedo.

Encarrega-se também de reprovar a ignorância do povo, por acreditarem que o padre escreveu com letras de ouro a citada carta: “Em falta de tinta de ouro não temos outro remédio se não dirigirmo-nos a Deus em tinta preta, de impressão; esperamos, porém que semelhante falta nos seja revelada mediante três padre-nossos e outras tantas ave-marias” (O PENSADOR, nº 8, 1880, p. 4). Com esse pensamento, ele demonstra toda sua incredulidade religiosa, e também faz chiste da venda da carta à população “Cheguem bandidos! Está quentinho! 500 rs. o perdão!” (O PENSADOR, nº 8, 1880, p. 4) e faz uma súplica ao povo no final da crônica: “Pedimos aos pais de família, que não acreditam em milagres e reconhecem a influência má do fanatismo sobre pessoas ignorantes, que respondam com dois pontapés aos especuladores, que lhes forem a casa oferecer por 500 rs. A tal carta milagrosa” (O PENSADOR, nº 8, 1880, p. 4).

¹⁷ A expressão refere-se ao “arco da velha aliança” bíblico, simbolizado pelo arco-íris. Segundo o livro do *Gênesis*, logo após o Dilúvio, Deus propôs a Noé uma aliança entre ele e os homens, simbolizada por um arco-íris que surgiu no céu. Por isso, a expressão “do arco da velha” não quer dizer, originalmente, que algo é antigo, mas que é fantástico, incrível. (Blog Oráculo. Super Interessante. Grupo Abril. São Paulo, 2017).

Confirmando assim, por meio da carta, que diz “aquele que ler por devoção esta carta e publicar que foi escrita por minhas sagradas mãos e tudo proferido por minha sagrada boca, ainda que tenha tantos pecados como dias o ano, lhe serão todos perdoados” (O PENSADOR, nº 8, 1880, p. 3). O romancista, através dessa citação sente comodidade em praticar pecados: “podemos matar, roubar, e fazer o que bem quisermos muito a nossa vontade [...] Então? Não há nada mais cômodo e mais barato!” (O PENSADOR, nº 8, 1880, p. 4). Ao final da crônica, ele ameaça o padre em tom jocoso, para que ele pare de escrever semelhantes abusos ou providenciará um chamado ao Sr. Dr. Chefe de Polícia, e finaliza com a frase: “E até o dia do juízo final” (O PENSADOR, nº 8, 1880, p. 4).

Ao fim da citação selecionada, o autor caracterizou o padre como sendo uma máquina perigosa, ao fazer esta comparação, faz uso da linguagem simbólica, e uma das formas de símbolo, recurso muito utilizado pelos jornalistas literários, é a metáfora. Esta por sua vez, é a representação de uma coisa por outra, a aproximação entre elas se dá por analogia. Em um meio de comunicação, a metáfora contribui para uma linha argumentativa e possui um potencial valorativo implícito.

Seu uso é aplicável no âmbito literário, pois sua aparição se converte em um recurso persuasivo, Azevedo ao afirmar que o padre é capaz de realizar coisas do arco da velha, ele se refere ao ato da venda da milagrosa carta, e acrescenta que a população maranhense é para o religioso uma mina inesgotável. Isso significa que existiu interpretação por parte do jornalista e que, portanto, as inferências que o leitor realiza foram guiadas implicitamente pelo autor da crônica.

4.2 Abolimos o pseudônimo e assinemo-nos com os nomes que recebemos na pia batismal¹⁸

Ao finalizar esta crônica, o romancista insere uma carta dirigida a João Afonso do Nascimento, que então publicava em São Luís um novo periódico de caricaturas, *O Malho*, que em seu primeiro número criticara *O Pensador*. Como a grande maioria dos escritores se escondia atrás de pseudônimos, Aluísio propõe que o redator faça a seguinte ação: “E já que nos dás o direito de revelarmos alguma coisa de ti – reclamamos que escrevas – *João Afonso do Nascimento* no frontispício daquela interessante folha. Estimariamos muito que os nossos

¹⁸ O PENSADOR, nº 4, 10 de outubro. 1880, p. 6.

colaboradores assinassem seus escritos, mas infelizmente não os podemos constranger a isso” (O PENSADOR, nº 4, 1880, p. 6).

Um mês depois de *O Pensador* ser lançado, Azevedo já não usa pseudônimos para escrever suas críticas, sendo o único cronista a revelar seu verdadeiro nome. Aluísio, sendo informado pelos seus amigos, descobre que o padre Castro planejava um ataque físico, em surdina, a ele. Como a população toda comentava essa futura agressão, Azevedo decide ir a público para desmascarar o padre.

Quanto a quem te dirige estas frioleiras – não desdenhará estampar aqui o seu nome obscuro, com a condição de que não o reveles ao padre Castro, porque esse bondoso sacerdote jurou quebrar piedosamente as costelas do autor destas crônicas, logo que descobrisse quem ele era. Teu amigo, Aluísio Azevedo (O PENSADOR, nº 4, 1880, p. 6).

Pode-se perceber uma estratégia tipicamente cômica, a de negar para melhor afirmar aquilo que se quer dizer, pois quando é pedido pelo autor segredo sobre a revelação de sua identidade, e logo em seguida, ele a menciona. É claro que não há possibilidade de permanecer seu anonimato. A palavra *frioleiras* está longe de caracterizar todos os comentários que Azevedo teceu nessa crônica.

Logo em seguida, passou a discorrer sobre a temática principal de seu texto, com insinuações carregadas de ironia ao se referir ao padre como bondoso sacerdote. Assim, a voz do enunciador só pode soar como sarcasmo ao dizer que a atitude de quem jurou quebrar as costelas do autor destas crônicas é piedosa, ou seja, ação de alguém misericordioso ou clemente. Dentre algumas das acepções sob as quais o vocábulo “ironia” se encontra dicionarizado, são de nosso interesse aquela que o conceitua em consonância com a Retórica, como “figura com que se diz o contrário do que as palavras significam”, bem como a que a identifica como “zombaria insultuosa; sarcasmo”. Característica da primeira acepção é a necessidade de ser o enunciado considerado como portador de significado oposto ao que está “literalmente” expresso.

Nesse período, ele resolve assinar seus artigos, para provar a todos que não tinha medo do padre. Aluísio não recuou e ironizou ao final da carta, inserindo sua descrição física completa para que o capanga contratado pudesse identificá-lo em meio às pessoas. Adiante de sua assinatura, vinha um asterisco, a que se seguia, no pé da página, esta provocação:

Vinte e três anos. Moreno e corado, nariz grande e aquilino, olhos rasgados, escuros e pestanudos, usa a barba raspada e um pequeno bigode de um *chic* pitoresco; altura regular, cheio de corpo e cabelos castanhos e lisos. Sinal particular – Traz

constantemente uma grossa bengala de carnaúba, de meia polegada de diâmetro e ferrada em ambas as extremidades. A fotografia acha-se exposta na redação deste jornal (O PENSADOR, nº 4, 1880, p. 6).

Destemido, o escritor em seu relato do dia 20 de março de 1881, intitulado *Carta ao Sr. Dr. Mourão*, em resposta ao sacerdote, que o acusa de ser um homem imoral, ele escreve ousadamente, e declara nunca ter redigido pasquins, ou seja, folhetos distribuídos anonimamente e sem registro legal e com conteúdos caluniosos:

[...] Nunca escrevi a respeito de pessoa alguma aquilo que não pudesse repetir depois defronte dela, por isso nunca redigi pasquins, nunca embrulhei-me no anônimo para patentear misérias como as que na última crônica magoaram a pudicícia de V. Rev. m^a. Se não tivesse plena certeza de que V. Rev. m^a sabe quem lhe dirige estas palavras, apressar-me-ia a estampar meu nome obscuro nesta coluna” (O PENSADOR, nº 19, 1881, p. 5).

Azevedo ao escrever seu contra ataque em resposta a 15^o carta aos maçons assinada pelo Cônego Mourão, enfatizou que sua única intenção era prestar um bom serviço a sociedade maranhense. Pode-se observar o uso da primeira pessoa, bem como o emprego do recurso metalingüístico, possibilitando que o autor demonstre seus sentimentos e seus desejos de forma explícita, quando como afirma que pode até ser considerado um tolo ao ter revelado seu verdadeiro nome, porém nunca um homem imoral e muito menos pago ou sustentado por qualquer seita ou sociedade.

Ao se referir em tom sarcástico, chamando o reverendo de Vossa pudicícia, o enunciador lança um discurso irônico postulado a um destinatário sintonizado com suas intenções. Nesse caso, o leitor precisa estar consciente do seu papel de coenunciador, para que essas intenções se concretizem. Retomando Paul Zumthor, declara em *Introdução a poesia oral*, que o ouvinte tem dois papéis: o de receptor e o de coautor, recriando de acordo com seu próprio uso e suas próprias configurações interiores, o universo significativo que lhe é transmitido (ZUMTHOR, 1997). Além da ironia, uma das marcas principais dos seus textos, o autor também se sobressai pelo olhar crítico com que analisa o mundo a sua volta e pela propriedade com que aborda os mais diversos assuntos.

Outras marcas recorrentes estão presentes na escrita de Azevedo, seus artigos são quase sempre iniciados por expressões de tratamento: “Excelentíssimo e Reverendíssimo senhor”; “Ilustríssimo” e encerrados com pronomes possessivos e adjetivações em tons de ofensa: “Somos de Vossa Reverendíssima amigos e apreciadores dedicados”; “amantes apreciadores”; “criados atenciosos”. Para tanto, deve-se considerar a participação do leitor no processo de significação, visto que, se o satirista se compromete com os problemas do mundo,

por meio da observação atenta da realidade e das mazelas sociais, ele espera que seu leitor faça o mesmo.

4.3 Incontestavelmente, a França é a sede do pensamento humano¹⁹

Aluísio Azevedo, fiel discípulo de Émile Zola e do Naturalismo francês, começou a crônica de 20 de outubro de 1880, abordando a superioridade intelectual e artística da França, disparando uma série de elogios e adjetivos otimistas: forte, independente, ativa, correta e legítima. Quanto ao Brasil, o escritor se envergonha, por não ter caráter nacional e dignidade individual. Para o cronista, no Brasil apenas havia a imitação: “É tudo imitado! é tudo cópia! é tudo servil!” (O PENSADOR, nº 5, 1880, p. 4).

A literatura nacional estava seguindo os modelos europeus, apesar de tudo o que já haviam defendido os Românticos, contudo, o reconhecimento da influência europeia contribuiu muito para as acusações de plágio, nas obras produzidas no Brasil. A França, vista à época como o mais importante centro cultural do ocidente, naturalmente era o modelo a ser seguido. Todavia, era preciso reconhecer que a influência francesa não se restringia ao campo literário, estava presente em diversos aspectos da sociedade, o que comprova, no nosso caso, espécie de plágio cultural construído à sombra da França.

O chamado francesismo da literatura era um assunto assaz discutido nos jornais brasileiros do final do século XIX. Azevedo discorre com extrema ironia sobre a condição decadente de seu País, justificando a tendência a seguir os passos franceses, tendo a literatura, como reflexo dessa civilização:

Como não havemos de ter galicismos? Como não havemos de adotar a França como senhora, se é ela quem nos dá os costumes, as lições, as nomenclaturas científicas, a literatura moderna, o realismo, o teatro, a arte, a política, o cancan e o deboche? Se é ela quem nos ensina a observar o que se passa em torno de nós, quem nos explica o que nós somos, o que são os fenômenos naturais, que na história de Portugal se acham explicados pelo milagre. Se é ela quem nos diz como andar na rua, viver em casa – comer, beber, dormir, e até multiplicar-nos, se é ela quem nos prescreve a moda, quem faz o caráter e os vestidos de nossas mulheres e filhas, quem talha os pensamentos e as fardas dos nossos ministros de Estado, de nossos conselheiros, se é ela quem destrói as nossas crises políticas e as nossas dispepsias?! Se é ela quem nos dá os tratados de economia política e o xarope *La Rose*?! (O PENSADOR, nº 5, 1880, p. 4).

¹⁹ O PENSADOR, nº 5, 20 de outubro. 1880, p. 4.

Com relação ao escritor Aluísio Azevedo e a geração de escritores de seu tempo, Nicolau Sevcenko (1995), ao abordar uma crônica escrita pelo autor, no jornal *O pensador*, o situa na geração de 1870. Assim, escreve Sevcenko:

Nota-se a mesma tônica em Aluísio Azevedo, tido como o introdutor do Naturalismo no Brasil: ‘Porque dizes elegantemente que nós desejávamos condenar o Brasil a uma externa imitação – diz ele sobre a sua geração – jungindo-o ao carro triunfal da França, quando o que nós dissemos foi que éramos, à força das circunstâncias, arrebatados, malgrado nosso patriotismo e nossa dignidade nacional, pela corrente elétrica de ideias que jorra na França’ (SEVCENKO, 1994, p. 79-80).

Utilizando a língua e a literatura como um mote para estabelecer uma crítica ao estado geral do País, Aluísio Azevedo afirma que nós, brasileiros, só seremos originais e, por conseguinte, modelo a ser seguido, quando alcançarmos o progresso. Portanto, se a língua de um povo é algo que reflete suas ideias e as ideias brasileiras são frutos de imitação, é natural que a própria língua acabe por imitar o francês.

Azevedo como admirador da imprensa francesa, não podia deixar de almejar o estatuto do escritor literário, pois no jornalismo francês havia duas vertentes fundamentais: a literária e a política. As duas vertentes se tocavam profundamente, dado que a imagem do escritor literário como militante político era uma ação preciosa do jornalismo e considerada um ramo da literatura (BULHÕES, 2007). Era pautada no início do século XIX, pela doutrinação e pela opinião. Nada mais natural para um País conhecido pela aventura filosófica do Iluminismo no século XVIII, em sua defesa dos direitos fundamentais da vida humana e negação de todas as formas de obscurantismo e arbitrariedade política. Nada mais natural para uma nação também conhecida pelos escritores e filósofos.

É de notar que em muitos dos exemplos extraídos das crônicas do autor verificamos a presença de um ‘nós inclusivo’, que atua como mecanismo de solidariedade do autor com o leitor. Atendendo ao último exemplo referido acima, verificamos que este mecanismo de solidariedade resulta numa estratégia de aproximação, pois o leitor é envolvido no discurso transformando-se em co-enunciador do mesmo. Esta crônica buscou reforçar a ideia de mostrar que o redator dos fatos, assim como quem faz a leitura, são muitos parecidos e podem seguir juntos uma jornada de conhecimento (raciocínio).

A interrogação é uma categoria discursiva (e não gramatical²⁰) ambivalente sob o ponto de vista da relação de força que instaura entre locutor e interlocutor. As questões levantadas podem igualmente colocar o sujeito que interroga em posição de controle do

²⁰ Trata-se de distinguir a “frase interrogativa”, categoria linguística, da Interrogação (ou Questão), categoria discursiva (CHARAUDEAU, 1992).

raciocínio, já que essa é dirigida a um destinatário fazendo o papel, por vezes de aliado, por vezes de opositor, posto que o locutor já conhece a resposta (questão retórica).

É este tipo de interrogação que se prolifera no discurso jornalístico: o sujeito interrogante é o enunciador jornalista, o público tomado como testemunha é o leitor cidadão. Assim, o enunciador estabelece uma relação de cumplicidade com o leitor, obrigando-o a aceitar seu questionamento. A crônica política tem esta característica de colocar o jornalista em posição de analista, mais ou menos especializado, que, em nome de seu saber de especialista, pode se permitir julgar e avaliar uma situação político-social.

A mesma crítica é reafirmada num discurso mais direto, feito em outra edição de *O Pensador*, em 30 de outubro de 1880: “Só depois de possuímos boa constituição política, bom governo, boa família, boa sociedade, boa ciência, boa indústria, bons costumes e bom caráter, é que teremos boa literatura, porque a literatura de qualquer país nunca foi outra coisa senão a consequência de tudo isso” (O PENSADOR, nº 6, 1880, p. 4). Aos olhos de Aluísio, a literatura não ocupa um lugar à parte na produção de uma nação e se o Brasil não afirmava sua identidade como já faziam os Estados Unidos, isto se dava a seu menor grau de civilização em todos os campos.

4.4 O tripé da evolução e do progresso: ciência, educação e trabalho

As idéias positivistas chegaram ao Brasil por volta de 1850 e ganharam espaço no cenário intelectual brasileiro. Jerônimo de Viveiros, no artigo intitulado *O Positivismo no Maranhão*, publicado no jornal *O Imparcial*, comenta que a primeira propaganda de positivismo no Maranhão foi feita pelo Dr. Francisco Antônio Brandão, por volta de 1865, estendendo-se até 1870, e tinha a característica de ser esparsa e demorada. Nesse momento específico, como afirmou Viveiros: “... Parece que foi de resultados quase nulos não despertando interesse na nossa elite intelectual”. No entanto, ainda segundo o autor a partir de 1876, “a doutrina de Augusto Comte surgiu de novo na nossa imprensa. Desta vez provocando um escândalo, despertando a atenção do público”. (O IMPARCIAL, 12 de dezembro de 1954).

Se os ensinamentos e a postura da Igreja atrasavam a sociedade, a educação positivista seria o meio de alcançar o progresso. Tratando deste segundo tema, Aluísio determinou os requisitos para a evolução social: respeito mútuo de ideias e crenças, reciprocidade dos direitos dos homens, equilíbrio das camadas sociais e culto à ciência. Considerava passado o tempo em que as explicações para os fenômenos naturais eram de

ordem divina. O progresso, tão necessário em uma sociedade estagnada como a maranhense e, por extensão, a brasileira, seria alcançado com a criação de bibliotecas públicas, construção de liceus e escolas noturnas e um ensino livre do obscurantismo e superstições dos padres.

A indústria, o comércio, a lavoura, as experimentações científicas e as artes seriam responsáveis pelo verdadeiro progresso da civilização. Ciência, educação e trabalho, na visão de Aluísio, representavam o tripé da evolução e do progresso. Segundo ele, “as virtudes modernas instituíram um novo poder – o poder do trabalho; isso que era antes uma função desprezível converteu-se hoje em fonte de riqueza e dignidade – o homem que mais trabalha mais direito tem a vida e as honras sociais” (O PENSADOR, nº 1, 1880, p. 6).

Convém ainda lembrar que, durante a permanência de Aluísio no Rio de Janeiro, antes da publicação de *O Mulato*, ele havia publicado no *Mequetrefe*, em forma de desenho, uma visão do século XX, charge muito viva, onde estão previstos, com espírito de combate à Igreja, a glória de Augusto Comte e o esplendor do Positivismo.

No propósito de defesa das teses do Positivismo (e de todas as demandas científicas correspondentes), mostra-se evidente o quanto este literato incumbia-se dessa finalidade na conservação da figura de Augusto Comte. A crônica de 30 de outubro de 1880 atestava a filiação de Aluísio Azevedo ao Positivismo. O romancista atacava o jornal *Civilização*, que criticara Auguste Comte. O autor de *O Mulato* parte em defesa do filósofo francês, equiparando-o inclusive, a Jesus Cristo:

Augusto Comte, a individualidade mais acentuada do nosso século, o maior benemérito da humanidade, depois de Cristo, a ciência feita homem ou o homem feito ciência, também é comicamente desrespeitado no tal jornal católico. Sem analisá-lo, sem mostrar sequer que o leu, a *Civilização* entra a escarafunchar a vida privada do maior gênio do século, deixando uma nódoa parda em cada lugar que toca (O PENSADOR, nº 7, 1880, p. 4).

4.5 Educação positivista feminina como elemento necessário ao progresso da nação brasileira

A mulher maranhense que frequentava as igrejas passou também a ser criticada, muitas vezes em discursos agressivos e de tom jocoso. Os males da sociedade passaram a ser atribuídos à Igreja e a sua influência sobre a educação, sobretudo a feminina, isso porque, no século XIX, a presença das mulheres da elite, nos templos, tornou-se algo mais constante, principalmente pelo fato de que era uma forma destas escaparem do estado de clausura, que o

ambiente patriarcal as impelia, além do fato do ambiente urbano propiciar mais lugares de convívio e possibilidades de sociabilidade.

Em suas crônicas, Aluísio deixava evidente que a mulher que muito ia à Igreja abandonava sua casa e família. Essa crítica estava direcionada à Associação de Mulheres Católicas, conhecida como Sagrado Coração de Jesus. Ele iniciou sua narração, expondo todos os prazeres que vivenciou ao visitar um sítio que fica a 30 passos da costa de Araçagi, classificou o local como esplêndido e soberbo, logo após ele revelou que estava lá a pensar na vida sofrida das irmãs, que as comparou com flores desbotadas que vão fenecendo nas sacristias. Segundo ele, elas estariam adoecendo no misticismo enervador de algum cubículo religioso e se entristece ao saber que mães e esposas passam o dia no Seminário de Santo Antônio. Em 10 de dezembro de 1880, o cronista lança suas críticas à mulher devota que, segundo ele é a causa da decadência social:

Enquanto V. Ex^{as} rezam horas esquecidas em Santo Antônio, anda o diabo a rabear na casa de V. Ex^{as} – o serviço é logo atirado para um lado, e os escravos caem no remancho – veja-se a desordem em que vai tudo – os quartos não foram arrumados – as redes não se desarmaram, as bacias barradas de gordura, transbordam água suja – a varanda esqueceu já o gosto que tem a vassoura – o quintal está imundo – a roupa branca já não se conserta – as camisas das crianças estão esfaceladas – a cozinha converteu se em um ponto de reunião da negralhada da vizinhança – V. Ex^{as} corariam se ouvissem os palavrões que aí se dizem – os filhos de V. Ex^{as} parecem uns pobres filhos sem mãe, cheios de mau trato e piolhos, passam o dia na rua a brincar com terra, a ouvir obscenidades e a levar pescoções dos moleques – a crioula aproveita a ocasião para dar trela ao seu homem no fundo do quintal e, como a senhora só chega lá pelo jantar, a filha mais velha recebe o namorado na sala (O PENSADOR, nº 10, 1880, p. 4).

Neste caso, há uma tentativa de diálogo com o interlocutor por parte do autor, ele elenca vários conselhos direcionados as mulheres beatas, com a finalidade de que elas façam uma autorreflexão sobre o assunto ali descrito. A linguagem utilizada, como não pode deixar de ser, tem caráter espontâneo e metafórico, quando o cronista declara: “Eis aí o estado em que fica qualquer casa de família, quando a dona deserta – É um inferno!” (O PENSADOR, nº 10, 1880, p. 4). Delineado de acordo com o estilo do autor, na qual se podem observar as suas marcas textuais e a sua maneira de transcender tão particular, notável de cada um, responsável por criar uma análise profunda e complexa de um fato, ou de um detalhe, que acaba por fazer todo o sentido naquele momento.

A excessiva devoção das senhoras maranhenses foi motivo de piada para esses intelectuais, que associavam a ida das mulheres à Igreja a atitudes fanáticas, beirando à loucura, segue-se uma longa lista das falhas das devotas, vítimas de uma educação viciada

pelos padres. Aluísio via aí, com seu sentido de determinismo, a causa da má educação das crianças, que herdavam de suas mães, como na citação: “toda esta desordem mental, toda esta desorganização da família, reverte em prejuízo das pobres crianças, que tiveram a infelicidade de nascer de uma devota” (O PENSADOR, nº 10, 1880, p. 4).

Dando continuidade, o colunista garante que esta criança irá se desenvolver como um tumor carregado de pus e que num belo dia desabrochará. Daí o sentimento de analogia, a capacidade de correlacionar, de substituir e de transpor. De acordo com Antônio Cândido, em sua obra *O estudo analítico do poema*, ele comenta sobre o processo comparativo, em que há um controle maior, ou mais aparente, da lógica; já no processo metafórico, é como se a transferência semântica se fizesse espontaneamente, sem a intervenção da vontade do autor e, portanto, é mais "poética", mais "visceral", mais ligada a uma necessidade profunda de expressão (CÂNDIDO, 1996).

A impressão inicial da crônica é pessimista e isso se deve ao acúmulo de adjetivos que transmitem essa sensação, é o caso dos seguintes exemplos: mau, feio, imundo e odioso. Características adquiridas quando esta criança se tornar homem, e o compara com a mosca varejeira: “O tumor esguicha, e esses homens esgalham pelo mundo e vão, em cada ponto da sociedade em que pousam, deixando, como a varejeira, uma chaga pestilenta e o gérmen de mil outros entes igualmente perniciosos. São a lepra do gênero humano”. Em seguida, implicitamente lança farpas ao Cônego Mourão: “Foi assim que se formaram – Nero, Cleópatra, Torquemada²¹ e o autor das cartas aos maçons” (O PENSADOR, nº 10, 1880, p. 4).

A história da própria mãe do romancista, longamente contada por ela mesma a Dunshee de Abranches, não pode ter deixado de sensibilizar Aluísio quanto ao papel da mulher na sociedade. Ela contribuiu, com suas observações de especialista, para a criação de retratos de mulheres mais fiéis à realidade.

De acordo com essas concepções, a mulher deveria ficar restrita ao espaço privado e dedicar-se a sua função de administradora do lar e educadora dos filhos, enquanto que o sustento da família caberia ao marido. Era isso que Comte projetava para toda a existência feminina. Ele queria seres obstinados na sagrada função de zelar pela família e, conseqüentemente, pela sociedade em geral. Sua sociedade seria “perfeita”, posto que seria

²¹ Um dos mais temíveis representantes da Inquisição foi Tomás de Torquemada, um frade dominicano espanhol. Nomeado como inquisidor pelo papa Inocêncio VIII e prestigiado pela rainha Isabel de Castela, este clérigo promoveu uma feroz caçada contra bígamos, agiotas, judeus, homossexuais, bruxas e hereges. A sua ferrenha atuação acabou fazendo com que a sua fama percorresse os quatro cantos da Espanha e chegasse até aos ouvidos do próprio Vaticano (SOUSA, Rainer. Torquemada, o temível inquisidor. História do mundo).

forjada por homens íntegros, formados desde cedo por mulheres afáveis, incorruptíveis e honradas (MELO, 2007, p. 66) como afirma José Maurício Santiago de Mello em seu trabalho *O Positivismo e a Educação Provida pelas Mulheres*. Ao final da crônica, temos uma ação encorajadora por parte do narrador, ratificando o pensamento Positivista em forma de conselho:

Para extinguir essa geração danada, para purgar a humanidade dessa sífilis terrível, só há um remédio – é dar a mulher uma educação sólida e moderna, é dar a mulher essa bela educação positivista, que se busca nas ciências naturais e tem por alvo a felicidade comum dos povos. É preciso educá-la física e moralmente, prepará-la por meios práticos e científicos para ser uma boa mãe e uma boa cidadã. (O PENSADOR, nº 10, 1880, p. 4).

Compreendendo que a mulher ocupava um papel essencial na formação dos cidadãos da nação, o jovem escritor defendia que a educação destinada a ela deveria seguir os caminhos da modernidade, alinhando-se aos preceitos positivistas e tendo como base a ciência natural. Isto significava distanciar as mulheres das simpatias e credices populares, a fim de que elas não mais permanecessem afundadas em um fanatismo extremado, deixando de cuidar da casa e da família para gastar a maior parte de seu tempo ocioso dentro da igreja e ao redor dos padres.

Para disseminar essa ideia de modelo feminino, presente no catecismo positivista, era necessário que os Positivistas tivessem participação direta na educação feminina. A influência sobre a educação começava pelo casamento, determinando a idade mais apropriada para o enlace que, segundo o Catecismo Positivista, seria a partir dos 20 anos. Para estes, o casamento era considerado o alicerce da organização social (COMTE, 1979). Azevedo também comenta sobre o casamento, como podemos observar nas linhas a seguir: “A mulher assim preparada não irá gastar ociosamente os dias na igreja [...] Não casará, nem consentirá que filha sua case sem a idade necessária para conceber, porque está fisiologicamente habilitada para conhecer os inconvenientes que resultam de um casamento prematuro. (O PENSADOR, nº 10, 1880, p. 4).

A professora Maria Cristina Castilho Costa, autora do livro *Introdução à Ciência da Sociedade*, afirma que tal consideração é importante visto que “(...) o Positivismo derivou do cientificismo, isto é, da crença no poder exclusivo e absoluto da razão humana em conhecer a realidade e traduzi-la sob a forma de leis naturais” (COSTA, 1987, p. 42). Razão esta, em que Azevedo insistia discutir, em sua crônica de 10 de março de 1881, intitulada

Uma carta ao senhor doutor cônego Mourão, em defesa da maçonaria, esboçou um retrato muito severo da mulher maranhense:

A mulher maranhense é por excelência a devota, a carola, a mulher cheia de superstições, cheia de abusões. É a mulher que só apara os cabelos pelo quarto crescente da lua, é a mulher que não consente os chinelos emborcados debaixo da rede, é a mulher que não corta as unhas à noite e tem mau agouro com o arrulhar das pombas, com o uivar dos cães, com a entrada inesperada de uma borboleta na varanda ou no quarto. [...]

A mulher maranhense senhor cônego Mourão, é a mulher que se casa aos catorze anos e inutiliza-se para o resto de sua vida, é a mulher que acredita nos milagres da Virgem, nas cóleras de Deus, na eficácia da confissão, na necessidade moral do jejum, é a mulher supinamente ignorante de seus deveres sociais e de suas obrigações domésticas (O PENSADOR, nº 18, 1881, p. 4).

Para os positivistas a humanidade atingiria o ápice do progresso, afastando-se do misticismo, baseando-se na ciência, em termos políticos, culto à autoridade, a necessidade de ordem como condição básica do progresso e a república como o grande ideal. Como era constante a presença de mulheres na convivência dos padres, para os livres pensadores isso colocava em risco a virtude e a dignidade dessas moças. No início desta crônica, Azevedo já lança sua primeira farpa: “E a maçonaria, pelo menos entre nós, nada tem com as mulheres” (O PENSADOR, nº 18, 1881, p. 4), afirmando ser uma sociedade puramente de homens.

As intenções de Aluísio podem ser facilmente adivinhadas. Trata-se para ele de provar que a confissão é o contrário da direção espiritual, uma verdadeira violação da consciência. Esta advertência dirigiu-se às mulheres, como também a seus maridos, cuja influência sobre as esposas fica ameaçada pelo poder supremo do padre, graças à arma da confissão.

Com relação ao Fanatismo Religioso, o escritor também fez críticas ferrenhas, pois segundo ele, um fanático lê os dogmas católicos com olhar unilateral e de modo literal, e tenta persuadir o órgão católico para que quebrem esses paradigmas e que sejam revistos numa visão racional. Logo em seguida, ele enfatiza o Fatalismo Religioso, que se baseia na crença de que “o que será, será”, já que todos os eventos passados, presentes e futuros já foram predeterminados por Deus. Azevedo lastima esse tipo de pensamento:

A Igreja, ou melhor, o padre romano, é o único culpado desse estado decadente – foi ele quem, desde a nossa antiga metrópole, atrofiou o espírito da mulher, quem a habituou ao mistério, ao misticismo. Foi ele quem a fez renunciar a consciência de seus atos, para explicá-lo pela fatalidade. A religião que os padres ensinam às brasileiras e que estas depois transmitem no berço a seus filhos é uma religião que nos leva ao fatalismo. O fatalismo é a negação do raciocínio. A mulher maranhense não sabe reagir, nunca aceita a responsabilidade do que faz – quando comete uma

falta, desculpa-se do seguinte modo – É porque mesmo já tinha de suceder! (O PENSADOR, nº 18, 1881, p. 4)

De acordo com esse relato, a ignorância resulta em desmoronamentos sociais, os textos bíblicos devem ser interpretados de acordo com o avanço de todas as ciências, entretanto, se a pessoa não busca uma reflexão consciente e a fé raciocinada, a mesma corre o risco de se tornar refém de sua própria crença. Segundo Comte, os fiéis de Deus não estavam preparados para governar o mundo, pois a adoração do divino era fruto do desconhecimento científico, que levaria a crença em explicações fantasiosas. O pensamento do autor era que a mulher necessitava sair da clausura oferecida pelos dogmas cristãos.

O jornal *Civilização* contra-ataca a missiva escrita por Aluízio, o cônego Mourão garante que o autor defende a extinção da religião e que aconselha o afastamento da mulher maranhense das práticas religiosas, porém de acordo com as palavras do cronista essa declaração contém inverdades:

Nunca dissemos que desejávamos a mulher sem religião, ao contrário, sempre adotamos para nosso uso particular aquele velho provérbio, que diz na sua rudeza indiana – A mulher que pertence a Deus, pertence ao diabo!

[...] Lamentamos o processo assombroso por que entre nós vai se convertendo o instinto da religião em um fanatismo reles pelo maravilhoso, pelo sobrenatural; o modo pelo qual se vai substituindo a ideia sã e consoladora de Deus por superstições de todo gênero, por abusões de toda espécie.

Queremos a mulher religiosa, de certo que a queremos! Porque todos nós precisamos de uma religião, mas queremos-la com dignidade, com amor, com fé; nunca consentiríamos que a mulher ou filha nossa acreditasse estupidamente que o diabo disfarçou-se em maçons e foi estourar na Maçonaria defronte do padre Jenner (O PENSADOR, nº 19, 1881, p. 5).

Textos como os de Alexandre Dumas Filho, que sustentavam que o papel principal das mulheres era o de serem mães e esposas e, em função disso, a educação moral e intelectual deveria ser concebida de maneira que as tornassem mães e esposas perfeitas, também tiveram relevante importância no trabalho dos intelectuais maranhenses. Tal assunto passou a ser um dos pontos importantes, discutidos nos jornais criados pelos intelectuais, principalmente porque estes associavam como causas da degradação dos costumes da província, a manutenção do sistema escravista e a influência exercida pelo clero sobre a população, principalmente, através da manipulação das mulheres (MÉRIAN, 1988).

Contudo, o colunista não permaneceu apenas na mudança do comportamento e da educação feminina como um elemento necessário ao progresso da nação brasileira. Em meio às crônicas que publicou na imprensa maranhense, chamou a atenção de todos, ao condenar o ócio em que os padres viviam, sendo essa condição sustentada por uma sociedade que se

encontrava imersa nos dogmatismos disseminados pela Igreja Católica. Assim, em conjunto com as denúncias acerca da postura libidinosa dos clérigos da província e do mal que estes faziam ao encher de crenças e fanatismos as cabeças das mulheres, Aluísio relatou, em 30 de dezembro de 1880, a notícia de um vigário no Norte do Pará, que seduziu uma de suas pupilas:

O reverendíssimo padre Manoel Carlos do Nascimento, vigário da cidade de Bragança, sentindo-se tomado de amores por uma bela menina, filha do falecido capitão de exército Pedro José Pereira, convenceu-a por meios brandos e suasórios que devia confessar-se de vez em quando e escolhe-lo para seu confessor. A inocente rapariga caiu, como era de se esperar no laço e encontrou no confessor, não o confortável bálsamo da religião cristã, mas os lábios sensuais do padre Nascimento que a devorou de beijos. E daí em diante, mas do que a fé no coração crescia-lhe no ventre a desonra (O PENSADOR, nº 12, 1880, p. 4).

O literato também discorre sobre a impunidade e expõe sua revolta: “– E o padre?!... – O padre continua inalteravelmente a erguer o cálice sagrado no meio do esplendor do altar, continua a juntar e separar as mãos, com os olhos pregados no teto da igreja e a dizer coma voz grave e cheia de religião – *Oremus!*” (O PENSADOR, nº 12, 1880, p. 4), tendo em vista que um padre, após ter feito o voto de castidade não poderia, pelos preceitos do Vaticano, envolver-se com mulher alguma. Logo após, ele faz um alerta às famílias maranhenses: “Entretanto, esperamos que destas repetidas lições, tão poderosamente significativas, aproveitem as famílias maranhenses, tendo de hora em diante mais alguma aquelas na escolha do confessor de suas filhas, principalmente se forem estas raparigas do olho preto e da cara redonda” (O PENSADOR, nº 12, 1880, p. 4).

O papel da confissão também acabava sendo alvo de muitas críticas, pois a confissão representava, na concepção desse grupo de intelectuais, como uma violação das consciências, o que normalmente abria espaço para o padre usar de suas artimanhas de sedução contra as mulheres.

O autor ainda ridiculariza a vida pecaminosa dos padres que se envolviam com mulheres, o rigor da lei penal muito poucas vezes era aplicado, já que a maioria fugia para não serem julgados e condenados por crime de sedução. Os sacerdotes também contaram com a impunidade dos seus superiores hierárquicos que, quando muito, transferiam-nos para alguma outra cidade. De acordo com a estudiosa Amanda Lopes Pietrobom, “Em seus artigos, os escritores não perdoavam uma única falha: investigavam a vida íntima do clero maranhense, atrás de seus pecados. O jornal escandaliza toda a cidade” (PIETROBOM, 2012, p. 23).

O que mais preocupou o cronista foi o papel do padre na família. Em sua opinião, o celibato dos padres colocava em risco a virtude das mocinhas e a fidelidade das mulheres casadas. A confissão além de violar a consciência, era uma tentativa de sedução das mulheres crédulas. O padre era, logo, um fator de desorganização da família e, ao invés de elevar o nível moral da sociedade, contribuía para sua corrupção. Ele associava a Igreja ao mal, e o bem era representado pela filosofia Positivista que trazia esperança para o futuro do homem e da sociedade brasileira.

4.6 Não se tratava em julgar um homem, tratava-se de julgar uma ideia²²

Pelo fato de Aluísio ser um dos implacáveis escritores do jornal, passou a ser o principal alvo dos insultos do periódico rival (era acusado de ter um pacto com Satanás) e a equipe do jornal chegou mesmo a ser processada judicialmente. A causa do processo foi devido à crônica escrita em 20 de março de 1881, redigida por outro colaborador do periódico, que assinou sua narrativa com o pseudônimo N. Cícero. Ele condenou a ação do clero, em represália a um sermão pronunciado na Igreja de São João, pelo padre Francisco José Batista que criticou os maçons e outros segmentos considerados inimigos da Igreja católica. Ele que havia testemunhado o modo como o padre e o bispo trataram os fiéis, escreveu na coluna *Colaboração* sob o título: *Mais uma afronta*, uma publicação violenta sobre o padre:

V. Rev. m^a parece-nos ser bastante jovem ainda: julgamo-lo até uma criança pela imprudência com que se portou no púlpito para com o povo que, na nossa humilde opinião, deveria ter-lhe puxado as orelhas, como fazemos ao moleque que na rua não nos guarda o devido respeito. Aceite e procure seguir o que acima fica dito, afaste-se também do Paço Episcopal, onde germina a ignorância ao lado do crime; recuse as malévolas insinuações que, contra nós, lhe faz o rev. Cônego Dr. João Tolentino Guedelha Mourão, se não almeja filiar-se a essa horda de bandidos que, covardemente, só nos assalta nas trevas (O PENSADOR, nº 19, 1881, p. 3).

O observador desse acontecimento, Artur Jansen Tavares, moço de vinte anos e livre-pensador, revoltou-se para protestar contra as palavras do sacerdote e pediu à redação do jornal *O Pensador* que publicasse o seu artigo que, prontamente, foi consentido. O artigo teve seu momento de sensação, ainda não se injuriara um sacerdote com linguagem tão impetuosa. E não é apenas ele o atingido. É todo o clero, na pessoa de seu bispo e de seu vigário-geral. Dom Antônio não deixou passar a oportunidade: fez com que o padre Batista apresentasse

²² O PENSADOR, nº 21, 10 de abril. 1881, p. 4.

uma queixa-crime contra as injúrias recebidas, e os jovens pensadores foram levados ao tribunal e o referido processo teve início em 07 de abril de 1881.

Logo que o processo é instaurado, os jovens jornalistas decidiram assumir coletivamente a responsabilidade pelo artigo incriminado. Apresentaram-se três advogados, e dos melhores de São Luís para defender gratuitamente o acusado: Lapemberg, Jansen de Matos e João Henriques. Aluísio segue em defesa de todos os colaboradores da gazeta, em 10 de abril de 1881:

Então nós, que, se escrevemos, é por que temos convicções; nós, que fizemos da imprensa, não um meio de vida, mas um sacerdócio, pelo qual estamos dispostos a fazer sacrifícios; nós que nos decidimos a arriscar tudo, tudo, pela verdade e pela justiça; nós que nunca abaixaremos a mão sob imposição alguma; nós que somos moços, livres e temerários: nós nos rimos do padre e, em vez de arranjar um testa de ferro, como ele talvez teria feito em nosso lugar – nós assinamos todos uma responsabilidade como redatores e editores do *Pensador* (O PENSADOR, nº 21, 1881, p. 4).

Na primeira audiência, o Dr. Lapemberg exhibe ao juiz um documento firmado por Manuel de Bittencourt, Aluísio Azevedo, Pedro Freire, Artur Jansen Pereira, Manuel Pinho Júnior, Paulo Augusto Pereira e Agripino Azevedo, no qual os signatários se declararam os redatores de O Pensador. Mas o advogado do Padre Batista, Agesilau Pereira da Silva, impugna o documento, sob a alegação de que os seus subscritores, na maior parte, não têm idade para responder ao processo.

Os jovens escritores redigiram um documento responsabilizando-se pelo artigo e por tudo que o periódico tinha escrito, porém, como se tratava, em sua maioria, de menores de idade ou estrangeiros, o impressor, Antônio Joaquim de Barros Lima, dono da tipografia, foi responsabilizado. “E no meio dessa melancolia levantou-se o procurador do padre para acusar com sua voz sonora e insinuante, a queixa contra o senhor Barros Lima, impressor desta folha” (O PENSADOR, nº 21, 1881, p. 4).

Enquanto a ação prossegue, Aluísio fez sentir, de modo ainda mais ostensivo, o seu espírito polêmico. Escreve e desenha, multiplicando-se em artigos e caricaturas. A cidade fica cheia de boletins que são pregados nas paredes durante a noite. Aluísio estava intimamente ligado a esses acontecimentos, que culminaram em um processo judicial. Essa ação causou grande mobilização popular e tornou-se um espetáculo conforme podemos observar em suas palavras:

Espectáculo soberbo! As galerias enchiam-se como por encanto: depois os corredores, os intervalos das portas, os vãos das janelas. Às onze horas não havia

lugar para uma bengala – o povo encheu tudo. Mil pessoas ali estavam, naquele recinto antipático, suando, na agonia de uma grande indignação (O PENSADOR, nº 21, 1881, p. 4).

Segundo o escritor, a audiência mais parecia uma peça de teatro do que um julgamento. O tribunal estava lotado por todos os jovens livres-pensadores e anticlericais de São Luís. A audiência teve um efeito contrário àquele buscado pela diocese, o clero foi mais uma vez ridicularizado.

Os espíritos estavam ainda bastante agitados pelo processo, as audiências recomeçaram no início do mês de maio e em meados de junho os eclesiásticos perderam o processo. E a gazeta distribuía na cidade outro boletim e agora anunciava: “*Esplêndido triunfo!*”, graças à habilidade de seus advogados, a causa tinha sido decidida em favor do jornal, com a absolvição do respectivo impressor para alegria geral dos jovens.

O referido processo teve início em 07 de abril de 1881, e o livro *O Mulato* foi lançado em 09 de abril de 1881, apenas dois dias após a primeira audiência do tribunal, romance profundamente anticlerical que surgia de alguma forma, como uma contribuição à luta travada por Aluísio contra o clero e a Igreja. Assim, essa polêmica que envolveu a população como um todo, principalmente segmentos das elites financeiras e intelectuais da cidade, contribuiu para que a obra saísse finalmente dos prelos da tipografia *O País* e ganhasse as ruas de São Luís, num momento de grande efervescência e polêmica.

A promoção e a difusão de *O Mulato* mostram que o romancista tinha um sentido apurado de organização quando lançou seu romance. O emprego sistemático das formas mais variadas de publicidade, a escolha do momento (o escândalo do processo), favoreceu a venda rápida dos dois mil exemplares da primeira edição.

Aluísio soube transformar o acontecimento literário em acontecimento social e manipulou todos os possíveis reflexos dos leitores para divulgar seu romance. Como comprova o crítico literário Antônio Cândido em *Literatura e Sociedade*:

O público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador. Os artistas incompreendidos, ou desconhecidos em seu tempo, passam realmente a viver quando a posteridade define afinal o seu valor. Deste modo, o público é fator de ligação entre o autor e a sua própria obra (CÂNDIDO, 2006, p. 47).

A violenta polêmica que se iniciou na imprensa a partir do mês de junho indica por outro lado que este sucesso não foi apenas um fogo de palha e que o romance atingira seu objetivo como obra literária e como obra de combate. Por isso, uma obra literária só passa a

existir no momento em que é realizada sua leitura, em que entram em ação seus componentes expressivos, lúdicos e ficcionais. O autor, a obra e o público, formam uma tríade indissolúvel, um mecanismo transmissor que liga um ao outro. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana: a literatura. Azevedo estabeleceu uma relação nova entre o escritor, o romance e o público. Não foi apenas o romance que teve um caráter experimental, sua promoção foi uma experiência inédita e inovadora, não apenas em São Luís do Maranhão, mas no Brasil.

4.7 O governo republicano só se acomoda com a filosofia Positivista²³

As teorias modernas, como o Positivismo, o Darwinismo, e o Evolucionismo, fortaleciam as ideias republicanas e abolicionistas, que então afluíam e ganhavam respaldo no meio intelectual. O governo monárquico era visto por republicanos e abolicionistas, como inviável para que o País alcançasse os rumos da civilização. Aluísio favoreceu a essas causas, e iniciou sua crônica apreciando o relato do jornal *Civilização* que protestava do início ao fim contra a onda revolucionária que ameaçava subir e estrangular tudo, e demonstrou sua satisfação: “Fora de seus hábitos o jornal católico falou verdade com referência a essa geração moderna, filha do trabalho e da investigação, essa que tem por alvo a liberdade e vai destruindo o velho mundo para edificar nas ruínas um mundo novo” (O PENSADOR, nº 25, 1881, p. 4).

Essas crônicas eram essenciais para a divulgação das lutas pelas mudanças, que eram necessárias no final do século XIX, sempre atacando a monarquia e a religião, baseando suas argumentações nos princípios do Positivismo e assim, o autor se expressa sobre o assunto: “E daqui não podemos sair – o governo do papado precisa da mentira, o monárquico da dúvida e o republicano da verdade provada (O PENSADOR, nº 25, 1881, p. 4). Questiona também o apreço de D. Pedro II, Imperador do Brasil de 1840 a 1889, pelo universo científico: “Falemos claro – o governo monárquico é incompatível com as ciências positivas, das quais se faz adepto ultimamente o nosso bom monarca” (O PENSADOR, nº 25, 1881, p. 4).

Os poderosos por serem figuras existentes em qualquer época, sempre serão alvo do gênero satírico, que pode ser visto como atemporal não apenas por isso, mas também porque o riso que suscita tem sempre o mesmo objetivo: o de humilhar a pessoa satirizada, e o

²³ O PENSADOR, nº 25, 20 de maio. 1881, p. 4.

de recusar-lhe qualquer atributo de superioridade: “Foi porventura Sua Majestade eleito imperador pelos bons serviços prestados ao Brasil?” (O PENSADOR, nº 25, 1881, p. 4).

Favorável à República, não hesitou em atacar diretamente o Imperador D. Pedro II, numa crônica cuja insolência lembrava seus desenhos satíricos publicados quatro anos antes no Rio de Janeiro em *O Mequetrefe*. Azevedo, conclui que o Imperador, para acompanhar a onda, (a onda) de que fala a *Civilização*, essa onda de sangue vermelho que ameaça sufocar o mundo velho, que invade gigantescamente o trono dos papas e dos reis, teria que se conduzir a seguinte maneira:

Tenha a bondade de despir primeiro o seu pesado manto de púrpura, queira desafogar-se de seus bicos de tucano, digne-se depor sobre uma cadeira sua coroa incômoda, desobrigue-se do bentinho que traz ao pescoço, por que toda essa quinquilharia pesa e com ela em vez de Sua Majestade acompanhar a onda, iria impreterivelmente para o fundo (O PENSADOR, nº 25, 1881, p. 4).

Este tipo de crítica revela um rei de postura frívola, vazia e excêntrica, uma vez que, ao valorizar as vulgaridades e se preocupar demais com pormenores irrelevantes, não exercia o poder com sabedoria e justiça em benefício do povo. Trata-se de um governo com ausência de reflexão, tal como acontece atualmente. O autor, às vezes impertinente atacava os fundamentos ideológicos da monarquia, fundamentando sua argumentação sobre os princípios da filosofia Positivista.

Os jornalistas apontam as deficiências de D. Pedro como estadista, bem como criticam a centralização excessiva do governo monárquico, a vitaliciedade do Senado, a fraude eleitoral, que possibilita ao governo vencer sempre as eleições, e consideram a República como solução natural para os problemas, como anuncia Emília Viotti da Costa, autora da obra *Da monarquia à república: momentos decisivos* (1999). A religião era preciso viver à luz da ciência, pois a doutrina fortalecia a ignorância da nação e se o poder do clero era assegurado pela monarquia, era preciso que viesse a república. As denúncias contra a monarquia eram práticas comuns nesse processo de transição.

Aluísio termina sua narrativa eufórico, pelo modo como o País está integrando as novas tendências do século e avisa à folha católica que este feito não é apenas dele, mas sim de toda uma geração: “Pensará por ventura que essa onda, que te sufoca, que te oprime, que te obriga a abaixar a cabeça, é obra nossa? [...] Se pensas isso estás enganada – a onda é uma geração inteira: o pulso não é nosso, é do nosso século!” (O PENSADOR, nº 25, 1881, p. 4).

Para ele, a ideia da República combinava com a ideia de progresso e de Modernismo no Brasil. Num certo sentido, Aluísio e seu pequeno grupo de amigos da gazeta

foram os precursores da geração de Dunshee de Abranches, que viu a realização da abolição da escravatura e do nascimento da República no Maranhão.

4.8 Escrevo-lhes esta crônica com um pé no estribo²⁴

Mas o certo é que o romancista, depois da publicação de *O Mulato*, dificilmente poderia permanecer em São Luís. Se quisesse abrir caminho literário, realizando uma obra, tinha que fazer-se ao mar. No último momento, já prestes a embarcar, seu temperamento combativo não dá tréguas aos adversários da Civilização. Na crônica de 20 de agosto, já de mala pronta, escreveu:

Bons maranhenses,

Escrevo-lhes esta crônica com um pé no estribo – talvez seja a última que pingue da incompetência de minha pena nesta Atenas encarambelada, onde o moleque representa uma potência do Estado e onde o clero se deixa representar alegremente por uma molecagem.

Vou partir, vou! Tão cedo não ouvirei gemer perto de meus ouvidos as notas deliciosas do órgão católico, órgão que se tinha convertido em verdadeiro realejo, cuja manivela acha-se confiada às mais competentes mãos, e cujas variadas peças se tinham constituído no melhor encanto de minha vida (O PENSADOR, nº 34, 1881, p. 04).

Valendo-se da ironia, ele lamentou sua partida, pois ficaria ausente dos padres, aqueles que foram o seu melhor divertimento. Em seguida, comparou os sacerdotes a santos acrobatas e a folha católica a um circo de cavalinhos, onde ambos se fantasiavam com roupas vistosas e resolveram confiar o maior cargo ao Fonseca, denominado de jocoso, o de papel de palhaço. Toma-se a ideia nesse excerto, para dizer que não existe hierarquia quando se trabalha com a comicidade, já que se trata de “um mundo às avessas”, conceito do teórico Mikhail Bakhtin (1987), que se refere à ideia de inversão social e subversão simbólica do poder estabelecido.

Assim, usa-se a comparação, retirando-se do satirizado (Padre Fonseca) atributos que o identifique como humano, colocando-o, desse modo, em um nível inferior, no momento em que diz ter ímpetos de tomar o padre pelo cabresto, sendo um mundo com no exemplo, animalesco: “Vai-te mísero cavalo lazarento, pastar longas campinas livremente!” (O PENSADOR, nº 34, 1881, p. 04).

Como estratégia de persuasão e sedução do receptor, fez uso de vocativos adocicados: “Bons maranhenses”, estabelecendo uma relação de intimidade com o leitor,

²⁴ O PENSADOR, nº 34, 20 de agosto. 1881, p. 4.

considerando-o um amigo, um confidente e como tal, parte interessada na história. Os leitores quando se identificam com as opiniões manifestadas pelo autor, terminam por considerá-lo uma espécie de amigo mais culto, que elegem como porta-voz de suas ideias.

No decorrer da construção cronística, há a presença do chiste associado ao recurso formal do trocadilho, que por sinal é muito usado pelo autor. Sobre este recurso, Vladimir Propp (1992) em *Comicidade e riso*, afirma ser um dos elementos de comicidade e zombaria. Azevedo usa os múltiplos sentidos da palavra órgão, primeiramente parte do sentido geral, nesse caso, do sentido figurado que a palavra órgão enseja, de caracterizar o órgão (jornal) como notas musicais em forma de gemidos, a significação pejorativa se dá quando essa irritante melodia se converte em realejo, sendo tocada de forma mecânica a mesma música já predefinida. Em sentido literal, se refere ao órgão jornalístico com publicações periódicas que exprime os interesses de um grupo.

Este processo é facilitado pela própria natureza semântica da palavra, que permite certa flutuação de significado, cujo caso típico é a polissemia. Esta não leva necessariamente à transposição, mas cria para ela uma espécie de campo favorável, e uma espécie de justificativa, ancorada na arbitrariedade do signo linguístico.

Sua despedida não poderia ser mais cômica: “O espetáculo foi completo! O Fonseca, que a natureza dotara de um físico admirável para saltimbanco, empastou as faces de vermelhão e alvaiade, atirou-se uma cabeleira ruiva, calçou uns borzeguins de marroquim, botou umas meias encarnadas e caiu sobre o público” (O PENSADOR, nº 34, 1881, p. 04). Chegava a ser insultuosa. Mas tinha uma desculpa: a do tom que a própria *Civilização* dava às suas mofinas impressas contra os rapazes de *O Pensador*. De certo modo estes dançavam pela música dos padres.

Em um lugar especial de sua crônica, ele dedicou para se despedir do bispo Dom Antônio Cândido Alvarenga, uma epístola feita para o deboche do início ao fim, pois o cronista relembra os momentos em que passou horas esquecidas a rezar pelo retorno do bispo, quando este se ausentava da capital. Contou também como seu coração se enchia de alegria assim que o bispo retornava. No término ele criou uma construção lingüística, um trocadilho, ou seja, um jogo de palavras, proporcionando a zombaria e a derrisão generalizada, ao revelar que frase escreveria com tinta cor de rosa, no epitáfio do túmulo do sacerdote: “Aqui dorme Antônio, Cândido até no nome! A inocência fez dele um mártir. Seria um bispo se não fosse um idiota” (O PENSADOR, nº 34, 1881, p. 04).

Para Propp (1992) as características do trocadilho são a naturalidade, a transparência na intenção e a franqueza nos pensamentos que se deseja propagar. Essa

definição nos faz compreender que o trocadilho não é algo nebuloso, não compete a ele ocultar significados, nem necessita de uma agudeza de sentidos, ou de alguma capacidade superior para ser decifrado. Não é como a ironia, que prevê uma leitura essencialmente dialógica e mais complexa.

Os planos de Aluísio para sua partida tiveram que ser adiados, conseqüentemente, ele teve que tirar o pé do estribo, quase à hora da viagem, retido em sua terra por uma enfermidade de garganta. Em 30 de agosto to de 1881, registrou sua última crônica ao jornal, muito satisfeito em colher os benéficos resultados do seu árduo trabalho como colunista, que através de sua ideologia conseguiu amenizar alguns problemas do Maranhão:

Isto de padres já fede, diz um vizinho meu e eu concordo – Já fede! Mas se O Pensador não se desse ao incômodo de espremer-lhes a ferida de dez em dez dias, os velhacos teriam com certeza pintado o sete com o Maranhão.

Se O Pensador não existisse quantos males, quantas desgraças não estaríamos lamentando a estas horas? Quantas lágrimas não teriam devorado as mães que vissem as pobres filhas escorregarem na água benta da sacristia?! Quantas bílis não teriam acumulado no estômago os pais, os maridos e os irmãos, com a perda irremediável de algum ente caro, roubado a seus afetos e a seus desvelos pela goela sorvedoura da Santa Madre Igreja?

Entretanto, para sermos justos havemos de confessar que os senhores padres, apesar de seus grandes esforços, muito pouca gente conseguiram fanatizar (O PENSADOR, nº 35, p. 4).

Aluísio Azevedo parte de seu berço natal para a Corte imperial, em 07 de setembro de 1881, no vapor *Espírito Santo*, um jovem que tanto trabalhou em prol das ideias modernas e do aperfeiçoamento da pátria. Com seu ardor combativo, nas colunas de *O Pensador*, ele lutava de todas as formas pela prevalência das convicções progressistas, contra o tradicionalismo da sociedade de São Luís e da Igreja Católica.

O tom irônico, presente nas crônicas, revela um autor inquieto e crítico de seu tempo e seus relatos são exemplos de sua vivacidade intelectual e artística. Como se pode ler no jornal *Pacotilha*²⁵ sobre o proveito dos escritos do autor para o Maranhão: “Nota-se no Maranhão, é inegável, um movimento simpático a causa do progresso e do futuro. Vê-se aparecer, de todos os lados, jovens empunhando o gládio da verdade contra as armas do erro, a luz da ciência contra o obscurantismo da ignorância” (PACOTILHA, nº 122, 1881, p. 2).

Na edição seguinte, em 10 de setembro de 1881, o periódico completara 01 ano de existência e, logo em sua primeira página, sob o título *Partida* traz um breve comentário

²⁵ O jornal *Pacotilha* tem o subtítulo: Hebdomadário crítico e noticioso foi fundado em 1880 por Victor Lobato e dirigido durante muitos anos por Agostinho Reis. Era propagandista da Abolição e da República, surgiu com o objetivo de intensificar ainda mais os embates com o jornal *Civilização*, fortalecendo o, já provocativo, periódico *O Pensador* (Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821 – 2007. São Luís: Edições SECMA, 2007).

acerca da partida de Aluísio para o Rio de Janeiro, em que afirma que sua criação fora o terror dos padres de Santo Antônio e que estes aguardavam ansiosos pela saída do pensador: “A raiva hidrofóbica com que os vampiros do papado o atacavam prova, de modo claro e terminante, quão certos eram os dardos de Aluísio no dorso já insensível desses bandidos vazios de moral e de dignidade” (O PENSADOR, nº 36, 1881, p. 1).

Na coluna *Crônica*, há uma nota a respeito do contentamento dos padres ao observarem, da torre de Santo Antônio, armados de binóculos, a partida de Azevedo: “Quase às 10 horas um grito unânime um *urrah* como nunca ouviu-se no mais alegre festim, escapou daqueles peitos e repercutiu em toda a redondeza. Os padres tripudiavam de contentamento” (O PENSADOR, nº 36, 1881, p. 4). Segundo o cronista, aquele grito era o alívio de um grande pesadelo.

Enquanto isso, o bispo Raimundo Alves da Fonseca, que participou praticamente de todas as publicações do jornal católico, o que lhe rendeu a reputação de “argumentador de vigoroso pulso” e “polemista cristão”, profere as palavras, em latim, de agradecimento a Deus: “*Te Deum laudamus*²⁶, exclamou em voz alta o santo varão; lá se foi o excomungado... – Quem o substituirá, perguntou com voz aflautada uma devota, assestando para o mar um óculo de forma especial” (O PENSADOR, nº 36, 1881, p. 4).

A alegria dos padres não foi por muito tempo, pois a redação do jornal já havia providenciado um substituto para Aluísio, com semelhantes ataques ferrenhos ao clero: “Pois então, riam-se, pulem, tomem uma carraspana que o Aluísio já vai longe. O leitor desculpará o novo cronista em não tê-lo logo cumprimentado. Entendi, mal ou bem, ir primeiro a igreja tomar água benta. Estarei desculpado?” (O PENSADOR, nº 36, 1881, p. 4), e encerra sua crônica entregando o seu cartão assinado de Urbano Granier.

Vê-se, portanto, que ao aprofundar as trilhas da escrita de Azevedo, penetramos em um universo crítico, em que a análise dos elementos sociais é um aspecto latente e intrínseco de sua temática. Outro ponto que é perceptível é a relação dos textos jornalísticos com os textos literários, em virtude que, sua escrita satírica, o diálogo com o leitor são características marcantes nas crônicas e que o autor transferiu para as obras literárias.

Os anos tinham corrido cada um dos rapazes do bravo “órgão dos interesses da sociedade moderna” seguira o seu caminho, a glória de Aluísio se consolidara com outros grandes livros, e ele próprio, mais realista, se acobertara no emprego público, depois de

²⁶ A ti louvamos, Deus.

brilhante concurso para a carreira consular, já cansado de seu dia a dia, no duro ofício de publicar romances e escrever para jornais.

O jornal de Dom Antônio, no rolar do tempo, atenuou a sua vocação polêmica, transformando numa grave folha doutrinária, sem provocações nem intrigas de beatas. Certo perdera a ressonância litigante. Mas se ajustara melhor à austeridade da Igreja.

E, antes de dar por concluído esta dissertação, nos permitimos demonstrar que, se não seria academicamente pertinente justificar a escolha do *corpus* pelo critério do prazer que ele nos provoca, é impossível não reconhecer ser esse o fundamento que sempre norteou o nosso olhar em direção ao cronista. Pois, acreditamos que o deleite, o do texto, assim como tantos outros, deve ser a eterna busca do ser humano, em um mundo onde, cada vez menos, temos a oportunidade de senti-lo. Levando em consideração, a abundância de estratégias e de significações previstas que pudemos identificar nas crônicas a que nos dedicamos, tenhamos a sensação de que muito resta ainda por fazer. Mas é hora de fazer um balanço do caminho percorrido e daquilo que colhemos durante o percurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo deste trabalho, relacionamos os principais acontecimentos históricos da imprensa maranhense no século XIX. Já no capítulo segundo, apontamos os principais acontecimentos biográficos do escritor Aluísio Azevedo, principalmente, durante sua permanência em São Luís. Na terceira parte, foi feita a relação entre imprensa e literatura. A análise dos textos literários do romancista para o periódico *O Pensador* (1881) em sua coluna *Crônica* que discorria sobre os principais problemas da sociedade de sua época que fazia a oposição de todos os preceitos católicos ocorreu no capítulo quatro.

Pensar os acontecimentos históricos e políticos do Maranhão oitocentista, a partir da leitura das crônicas de Azevedo para o jornal: *O Pensador*, que nos levaram a perceber o uso do discurso anticlerical, Republicano e Positivista, defendido por ele, como propósito a ser alcançado pela modernização do País. É pelo escrito, pela impressão do jornalista que tivemos acesso a essa realidade e constatou-se que a teoria Positivista vinda da Europa foi sua base de sustentação ideológica.

A imprensa periódica como circuito de interatividade apreendeu os principais debates que moveram a província, e conseqüentemente, desempenhou uma discussão ideológica na comunidade ludovicense que foi viável desvendar a partir da leitura dos relatos de Aluísio para o jornal citado, que foi o objetivo que norteou esta pesquisa, com base no conjunto de narrativas jornalísticas, buscou-se discutir o uso da literatura como uma prática política na criação da identidade maranhense.

Observou-se nesta investigação, que uma melhor compreensão da literatura advém de sua tomada em perspectiva histórica e utilizamos o jornal como fonte de memória para compreender a influência dessas correntes filosóficas exercida nos intelectuais maranhenses, que provocaram um momento de efervescência na imprensa, atacando de forma enfática a Igreja e o Estado.

Entre esses ataques, o cronista fazia uso do jornalismo literário, como estratégia de sedução ao leitor, em sua narração havia simulações de conversas e fabulações de diálogos, ele levava para a comunidade os fatos verdadeiros (matéria prima do jornalismo), porém filtrado pelo seu modo de ver e de sentir. Através do discurso subjetivo e adjetivações excessivas, seu texto tinha marcas da oralidade como em um bate papo. Empregou em suas construções lingüísticas, a manipulação da linguagem por meio das figuras estilísticas e de retórica, para que o leitor concorde com suas afirmações. Fez uso ainda de técnicas satíricas,

fazendo seu próprio estilo literário, com aplicação de trocadilhos e polissemias, sempre com o objetivo de provocar o deboche e a zombaria.

Este estudo propôs-se a desvendar sobre uma parte da produção de Aluísio Azevedo muitas vezes ignorada pela crítica. Seus registros jornalísticos para os jornais da província de São Luís caminharam em direção ao progresso das letras e da nação como um todo. Esta análise apresentada sobre suas crônicas demonstra a importância que os conceitos Positivistas alcançaram na sociedade brasileira do século XIX. Além de uma obra de arte, o autor produziu um retrato do Brasil provinciano e apontou a direção que as novas gerações deveriam buscar: a educação como forma de crescimento social, político e econômico.

Este trabalho foi muito enriquecedor, desde o levantamento das fontes bibliográficas até a escrita. E contribui de forma significativa para a formação da fortuna crítica do autor. Ainda hoje, é possível perceber que os ideais de progresso, valores que Aluísio tanto defendia, ainda estão por serem estabelecidos em nossa pátria, esses problemas atravessaram o século XX e chegou até os nossos dias, muitos a espera de uma resolução. É importante ressaltar, que esta pesquisa abre caminhos para novas análises literárias e novas memórias historiográficas.

REFERÊNCIAS

A FLECHA, São Luís: Ano I. 1879. Trimensal. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca nacional digital Brasil.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=417831&pesq=>>. Acesso em: 04/04/2017.

ABRANCHES, Dunshee. **O Cativoiro**. São Luís, ALUMAR, 1992.

ALMANAQUE DO TEATRO, Rio de Janeiro. Ano I. 1907. Edição 1, Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca nacional digital Brasil.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829030&pesq=>>. Acesso em: 10/01/2018.

ARAÚJO, Iramir Alves. **A Flecha, a pedra e a pena: um olhar sobre a primeira revista ilustrada do Maranhão – 1879/1880**. São Luís, 2013.

AZEVEDO, Aluizio. **O Mulato**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo. Editora da Universidade de Brasília, 1987.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Editora Nova Prova, 2007.

BELTRÃO, L. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1980.

BULHÕES, Marcelo Magalhães. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CACCIAGLA, Mário. **Pequena História do Teatro no Brasil** (Quatro Séculos de Teatro no Brasil), EDUSP (São Paulo. 1ª edição. 1986.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XX**. São Luís: AML/Sioge, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. **A vida ao rés-do-chão**. IN: CÂNDIDO, Antônio (org.). **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 9ª ed. Ouro sobre azul, Rio de Janeiro, 2006.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia. **Introdução à Ciência da Sociedade**. São Paulo: Moderna, 1987.

COSTA, Cristiane. **Pena de Aluguel: escritores jornalistas do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COUTINHO, Afrânio. **Ensaio e crônica**. Rio de Janeiro/Niterói: José Olympio / Eduff, 1986.

DANTAS, Paulo. Aluísio Azevedo. **O romancista do povo**. São Paulo: Melhoramentos, c. 1954.

DIMAS, Antônio. **Bilac, o jornalista: ensaios**. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado. Unicamp, 2006.

FARIAS, Virna L. Cunha de. **Machado de Assis na imprensa do século XIX: práticas, leitores e leitura**. Jundiaí, Paco Editorial, 2016.

FERREIRA JÚNIOR, José. **Entrevista sobre Aluísio Azevedo e a imprensa maranhense do séc. XIX**. São Luís, 18 mar 2006.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: Como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades modernas**. Aracaju: UFS, 2005.

FRIAS, J. M. C. **Memória sobre a tipografia maranhense**. São Paulo: Siciliano, 2001.

IGNOTUS, (SERRA, Joaquim). **Sessenta anos de Jornalismo: a imprensa no Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

JORGE, Sebastião. **A Linguagem dos Pasquins**. São Luís: Lithograf, 1998.

JÚNIOR, Araripe. **Tristão de Alencar. Aluísio Azevedo**. Rio de Janeiro: Obras Completas, 1888.

LEAL, Antônio Henriques. **Pantheon Maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos**. Rio de Janeiro. Editorial Alhambra, 1987.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Jornalismo Literário para Iniciantes**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

LOPES, Antônio. **História da imprensa no Maranhão**. Rio de Janeiro: DASP, 1959.

LOPES, Victor Silva. **Iniciação ao Jornalismo**. Lisboa, Dinalivro, 1981.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. **Catálogo de Jornais Maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821- 2007**. São Luís: Edições SECMA, 2007.

MARTIN VIVALDI, Gonzalo. **Gêneros Periodísticos**. Madri, Paraninfo, 1973.

MARTINS, Ana Luíza; DE LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa do Brasil**. São Paulo, 2008.

MARQUES, César Augusto. **História da imprensa do Maranhão**. [Primeira parte]. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo XLI, p. 199-225, 1878.

MÉRIAN, Jean Yves. **Aluízio Azevedo, vida e obra: 1857-1913**. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo/MINC, 1988.

MENEZES, Raimundo de. **Aluízio Azevedo: uma vida de romance**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1958.

MELLO, José Maurício Santiago de. **O positivismo e a educação provida pelas mulheres como fator de transformação epistemológica operada entre os séculos XIX e XX**. Londrina, 2007.

MELO, José Marques de. **A opinião no Jornalismo Brasileiro**. Ed. Vozes, 1985.

MONTELLO, Josué. **Origens de Aluízio Azevedo**, in: Cultura, n. 1, MEC, Rio de Janeiro, 1948.

MONTELLO, Josué. **Aluízio Azevedo e a polêmica d'O Mulato**. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1917.

MEIRELLES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

NERIS, Wheriston Silva. **A elite eclesiástica no bispado do Maranhão**. São Luís, Edufma; Jundiá: Paco Editorial, 2014.

OLINTO, Antônio. **Jornalismo e Literatura**. Universidade da Califórnia, ed. Ministério da Educação e Cultura, 1955.

O PENSADOR, São Luís: Ano I. 1880. Trimensal. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761176&pesq=>>>.
Acesso em: 05/04/2017.

O PENSADOR, São Luís: Ano II. 1881. Trimensal. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761176&pesq=>>>.
Acesso em: 05/04/2017.

PACOTILHA. São Luís: Ano I. 1881. Avulso. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01>>.
Acesso em: 15/03/2018.

PALHANO, R. **A Produção da Coisa Pública: Serviços Públicos e Cidadania na Primeira República**. São Luis: IPES, 1988.

PESSOA, Fernando. **Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literária**. Lisboa: Ática, 1966.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. **Literatura e Jornalismo no oitocentos brasileiro**. Ilhéus/BA: Editus, 2002.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **Gênese da imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX.** Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

PROPP, Vladimir. **Comicidade e riso.** Editora Ática. 1992.

RIBEIRO, Luís Filipe. **Mulheres de papel** – o imaginário feminino em Machado de Assis e José de Alencar. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

RIO, João do. **O momento literário.** Curitiba: Criar edições, 2006.

SILVA, Hélio de. **Nasce a República** – 1888-1894. Editora Três, 1998,

SOARES, Marcus Vinícius Nogueira. **A crônica Brasileira do século XIX:** uma breve história. Editora Humanidades, São Paulo, 2014.

SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil.** Porto Alegre: Edipucs, 2011.

SOUZA, Jorge Pedro. **Foto jornalismo Performativo:** o serviço de foto notícia da Agência Lusa de Informação. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1998.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão:** 1612-1895. São Luís: ACMA, 1954.

APÉNDICE

QUADRO 1 – Municípios Maranhenses e seus Jornais entre 1821 – 1899.

MUNICÍPIO	TÍTULO	FUNDAÇÃO	PERIODICIDADE
São Luís	O Conciliador do Maranhão	1821	Bissemanal
São Luís	O Amigo do Homem	1825	Bissemanal
São Luís	O Argos da Lei	1825	Bissemanal
São Luís	O Censor	1825	Variável
São Luís	Farol Maranhense	1827	Bissemanal
São Luís	A Bandurra	1828	Bimensal
São Luís	Minerva	1828	Variável
São Luís	O Despertador Constitucional	1828	Indeterminada
São Luís	A Cigarra	1829	Semanal
São Luís	A Estrela do Norte do Brasil	1829	Semanal
São Luís	O Brasileiro	1830	Semanal
São Luís	O Semanário Oficial	1830	Semanal
São Luís	O Jornal dos Anúncios	1831	Indeterminada
São Luís	O Publicador	1831	Bissemanal
São Luís	Echo do Norte	1834	Bissemanal
São Luís	Publicola Brasileiro	1834	Indeterminada
São Luís	O Investigador Constitucional	1836	Indeterminada
São Luís	O Investigador Maranhense	1836	Bissemanal
São Luís	Cacambo	1837	Indeterminada
São Luís	Chronica Maranhense	1838	Bissemanal
São Luís	O Bemtevi	1838	Semanal
São Luís	O Recreio dos Maranhenses	1839	Indeterminada
São Luís	O Guajajara	1840	Bissemanal
São Luís	O Legalista	1840	Semanal
São Luís	Jornal Maranhense	1841	Bissemanal
São Luís	A Revista	1842	Semanal
São Luís	O Caboclo Maranhense	1842	Bissemanal
São Luís	O Picapao	1842	Semanal
São Luís	Publicador Maranhense	1842	Variável
São Luís	A Malagueta Maranhense	1844	Variável
São Luís	Correio D'annuncios	1845	Bissemanal
São Luís	Jornal de Instrução e Recreio	1845	Quinzenal
São Luís	O Tribuno do Povo	1845	Indeterminada
Caxias	Brado de Caxias	1845	Indeterminada
São Luís	O Archivo	1846	Mensal
Caxias	Jornal Caxiense	1846	Semanal
São Luís	Jornal da Sociedade Philomática	1846	Anual
São Luís	O Arre e Irra	1846	Bissemanal
São Luís	O Observador	1847	Variável
São Luís	O Progresso	1847	Variável
São Luís	O Telegrapho	1848	Bissemanal
São Luís	O Estandarte	1849	Variável
São Luís	O Volcão	1849	Indeterminada
Caxias	A Água Benta	1849	Indeterminada
Caxias	A Aurora	1849	Indeterminada
Caxias	O Bemtevi Caxiense	1849	Indeterminada
São Luís	O Porto-franco	1849	Semanal
São Luís	A Marmota Maranhense	1850	Irregular
São Luís	Correio D'annuncios	1851	Bissemanal
São Luís	Diário do Maranhão	1850	Indeterminada
São Luís	O Constitucional	1851	Bissemanal
São Luís	A Marmotinha	1852	Semanal
São Luís	O Despertador	1852	Semanal
São Luís	O Eclesiástico	1852	Quinzenal
São Luís	O Globo	1852	Bissemanal

São Luís	Jornal de Timon	1852	Semanal
São Luís	O Christianismo	1854	Semanal
São Luís	O Faraol	1854	Semanal
São Luís	A Sentinella	1855	Semanal
São Luís	Diário do Maranhão	1855	Semanal
São Luís	A Conciliação	1856	Semanal
São Luís	A Nova Epocha	1856	Variável
São Luís	A Estrella da Tarde	1857	Semanal
São Luís	A Imprensa	1857	Bissemanal
São Luís	A Moderação	1857	Bissemanal
São Luís	Jornal do Commercio	1858	Bissemanal
São Luís	O Conservador	1858	Semanal
São Luís	O Século	1858	Bissemanal
São Luís	A Estrella Maranhense	1859	Bissemanal
Caxias	Imprensa Caxiense	1859	Semanal
São Luís	A Jararaca	1860	Bissemanal
São Luís	Ordem e Progresso	1860	Semanal
São Luís	O Jardim das Maranhenses	1861	Semanal
São Luís	Porto Livre	1861	Semanal
São Luís	Clarim da Monarchia	1861	Indeterminada
São Luís	A Coalizão	1862	Bissemanal
Caxias	O Álbum Caxiense	1862	Semanal
São Luís	O Artista	1862	Indeterminada
São Luís	A Situação	1862	Semanal
São Luís	O Paiz	1863	Variável
São Luís	O Ramalhete	1863	Bissemanal
São Luís	A Fé	1864	Semanal
São Luís	Echo Juventude	1864	Indeterminada
São Luís	A Exposição Evangélica	1865	Bimensal
São Luís	O Apreciável	1867	Semanal
São Luís	Semanário Maranhense	1867	Semanal
São Luís	A Actualidade	1869	Semanal
São Luís	A Nação	1869	Semanal
São Luís	O Represador	1869	Indeterminada
São Luís	A Opinião Pública	1870	Semanal
São Luís	O Monitor	1870	Bissemanal
São Luís	O Formigão	1870	Semanal
São Luís	O Liberal	1870	Semanal
São Luís	Vinte e oito de Julho	1870	Indeterminada
São Luís	A Brisa	1872	Semanal
São Luís	O Domingo	1872	Semanal
Caxias	O Lidador Caxiense	1873	Semanal
São Luís	A Mocidade	1875	Trimensal
São Luís	Jornal da Lavoura	1875	Quinzenal
Viana	Alavanca	1876	Trimensal
São Luís	Revista Juvenil	1876	Trimensal
Caxias	Commercio de Caxias	1877	Semanal
São Luís	Jornal para Todos	1877	Trimensal
São Luís	O Telegrapho	1877	Semanal
Viana	O Viannense	1877	Bimensal
São Luís	A Escola	1878	Mensal
Viana	O Guanumby	1878	Semanal
São Luís	O Tempo	1878	Semanal
São Luís	A Flecha	1879	Trimensal
Viana	A Reforma	1880	Semanal
São Luís	Civilisação	1880	Semanal
Viana	O Domingo	1880	Semanal
São Luís	O Pensador	1880	Trimestral

São Luís	Pacotilha	1880	Variável
São Luís	O Futuro	1881	Semanal
Viana	A Ordem	1882	Semanal
São Luís	Gazeta de Notícias	1883	Diário
Viana	Actualidade	1884	Indeterminada
São Luís	Carapuça	1884	Trissemanal
São Luís	Cruzeiro	1884	Bissemanal
São Luís	O Sorriso	1885	Bimensal
São Luís	A Federação	1886	Semanal
São Luís	A Luz	1886	Semanal
São Luís	O Echo	1886	Bissemanal
Caxias	Gazeta	1887	Trimensal
São Luís	O Binóculo	1887	Semanal
São Luís	O Repórter	1887	Indeterminada
São Luís	O Novo Brasil	1888	Semanal
São Luís	A República	1889	Diário
São Luís	O Globo	1889	Diário
São Luís	A Cruzada	1890	Diário
São Luís	Aurora Maranhense	1890	Semanal
São Luís	O Corisco	1890	Indeterminada
São Luís	O Nacional	1890	Diário
São Luís	O Século	1890	Indeterminado
São Luís	A Luta	1891	Semanal
São Luís	O Canudo	1891	Indeterminada
São Luís	O Estado do Maranhão	1891	Diário
Barra do Corda	O Norte	1892	Semanal
São Luís	O Operário	1892	Semanal
Codó	A Lâmpada	1893	Indeterminada
São Luís	A União Postal	1893	Indeterminada
Caxias	Gazeta Caxiense	1893	Bissemanal
Codó	Gazeta do Codó	1893	Semanal
Codó	Monitor Codoense	1894	Semanal
São Luís	A Alvorada	1895	Variável
Caxias	Jornal de Caxias	1895	Semanal
Picos (Colinas)	O Município	1895	Semanal
São Luís	O Porvir	1895	Mensal
Codó	A Primavera	1896	Mensal
Picos (Colinas)	O Republicano	1896	Trimensal
Caxias	A Semana	1896	Semanal
Picos (Colinas)	A Estrella	1897	Bimensal
São Luís	O Argos	1897	Semanal
Barra do Corda	O Porvir	1897	Bimensal
Picos (Colinas)	A Época	1898	Trimensal
Picos (Colinas)	A Imprensa	1898	Trimensal
Caxias	Cidade de Caxias	1898	Semanal
São Luís	O Abelhudo	1898	Semanal
São Luís	O Piaga	1898	Variável
São Luís	Regeneração	1898	Diário
São Luís	Federalista	1898	Diário
Barra do Corda	O Guarany	1899	Bimensal
São Luís	O Imparcial	1899	Semanal
Picos (Colinas)	O Juvenil	1899	Semanal
Caxias	O Lábaro	1899	Semanal

Fonte: Catálogo de Jornais Maranhenses do Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (2007).